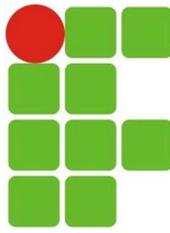


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2021

Santa Maria/RS, abril de 2022



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2021**

Relatório de Gestão do Exercício 2021, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual à qual esta unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as normas e orientações do Tribunal de Contas da União.

Santa Maria/RS, abril de 2022.

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AFD – Assentamento Funcional Digital  
Audin – Auditoria Interna  
Cagepe – Comitê Assessor de Gestão de Pessoas  
CD – Cargo de Direção  
CGTI – Coordenação Geral de Tecnologia da Informação  
CGU – Controladoria Geral da União  
CIE – Comitê Institucional de Emergência  
Consup – Conselho Superior  
Copsia – Comissão Permanente de Sindicância e Inquérito Administrativo  
Dinter – Mestrado Interinstitucional  
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação  
EaD – Educação a Distância  
EJA – Educação para Jovens e Adultos  
EPT – Educação Profissional e Tecnológica  
FG – Função Gratificada  
ICT – Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação  
IFFar – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia  
iGC – Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas  
iGovPub – Índice de Governança Pública  
iGovPessoas – Índice de Governança e Gestão de Pessoas  
iGestPessoas – Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas  
iGovTI – Índice de Governança e Gestão em TI  
iGestTI – Índice de Capacidade em Gestão de TI  
iGovContrat – Índice em Governança e Gestão de Contratações  
iGestContrat – Índice de Capacidade em Gestão de Contratações  
iGovOrcament – Índice em Governança e Gestão Orçamentária  
iGestOrcament – Índice de Capacidade em Gestão Orçamentária  
IGC – Índice Geral de Cursos  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal  
MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público  
MEC – Ministério da Educação  
MTO – Manual Técnico de Orçamento  
NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público  
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PDP – Plano de Desenvolvimento de Pessoas  
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação  
Peti – Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação  
PIDes – Programa Institucional de Desenvolvimento  
PIIQP – Programa Institucional de Incentivo à Qualificação

PIIQPE – Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Especial  
PJ – Pessoa Jurídica  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PPA – Plano Plurianual  
PRDI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional  
Proad – Pró-Reitoria de Administração  
Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional  
Proen – Pró-Reitoria de Ensino  
Proex – Pró-Reitoria de Extensão  
PRPPGI – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação  
QVT – Qualidade de Vida do Trabalhador  
RSC – Reconhecimento de Saberes e Competências  
Segov – Secretaria de Governança  
SEGRT – Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público  
SGDP – Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal  
SGP – Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas  
Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
Siape – Sistema Integrado de Administração de Pessoal  
Siass – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor  
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão  
SIG – Sistema Integrado de Gestão  
Sigepe – Sistema de Gestão de Acesso do Ministério do Planejamento  
Siorg – Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal  
Sipec – Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal  
Sisac – Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessão  
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União  
STN – Secretaria do Tesouro Nacional  
TAE – Técnico-Administrativo em Educação  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TED – Termo de Execução Descentralizada  
TI – Tecnologia da Informação  
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação  
UAB – Universidade Aberta do Brasil

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Unidades de ensino do IFFar.....	13
Figura 2 – Organograma simplificado da Reitoria .....	16
Figura 3 – Organograma simplificado dos <i>campi</i> .....	17
Figura 4 – Esquema da Estrutura de Governança do IFFar .....	18
Figura 5 – Cadeia de valor.....	22
Figura 6 – Modelo de negócios do IFFar .....	23
Figura 7 – Imagem da Declaração do Contador do IFFar .....	75

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Oportunidades e Ameaças à Instituição no Exercício 2021 .....	24
Quadro 2 – Índice Integrado de Governança e Gestão Pública .....	28
Quadro 3 – Forças e Fraquezas identificadas no iGG 2021.....	29
Quadro 4 – Ações e resultados relacionados à dimensão Pessoas e Infraestrutura do PDI 2019 – 2026 .....	32
Quadro 5 – Ações e resultados relacionados à dimensão Alunos e Sociedade do PDI 2019 – 2026 .....	34
Quadro 6 – Ações e resultados relacionados à dimensão Processos Internos do PDI 2019 – 2026 .....	37
Quadro 7 – Ações e resultados relacionados à dimensão Sustentabilidade Financeira e Ambiental do PDI 2019 – 2026.....	37
Quadro 8 – Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha para o exercício de 2021. ....	39
Quadro 9 – Relação entre Dotação Orçamentária e Programas Governamentais.....	45
Quadro 10 – Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira do Programa 5012.....	46
Quadro 11 – Relação de Servidores do IFFar.....	49
Quadro 12 – Relação de Servidores do IFFar e Regime de Trabalho.....	50
Quadro 13 – Relação de Gênero dos Servidores do IFFar .....	50
Quadro 14 – Titulação dos Servidores do IFFar.....	50
Quadro 15 – Relação de Cargos e Funções do IFFar .....	51
Quadro 16 – Histórico dos Custos de Pessoal .....	53
Quadro 17 – Demonstrativo de Servidores Atendidos pelo PIIQP.....	55
Quadro 18 – Demonstrativo de Atestados Registrados no Siass .....	60
Quadro 19 – Demonstrativo de Avaliações Periciais .....	60
Quadro 20 – Processos de Contratações em 2021 por Modalidade.....	65
Quadro 21 – Demonstrativo de Processos Homologados até Dezembro de 2021 .....	65
Quadro 22 – Total de Servidores e Capacitações Realizadas no Setor de Licitações e Contratos em 2021.....	65
Quadro 23 – Número de Contratos Executados e Acompanhados no IFFar em 2021 .....	66
Quadro 24 – Demonstrativo de Contratações de TI .....	68
Quadro 25 – Demonstrativo de Desfazimentos Contábeis no Exercício de 2021 .....	69
Quadro 26 – Demonstrativo de Locação do IFFar no Exercício 2021 .....	70
Quadro 27 – Demonstrativo da Frota do IFFar .....	70
Quadro 28 – Estrutura Pagadora do IFFar.....	76
Quadro 29 – Bens e Móveis .....	82
Quadro 30 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante .....	85
Quadro 31 – Obrigações Contratuais – Por Contrato/Órgão .....	85
Quadro 32 – Provisões de Curto Prazo por Unidade Gestora.....	86
Quadro 33 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composições.....	86
Quadro 34 – Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora Contratante.....	87
Quadro 35 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor .....	87

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Imobilizado – Composição .....	81
Tabela 2 – Bens Móveis - Composição .....	81
Tabela 3 – Bens Imóveis - Composição .....	82
Tabela 4 – Bens de Uso Especial – Composição.....	83
Tabela 5 – Intangível – Composição .....	84
Tabela 6 – Obrigações Contratuais – Composição.....	85
Tabela 7 – Provisões – Composição.....	86

## SUMÁRIO

1 MENSAGEM DA REITORA .....	11
2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO .....	12
<b>2.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha</b> .....	12
<b>2.2 Estrutura organizacional</b> .....	16
<b>2.3 Estrutura de governança</b> .....	18
2.3.1 Instâncias internas de governança .....	18
2.3.2 Instâncias internas de apoio à governança.....	19
2.3.3 Atuação da unidade de auditoria interna .....	21
<b>2.4 Cadeia de valor e modelo de negócio</b> .....	22
<b>2.5 Políticas e programas de governo</b> .....	23
<b>2.6 Relação com o ambiente externo</b> .....	24
<b>2.7 Canais de atendimento e informações aos cidadãos</b> .....	25
3 GESTÃO DE RISCOS .....	26
<b>3.1 Principais riscos identificados e oportunidades identificadas</b> .....	27
4 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO .....	28
<b>4.1 Governança</b> .....	28
4.1.1. Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas .....	28
4.1.2 Relacionamento com partes interessadas e controle social .....	30
4.1.3 Ouvidoria .....	30
4.1.4 Serviço de Informação ao Cidadão.....	30
4.1.5 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade .....	31
<b>4.2 Estratégia e resultados de desempenho</b> .....	32
4.2.1 Indicadores institucionais da Plataforma Nilo Peçanha .....	39
4.2.1.1 Análise crítica dos indicadores acadêmicos .....	41
4.2.1.2 Análise crítica dos indicadores administrativos .....	43
4.2.1.3 Análise crítica dos indicadores socioecocômicos.....	43
4.2.1.4 Análise crítica dos indicadores de gestão de pessoas .....	43
4.3 Correição .....	44
5 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	45
5.1 Gestão orçamentária, financeira e de custos.....	45
6 GESTÃO DE PESSOAS .....	48
<b>6.1 Conformidade legal</b> .....	48
6.1.1 Assentamento Funcional Digital (AFD).....	48
6.1.2 Órgãos de Controle.....	49

<b>6.2 Avaliação da força de trabalho</b> .....	49
6.2.1 Quantidade de cargos gerenciais ocupados .....	51
6.2.2 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas.....	51
<b>6.3 Detalhamento da despesa de pessoal</b> .....	52
6.3.1 Custos de Pessoal no Exercício 2021 e nos Dois Anteriores .....	52
<b>6.4 Estratégias de gestão de pessoas</b> .....	54
6.4.1 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia.....	54
6.4.2 Capacitação: estratégia e números.....	55
6.4.3 Levantamento de necessidades de desenvolvimento.....	56
6.4.4 Trabalho remoto .....	57
6.4.5 Siass e Política de qualidade de vida dos servidores do IFFar .....	57
6.4.6 Segurança do Trabalho .....	62
6.4.7 Comitê Assessor de Gestão de Pessoas (Cagepe) .....	63
6.4.8 Aproximação entre Gestão de Pessoas e comunidade de servidores.....	64
<b>6.5 Desafios e perspectivas</b> .....	64
<b>7 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS</b> .....	64
<b>7.1 Conformidade legal</b> .....	64
<b>7.2 Principais tipos de serviços ou bens</b> .....	65
<b>7.3 Contratações diretas</b> .....	66
<b>7.4 Desafios e perspectivas</b> .....	66
<b>8 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA</b> .....	67
<b>8.1 Conformidade legal</b> .....	67
<b>8.2 Principais investimentos de capital</b> .....	67
<b>8.3 Desfazimento de ativos</b> .....	68
<b>8.4 Locações de imóveis e equipamentos</b> .....	69
<b>8.5 Mudanças e desmobilizações relevantes</b> .....	70
<b>8.6 Principais desafios e ações futuras</b> .....	70
<b>8.7 Gestão da Frota do IFFar</b> .....	70
<b>9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b> .....	72
<b>9.1 Conformidade legal</b> .....	72
<b>9.2 Modelo de governança de TI</b> .....	72
<b>9.3 Montante de recursos aplicados em TI</b> .....	72
<b>9.4 Contratações mais relevantes de recursos de TI</b> .....	73
<b>9.5 Principais iniciativas e resultados na área de TI</b> .....	73
<b>9.6 Segurança da informação</b> .....	73
<b>9.7 Principais desafios e ações futuras</b> .....	73
<b>10 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b> .....	74
<b>10.1 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições</b> .....	74

<b>10.2 Ações para redução do consumo de recursos naturais e resíduos poluentes .....</b>	<b>74</b>
<b>10.3 Redução de resíduos poluentes.....</b>	<b>74</b>
<b>11 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>74</b>
<b>11.1 Declaração do contador .....</b>	<b>74</b>
<b>11.2 Balanços e demonstrações contábeis.....</b>	<b>76</b>
11.2.1 Balanço orçamentário .....	78
11.2.2 Balanço patrimonial.....	80
11.2.3 Balanço financeiro.....	88
11.2.4 Demonstrações dos fluxos de caixa.....	90
11.2.5 Demonstração das variações patrimoniais.....	92

## 1 MENSAGEM DA REITORA

O Relatório de Gestão anual sistematiza e fornece as principais informações sobre recursos, processos e resultados institucionais, articulados diretamente com as finalidades e competências do IFFar enquanto autarquia criada pela Lei 11.892/2008 e com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026.

Em atenção ao ano de 2021 cumpre frisar que foi absolutamente diverso no atinente ao desenvolvimento das atividades institucionais, assim como o fora o ano de 2020. A pandemia de Covid-19 ensejou diversas alterações de legislação externas e internas - tanto para a área finalística quanto atividade meio - vinculadas ao decreto de calamidade pública. Em atenção ao contexto pandêmico o IFFar constituiu em 2020 e mantém o Comitê Institucional de Emergência e com participação direta das diferentes instâncias de gestão - comitês assessores, órgãos colegiados e comissões permanentes - atuou para a preservação de vidas enquanto manteve as atividades institucionais em formato remoto, a partir de 16 de março de 2020, em consonância com novas Resoluções do CONSUP e que perduraram até outubro de 2021, quando foi iniciada a retomada parcial de atividades presenciais estudantis e administrativas em algumas unidades do IFFAR, observadas as Resoluções, Instruções Normativas e Planos de Contingência - atualizados em consonância com o aumento da vacinação e do acompanhamento da pandemia, por regiões, no RS.

Foram muitas as ações previstas no Plano de Ação Anual que precisaram ser adaptadas em 2021 para atender a comunidade acadêmica mantendo a conexão e adaptando os processos de ensino, aprendizagem, pesquisa e extensão, as rotinas administrativas modificadas e realização de formações para estudantes e servidores objetivando o enfrentamento das dificuldades advindas da atuação com distanciamento social. Foram mantidas as formas de atenção estudantil ( como o auxílio inclusão digital criado em 2020 e empréstimo de equipamentos) e também atenção ampliada das equipes multidisciplinares de saúde aos estudantes e servidores e ainda a atuação social colaborativa, por meio da produção de EPIs e insumos como álcool gel disponibilizados para uso no IFFar e em outras entidades.

A base de dados para os indicadores do TCU – ensino - é a Plataforma Nilo Peçanha e é importante destacar que os dados evidenciam esses dois anos pandêmicos, visto que a coleta de dados de 2020 ocorreu antes do término letivo. Também que em alguns itens o planejamento orçamentário foi diverso do executado, visto que adaptações advindas das necessidades específicas articuladas com as atividades remotas e a organização para a retomada presencial foram realizadas.

Com calendários acadêmicos revisitados, projetos pedagógicos adaptados e atuação mediada pela tecnologia destacamos que o ano acadêmico foi concluso em final de dezembro de 2021, quando já aprovado pelo Conselho Superior (reunião de 17 de dezembro) o retorno presencial de todas as atividades, em todas as unidades, a partir de fevereiro de 2022 – o que felizmente foi possível concretizar.

Nídia Heringer  
Reitora do IFFar

## **2 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO**

### **2.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) é uma instituição pública e gratuita, vinculada ao Ministério da Educação, criado por meio da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil.

**Lei Nº 11.892/2008 disponível em:**

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)

O IFFar é uma autarquia com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Localizado no Estado do Rio Grande do Sul, o IFFar se constitui de 10 *campi* e 1 *campus* avançado; 2 centros de referência e 13 polos de Educação a Distância (EaD); e 7 polos-sedes UAB (Universidade Aberta do Brasil), ofertando cursos de educação superior, básica e profissional nas modalidades de ensino presencial e a distância.

Figura 1 – Unidades de ensino do IFFar



Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional do IFFar.

## **Finalidades e competências do Instituto Federal Farroupilha:**

- Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, no âmbito de sua atuação;
- Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, especialmente as voltadas à preservação do meio ambiente.

## **Objetivos do Instituto Federal Farroupilha:**

- Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão, na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- Ministar, em nível de educação superior: cursos de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vista à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; cursos de bacharelado e engenharia, com foco na formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; cursos de Pós-Graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

O IFFar, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 – 2026, determina a missão, a visão e os valores institucionais:

**Missão:** Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública e gratuita, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável.

**Visão:** Ser excelência na formação de técnicos de nível médio, professores para a educação básica e demais profissionais de nível superior, por meio da interação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação.

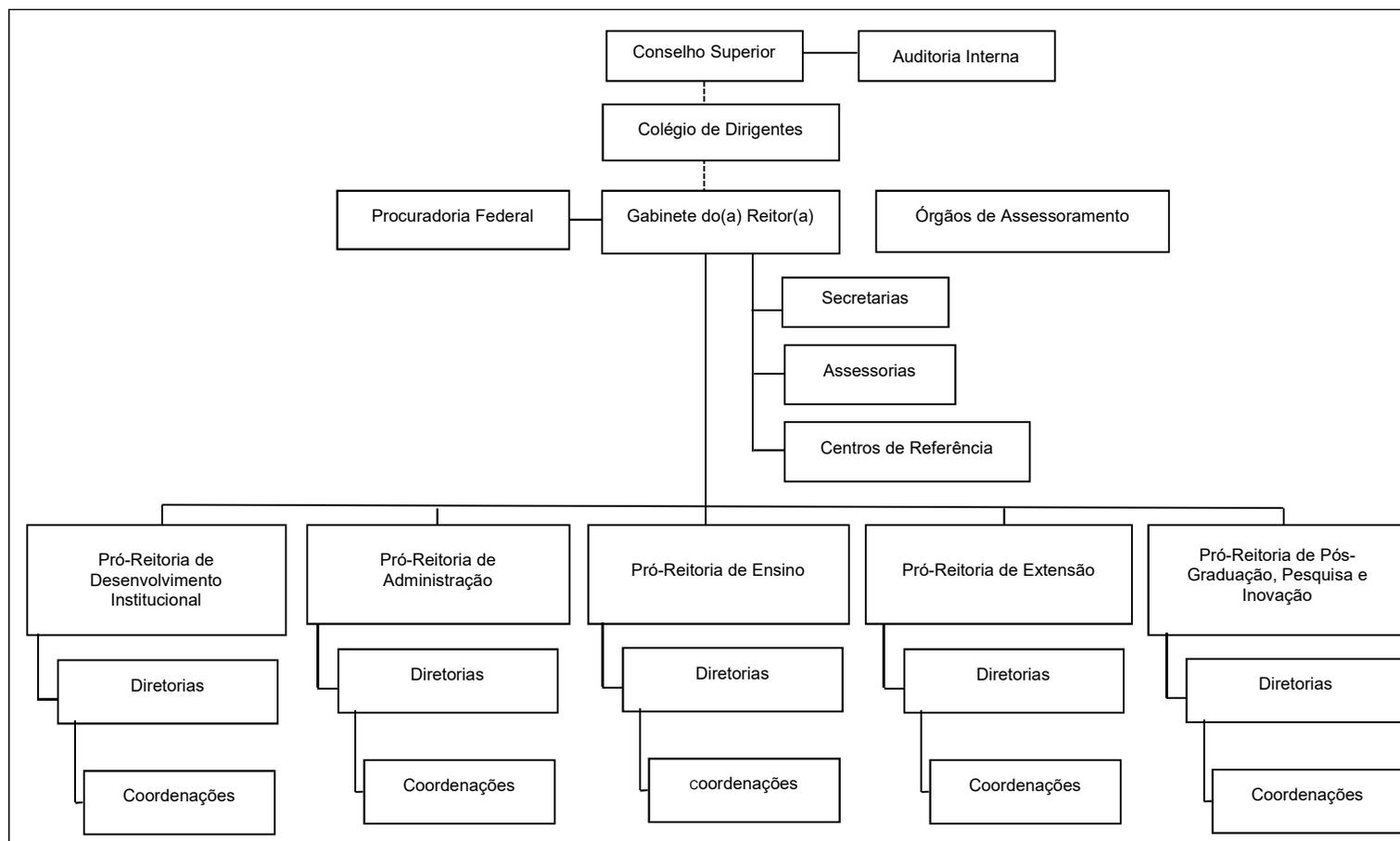
**Valores:**

- a) Ética
- b) Solidariedade
- c) Responsabilidade social, ambiental e econômica
- d) Comprometimento
- e) Transparência
- f) Respeito
- g) Gestão democrática
- h) Inovação

## 2.2 Estrutura organizacional

### Organograma da Reitoria

Figura 2 – Organograma simplificado da Reitoria

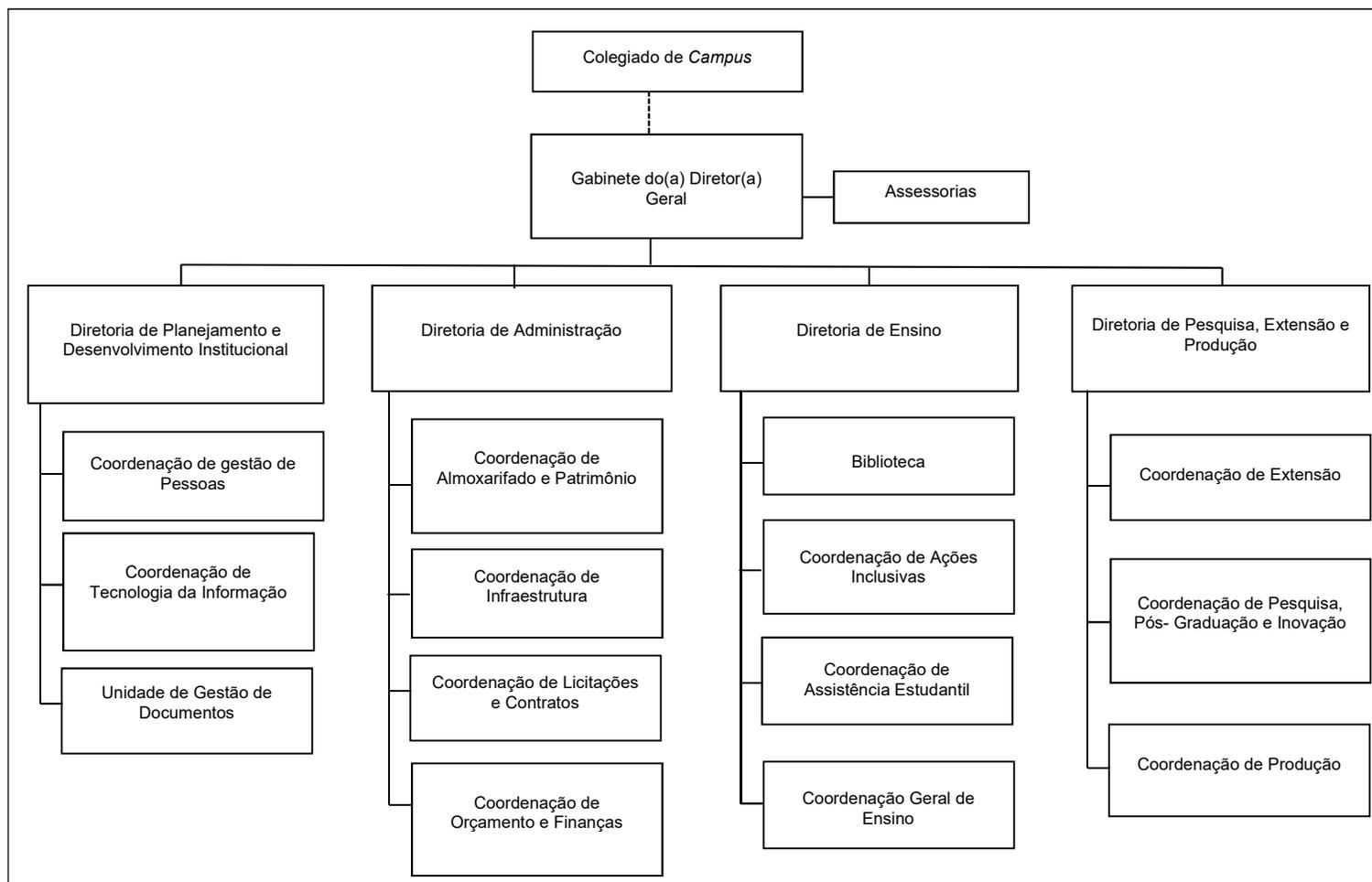


Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional do IFFar.

Nota: Elaborado com base no organograma da Reitoria disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/regimento-geral>.

## Organograma dos campi

Figura 3 – Organograma simplificado dos campi



Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional do IFFar.

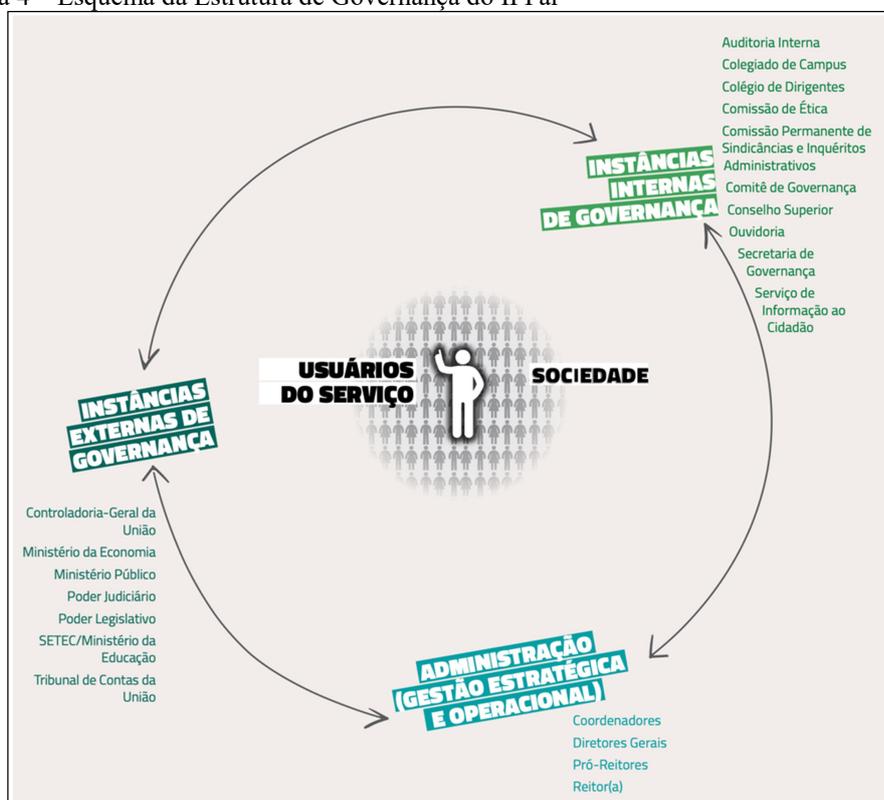
Nota: Elaborado com base nos organogramas dos campi disponíveis em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/regimento-geral>.

## 2.3 Estrutura de governança

O sistema de governança do IFFar engloba: I) operação de unidades diretamente relacionadas ao propósito (portanto, em âmbito **estrutural** de governança), como instâncias de **assessoramento/deliberação** — Colegiado de *Campus*, Colégio de Dirigentes, Conselho Superior, Comitê de Governança, Riscos e Controles, entre outros —, e de **avaliação, controle, prevenção e tratamento de riscos** — p. ex. Auditoria Interna, Comissão de Ética, Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos, Procuradoria Jurídica e Secretaria de Governança; e II) acesso e participação diretos da sociedade na gestão, com **garantia de participação** em órgãos consultivos e/ou deliberativos Conselho Superior, Colegiado de Campus) e disponibilização de canais de aproximação (Serviço de Informação ao Cidadão e Ouvidoria).

A figura abaixo representa a estrutura de governança do Instituto Federal Farroupilha, com as principais instâncias internas e externas envolvidas:

Figura 4 – Esquema da Estrutura de Governança do IFFar



### 2.3.1 Instâncias internas de governança

#### a. Alta administração

- Reitora
- Pró-Reitores
- Diretores-Gerais

#### b. Conselho Superior

O Conselho Superior (Consup) é o órgão máximo do Instituto Federal Farroupilha, de caráter consultivo e deliberativo, tendo suas competências e composição definidas no Estatuto do IFFar e em regulamento próprio. Tem, na sua constituição, representação de todos os *campi* e da Reitoria — servidores técnicos e docentes, corpo discente e sociedade civil, todos escolhidos por meio de eleição.

Estatuto do Instituto Federal Farroupilha:  
<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=58297&key=2a2fd5c3c04bf9d2b66359996cb93b88>

Regulamento do Conselho Superior:  
<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=60807&key=92a21059986caaffff15340e00f9ee64>

## **2.3.2 Instâncias internas de apoio à governança**

### **a. Auditoria Interna**

A Unidade de Auditoria Interna (Audin) é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFFar e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

### **b. Colegiado de *Campus***

Órgão consultivo de assessoramento à Direção Geral do *campus*. Suas principais funções são colaborar para o aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução das políticas do Instituto Federal Farroupilha. Conta, na sua constituição, com representação dos servidores técnicos e docentes, do corpo discente e da sociedade civil, todos escolhidos por meio de eleição.

#### **Regulamento dos Colegiados de *Campus*:**

<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=56030&key=10c52e4fc9d44cd525750397ce84374f>

### **c. Colégio de Dirigentes**

Órgão consultivo que tem a função de apoiar os processos decisórios da gestão do Instituto Federal Farroupilha, em matérias administrativas, econômicas e orçamentárias e de relações sociais, de trabalho e de vivência, em conformidade com a programação anual de trabalho e com as diretrizes orçamentárias institucionais.

#### **Regulamento do CODIR:**

[http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2013227164251913resolucao\\_n%C2%BA\\_15\\_2013\\_regimento\\_codir.tif](http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2013227164251913resolucao_n%C2%BA_15_2013_regimento_codir.tif)

### **d. Comissão de Ética**

A Comissão de Ética do IFFar (CE) foi constituída pela Portaria Nº 840/2012, de 11 de julho de 2012, e é responsável por dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, representações e reclamações referentes a condutas dos servidores. Conforme o artigo 28 do seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução Consup Nº 001/2013, qualquer cidadão, agente público, pessoa jurídica de direito privado, associação ou entidade de classe poderá provocar a atuação da Comissão, visando à apuração de transgressão ética imputada a agentes públicos e/ou ocorrida em setores da instituição. A Resolução Consup nº 013/2017, de 28 de março de 2017, aprovou o Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos Civis do Instituto Federal Farroupilha.

### **e. Comitê de Governança, Riscos e Controles do Instituto Federal Farroupilha**

Criado em observação à Instrução Normativa Conjunta MP/CGU Nº 1/2016, por meio da Portaria Nº 1.797/2016, de 25 de novembro de 2016, é formado por integrantes da alta administração do IFFar (reitora, pró-reitores e diretores gerais) e tem, dentre suas competências: promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos; promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos; aprovar políticas, diretrizes, metodologias e mecanismos para a comunicação e a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos; supervisionar o mapeamento e a avaliação de riscos-chave que possam comprometer a prestação de serviços de interesse público; estabelecer limites de exposição a riscos globais do órgão, bem como limites de nível de unidade, política pública ou atividade; emitir recomendações para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.

#### **f. Comissão Permanente de Sindicâncias e Inquéritos Administrativos**

Órgão de assessoramento independente e autônomo, diretamente vinculado à administração central do IFFar, responsável pelas atividades de controle interno, em âmbito disciplinar. Seu objetivo precípua é preservar a probidade nos atos e atividades administrativas, atuando na prevenção e na apuração de irregularidades, por meio da instauração e condução de procedimentos correccionais, de acordo com as normativas legais correspondentes.

#### **g. Ouvidoria**

A Ouvidoria do Instituto Federal Farroupilha foi instituída por meio da Portaria Nº 829/2012 e é o órgão de assessoramento da Reitoria encarregado de viabilizar a comunicação entre a comunidade (acadêmica ou externa) e as instâncias administrativas e pedagógicas do Instituto, visando à melhoria dos processos institucionais, por meio do estímulo à democracia e à transparência. O atendimento da Ouvidoria é realizado conforme as normas que regem as ouvidorias do serviço público federal, com respeito à discricão e ao sigilo e com foco na agilidade. A unidade recebe manifestações (solicitações, sugestões, reclamações, comunicações, denúncias e/ou elogios) dos cidadãos — pelo sistema de ouvidorias do poder executivo (Fala.BR), e-mail, telefone e presencialmente — analisando-as, fornecendo orientações e promovendo o encaminhamento às áreas responsáveis pelo tratamento ou apuração dos casos.

#### **Acesso ao Fala.BR:**

<https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f>

#### **h. Secretaria de Governança (Segov)**

A Segov foi instituída em 2016, por meio da Resolução Consup Nº 21/2016, que atualizou a estrutura organizacional do Instituto Federal Farroupilha. Compete-lhe promover mecanismos de governança e gestão de riscos como forma de garantir o alinhamento das decisões da alta administração à visão, à missão e aos valores institucionais. Cabe à Segov, também, aprimorar o Programa de Integridade do IFFar, nas diretrizes estabelecidas pelo Decreto Nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, e pela Portaria CGU Nº 1.089, de 25 de abril de 2018, atuando em articulação com SIC, Ouvidoria, Copsia, Comissão de Ética e Auditoria.

#### **i. Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)**

Em conformidade com a Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do Instituto Farroupilha atua com o objetivo de:

- I – Atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II – Informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e

III – Receber e registrar pedidos de acesso à informação.

O SIC dispõe de sistema próprio para a prestação de seus serviços, o *Fala.BR*. Esse sistema permite a qualquer pessoa, por meio do acesso ao Portal, requisitar informações de seu interesse aos órgãos públicos e acompanhar as demandas, com possibilidade de emissão de relatórios a qualquer momento e a verificação da satisfação do cidadão. As solicitações de informações também podem ser realizadas pessoalmente, na sede da Reitoria.

**Acesso ao Fala.BR:** <https://falabr.cgu.gov.br/>

### 2.3.3 Atuação da unidade de auditoria interna

A Unidade de Auditoria Interna Governamental (Audin) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) é órgão singular que exerce atividade de auditoria interna governamental no âmbito do IFFar. Atua como auxiliar do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram, nos termos da Instrução Normativa CGU Nº 3, de 09 de junho de 2017.

A Audin é subordinada ao Conselho Superior da instituição, obedecendo ao que estabelece o Decreto Nº 3.591/2000, e vinculada administrativamente ao dirigente máximo da entidade, de forma a assegurar a independência de atuação da unidade. Seu modelo de organização tem o objetivo de contribuir para o fortalecimento da gestão e racionalizar as ações de controle, bem como adicionar valor e melhorar as operações institucionais, exercendo atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, em conformidade com a Instrução Normativa Nº 03/2017.

Sujeita-se à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e é composta, atualmente, por cinco auditores, dos quais um(a) Auditor(a)-Chefe e auditores internos lotados nos *campi* e na Reitoria. O(A) Auditor(a)-Chefe substituto(a) é escolhido(a) quando há necessidade.

A Audin possui um regimento interno atualizado e desenhado para agregar valor aos processos institucionais e contribuir para o cumprimento das metas, a execução dos programas de governo e do orçamento da União no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão, enquanto a racionalização das ações de controle tem por objetivo aperfeiçoar a utilização dos recursos humanos e materiais disponíveis. Já o apoio ao Sistema de Controle Interno reside no fornecimento periódico de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados, bem como no atendimento a solicitações específicas e acompanhamento relativo ao cumprimento do Plano de Providências Permanente da instituição (documento que contém as recomendações emitidas pela CGU para cumprimento do IFFar) no sistema e-AUD, da CGU, e em diligências do sistema e-Pessoal do TCU.

Um dos objetivos da auditoria interna é se configurar como assessoramento e auxílio aos gestores, fornecendo-lhes, por meio de relatórios, informações que possam orientar e apoiá-los na tomada de decisões. Dessa maneira, o apoio à alta administração realizado no exercício dá-se com o compartilhamento de boas práticas, acórdãos, atos normativos, informativos e esclarecimentos de possíveis dúvidas relacionadas a governança, gestão de riscos e controles internos.

A designação do(a) chefe da equipe é feita conforme o art. 11 do Regimento Interno (Resolução Consup Nº 08/2021), considerando que sua atuação é limitada ao prazo de dois anos, prorrogável por igual período. O(A) dirigente máximo(a) da instituição submete o nome do(a) candidato(a) ao Conselho Superior, para aprovação e posterior envio da documentação para apreciação e homologação da CGU, em conformidade com a Portaria Nº 2.737/2017. A equipe pode, em até sessenta dias antes do término do mandato do(a) chefe em exercício, sugerir nomes para ocuparem a função, que deve ser suprida por servidor concursado para o cargo de Técnico-Administrativo em Educação – Auditor.

A atuação da equipe tem enfoque técnico, disciplinado, objetivo e sistemático, sendo pautada pela exigência de comportamento ético e zelo profissional, sigilo, independência e imparcialidade. As atividades guardam semelhança com a atuação dos órgãos pertencentes ao

Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal em relação às técnicas e enfoques utilizados. Apesar da lotação dos auditores internos nos *campi*, a atuação acontece em conjunto. Para cada ação, é montada uma equipe com ao menos dois auditores, dos quais um(a) é designado(a) coordenador(a) da ação, que realizam os trabalhos de auditoria.

O planejamento e desenvolvimento dos papéis de trabalho são realizados em conjunto, utilizando-se de qualquer método físico ou virtual cabível.

Quando possível e desejável pelos gestores, a equipe realiza reuniões para tratar dos resultados encontrados. Os relatórios com os resultados finais dos trabalhos, constatações e recomendações são enviados aos gestores por memorando eletrônico, com comprovante de recebimento, para que a Audin possa certificar-se de que os responsáveis tomaram conhecimento dos resultados dos trabalhos e, posteriormente, tais resultados são publicados no sítio do IFFar.

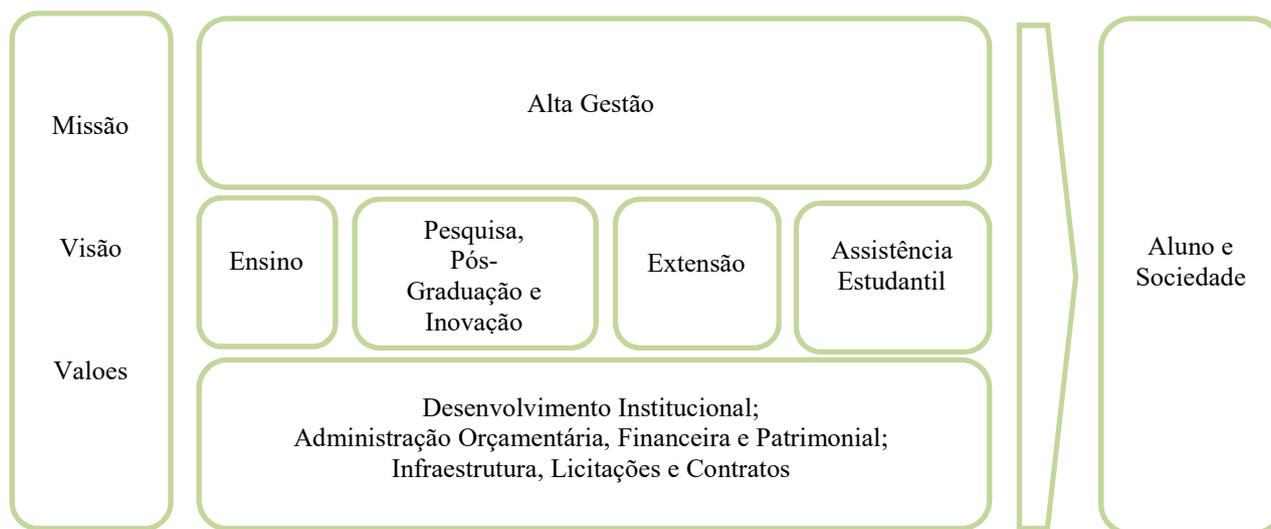
Com esses relatórios, a equipe de auditoria comunica à gestão os riscos decorrentes da não implementação das recomendações, salientando a importância e o foco da atuação da Audin, que é agregar valor à gestão e contribuir para a melhoria dos processos. As recomendações formuladas, após a entrega à gestão, passam a integrar o Plano de Providências Permanente da Instituição, de forma a possibilitar o acompanhamento da sua implementação por parte dos auditores. A verificação do atendimento das recomendações é feita no exercício seguinte ao da execução da ação, para que os gestores tenham tempo suficiente para a devida implementação e aprimoramento de seus processos.

**Regimento Interno da Audin:** <https://iffarroupilha.edu.br/auditoriaiffar/auditoria-regimento-interno>

## 2.4 Cadeia de valor e modelo de negócio

Em conformidade com as políticas governamentais voltadas para a educação, o IFFar oferta à comunidade ensino público, gratuito e de qualidade, atento às demandas e arranjos produtivos locais e regionais. Dessa forma, contribui positivamente para o desenvolvimento humano, econômico e social, oportunizando o ensino de jovens e adultos, a qualificação profissional e a produção e disseminação de conhecimento científico e tecnológico.

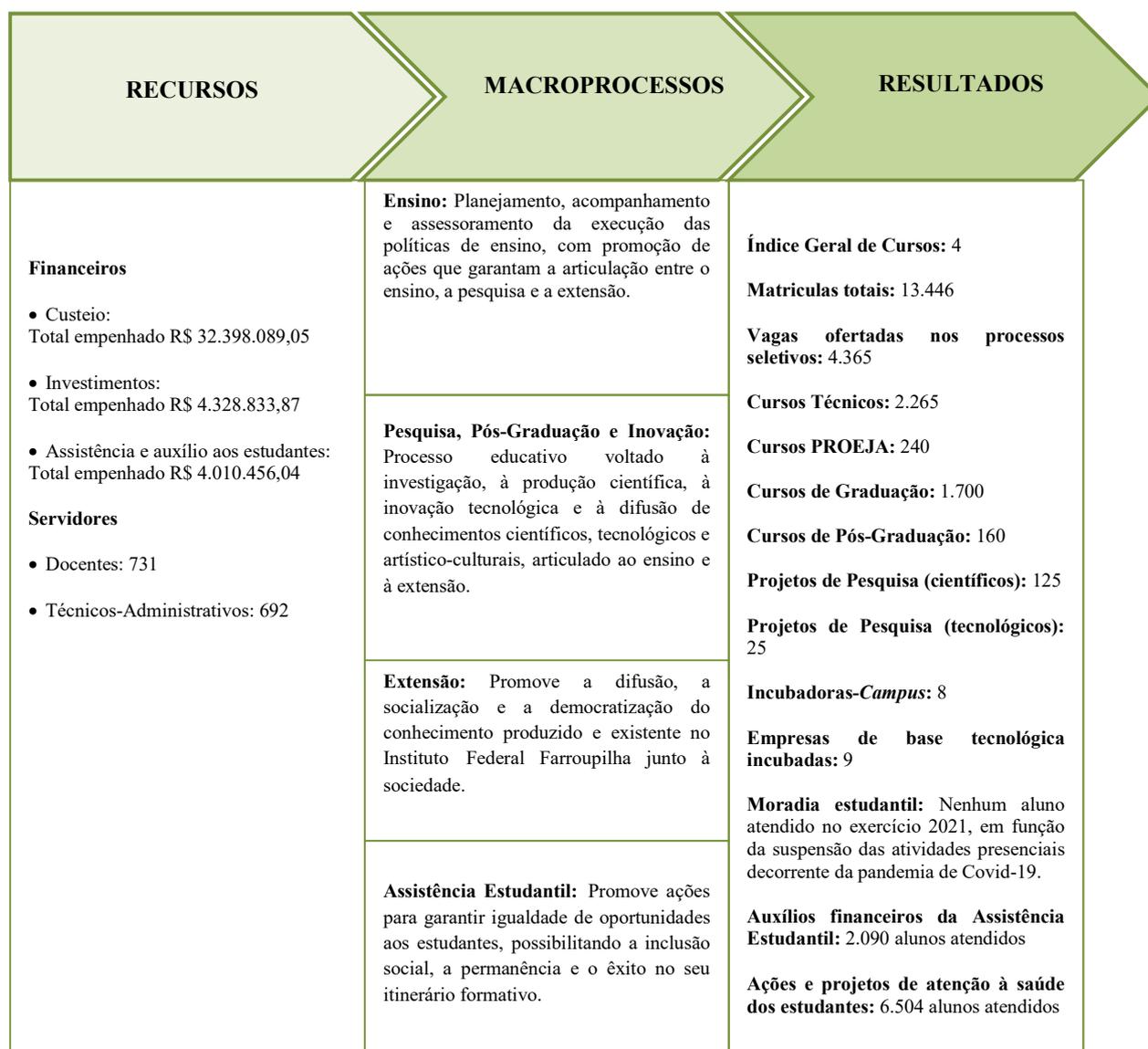
Figura 5 – Cadeia de valor



Fonte: Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional do IFFar.

Associado à cadeia de valor, o modelo de negócio do IFFar representa os principais recursos aplicados nos processos administrativos e formativos, com os resultados gerados e entregues à sociedade.

Figura 6 – Modelo de negócios do IFFar



Fonte: Proad, PRDI, Proen, Proex e PRPPGI.

## 2.5 Políticas e programas de governo

A Lei Nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023 (PPA 2020 – 2023). O PPA é um instrumento de planejamento governamental que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal. Nesse sentido, o IFFar, enquanto órgão executor, centrado na educação superior, técnica e profissional, atuou nos programas do PPA no exercício de 2021, conforme abaixo:

- 0032** – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo;
- 0901** – Operações Especiais: Cumprimento de sentenças judiciais;
- 0909** – Operações Especiais: Outros encargos sociais;
- 0910** – Operações Especiais: Gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais;
- 5012** – Educação Profissional e Tecnológica.

## 2.6 Relação com o ambiente externo

Quadro 1 – Oportunidades e Ameaças à Instituição no Exercício 2021

Oportunidades associadas ao Ensino	Ameaças associadas ao Ensino
Retorno das atividades presenciais — suprir as demandas que surgirem na comunidade, como, por exemplo, a busca por cursos e qualificação.	Pandemia — dificuldades que podem gerar evasão e reprovação, redução na procura pelos cursos e instituição.
Aumento da demanda por formação e qualificação profissional pós-pandemia.	Dificuldades de aprendizagem e lacunas oriundas do ensino remoto, tanto de ingressantes quanto dos estudantes que permanecem na instituição.
Aproximação com a comunidade e levantamento de demandas.	Dificuldades sociais e econômicas dos estudantes que impactam na permanência e no êxito.
Motivação e interesse pela instituição com retomada das atividades presenciais.	Mudanças nas legislações educacionais (BNCC, novo ensino médio, alterações nas licenciaturas, entre outras).
Possibilidade de ampliar o uso da tecnologia nos ambientes de ensino.	Escassez de recursos necessários para ampliar o uso da tecnologia nos ambientes de ensino.
Oportunidades associadas à Pesquisa	Ameaças associadas à Pesquisa
<p align="center"><b>Parceria com a FAPERGS</b></p> <p>O estabelecimento de uma relação sólida com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS (FAPERGS) viabilizou a realização de 31 projetos de pesquisa em parceria com empresas e entidades do setor produtivo do RS. Esses projetos foram iniciados no ano de 2020, tendo continuado ao longo de 2021.</p>	<p align="center"><b>Pandemia de Covid-19</b></p> <p>A pandemia de Covid-19, no seu segundo ano, continuou afetando negativamente as atividades de pesquisa, pós-graduação e inovação no IFFar. Muitos projetos de pesquisa tiveram dificuldades de operacionalização de seus experimentos, dada a necessidade de contato presencial intensivo entre pesquisadores e estudantes bolsistas. Além disso, a alteração da dinâmica — de presencial para remota — na oferta dos cursos de pós-graduação afetou em parte o desempenho dos estudantes e incluiu desafios adicionais aos docentes ministrantes de disciplinas nesse nível de ensino.</p>
	<p align="center"><b>Instabilidades políticas na CAPES</b></p> <p>As instabilidades políticas na CAPES, com um conjunto de desligamentos de membros dos comitês de avaliação, trouxeram preocupação quanto à condução do processo avaliativo dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> referente ao Quadriênio 2017 – 2022. Além disso, a alteração do calendário avaliativo trouxe apreensão aos coordenadores de curso.</p>

	<p><b>Indisponibilidade da Plataforma Lattes CNPq</b></p> <p>No mês de julho de 2021, a Plataforma Lattes CNPq sofreu um “apagão”, inviabilizando temporariamente o acesso aos currículos dos docentes e estudantes da instituição. Medidas institucionais precisaram ser tomadas para que não houvesse impacto direto sobre o processo de avaliação da produtividade de pesquisadores para a distribuição de recursos nos editais de apoio a projetos.</p>
<b>Oportunidades associadas à Proad</b>	<b>Ameaças associadas à Proad</b>
Desenvolvimento de projetos viabilizados por recursos orçamentários recebidos de emendas parlamentares destinadas ao desenvolvimento local e regional, onde estão situados os <i>campi</i> do IFFar;	Atraso na aprovação da LOA/2021 — com impactos no desenvolvimento de ações relevantes previstas no planejamento institucional como um todo;
Reorganização e atualização dos normativos referentes à administração;	Veto total do orçamento de capital, proveniente de arrecadação própria, e a decorrente inviabilização de ações previstas nas unidades, causando frustração no planejamento e em ações de projetos;
Foco na transparência e observância à legislação vigente;	Atividades presenciais suspensas em decorrência da pandemia de Covid-19; rearranjo institucional com trabalho remoto;
Conhecimento e aprofundamento em novas tecnologias para utilização e manutenção das atividades institucionais de modo remoto, devido à pandemia de Covid-19;	Indefinições em licitações e contratações provocadas pelo ambiente instável ocasionado pela pandemia de Covid-19;
Envolvimento com a comunidade externa (parcerias e projetos com outras instituições e com a sociedade em geral);	Restrição orçamentária e de pessoal.
Processo decisório democrático.	

## 2.7 Canais de atendimento e informações aos cidadãos

O cidadão que deseja apresentar uma manifestação — denúncia, reclamação, solicitação, sugestão ou elogio — deverá acessar os seguintes canais de atendimento e informações:

### **Ouvidoria do IFFar:**

E-mail: [ouvidoria@iffarroupilha.edu.br](mailto:ouvidoria@iffarroupilha.edu.br)

Telefone: (55) 3218 9803

### **Fala**

**BR:** <https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f>

### **Carta de serviços ao cidadão**

Site: <https://iffarroupilha.edu.br/component/k2/item/357?layout=item&Itemid=1221>

### 3 GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gestão de Riscos do Instituto Federal Farroupilha está fundada nos seguintes princípios:

- Gestão de riscos de forma sistemática, estruturada e oportuna, subordinada ao interesse público;
- Estabelecimento de níveis de exposição a riscos adequados;
- Estabelecimento de procedimentos de controle interno proporcionais ao risco, observada a relação custo-benefício, e destinados a agregar valor à organização;
- Utilização do mapeamento de riscos para apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico; e
- Utilização da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua dos processos organizacionais.

O principal objetivo da Política de Gestão de Riscos do IFFar é aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da instituição, agregando-lhe valor, por meio do tratamento de riscos que interfiram nas suas atividades.

Para a obtenção desse fim, a política visa assegurar que os gestores, em todos os níveis da estrutura organizacional, tenham acesso tempestivo a informações relacionadas aos riscos a que a instituição está exposta, sejam eles estratégicos, operacionais, financeiros/orçamentários, de conformidade ou de imagem/reputação.

O Comitê de Governança, Riscos e Controle (Portaria Eletrônica Nº 776/2021 – GRE) é a instância responsável pela promoção, liderança e supervisão da gestão de riscos e dos controles internos do IFFar, competindo-lhe a institucionalização de estruturas de governança, práticas, condutas e padrões de comportamento adequados.

A Auditoria Interna (Audin) e a Secretaria de Governança (Segov) são as unidades de apoio ao Comitê, cabendo-lhe a análise, acompanhamento, orientação, recomendação e operacionalização da política de gestão de riscos.

A respeito da institucionalização da gestão de riscos, enquanto processo formal, no âmbito do IFFar, ressalta-se que, pelo fato de envolver uma construção cultural e o desenvolvimento de competências e habilidades específicas dos servidores, principalmente ocupantes de cargos de gestão, a progressão, nesse aspecto, ocorre de forma lenta e gradual.

Ao longo de 2021, a Segov realizou reuniões com pró-reitores e diretores-gerais (Comitê de Governança, Riscos e Controles), no intuito de sensibilizar a alta administração e alertá-la sobre a necessidade de capacitar os gestores e retomar a revisão da política de gestão de riscos do IFFar (Processo Nº 23243.003734/2020-45).

Nesse sentido, também em 2021, foi constituído (Portaria Eletrônica Nº 1.332/2021 – GRE) o Grupo Técnico de Interlocutores de Governança (GTIG), que, até o momento, conta com membros dos campi Alegrete, Frederico Westphalen, Jaguari, Panambi, Santa Rosa, Santo Augusto e São Vicente do Sul. O GTIG tem como objetivo facilitar a comunicação e a troca de informações entre as unidades e disseminar práticas que aprimorem a governança institucional.

O IFFar intenciona, progressivamente, estabelecer e consolidar uma estrutura de gestão de riscos nos moldes recomendados pelo COSO — The Committee of Sponsoring Organizations of the Tradeway Commission<sup>1</sup>, contemplando as seguintes características:

- Processo contínuo e permanente;
- Aplicado em todos os níveis e unidades da instituição;
- Conduzido por todos os servidores;

---

<sup>1</sup> Gerenciamento de Riscos na Empresa – Estrutura Integrada: Sumário Executivo e Estrutura e Gerenciamento de Riscos na Empresa. Disponível em: <https://www.coso.org/Documents/COSO-ERM-Executive-Summary-Portuguese.pdf>. Acesso em 12 mar. 2020.

- Aplicado à definição das estratégias; e
- Orientado para a realização de objetivos em categorias distintas.

### **3.1 Principais riscos identificados e oportunidades identificadas**

A Política de Gestão de Riscos do Instituto Federal Farroupilha está sendo atualizada por meio do Processo N° 23243.003734/2020-45. A partir da aprovação dessa Política, entre outras atividades que serão desenvolvidas no que concerne à gestão de riscos, será realizado o mapeamento dos riscos e oportunidades com base no planejamento estratégico do IFFar (PDI do IFFar 2019 – 2026).

## 4 GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

### 4.1 Governança

#### 4.1.1. Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas

Periodicamente, o Tribunal de Contas da União avalia a capacidade de governança e gestão das organizações públicas federais, mapeando pontos que precisam de maior reestruturação e medindo a evolução dos índices de governança e gestão dos órgãos. A ação visa a, primordialmente, estimular as instituições a ampliarem sua capacidade de entregar resultados, por meio da adoção de práticas consideradas benéficas.

O último levantamento<sup>2</sup>, realizado em 2021, demonstra uma pequena evolução do Instituto Federal Farroupilha no índice geral, em relação à avaliação anterior (2018). Abaixo, quadro comparativo:

Quadro 2 – Índice Integrado de Governança e Gestão Pública

iGG 2021 – RESULTADOS IFFAR		
INDICADOR	2018	2021
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	45%	55,7%
iGovPub (índice de governança pública)	68%	53,9%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	42%	49,3%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	21%	43,6%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	44%	52,7%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	41%	60,2%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	65%	56,1%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	51%	61,0%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentárias)*	-	36,8%
iGestOrcament (índice de capacidade em gestão orçamentária)**	-	58,3%

\*Avaliado apenas em 2021

\*\*Avaliado apenas em 2021

Em todos os indicadores, o Instituto Federal Farroupilha se situa na faixa de classificação “intermediário” (40% a 69,9%). Embora os índices sejam superiores às médias de pontuação das instituições avaliadas — com exceção do item “iGovPub” —, considerando-se tanto o extrato das instituições de ensino quanto o das entidades autárquicas e/ou, também, dos órgãos do poder executivo, de forma geral, fica demonstrado que a governança do IFFar está em amadurecimento, ainda que distante de um cenário ideal. Contudo, deve-se destacar o avanço significativo do IFFar em seu iGG (índice integrado de governança e gestão públicas), que passou de 45%, em 2018, para 55,7%, em 2021, de acordo com o instrumento avaliativo do TCU.

A título de exemplo, lista-se algumas forças e fraquezas identificadas no Perfil Integrado de Governança de 2021, conforme as áreas avaliadas:

<sup>2</sup> <https://www.tcu.gov.br/igg2021/iGG2021%20-%20270%20-%20IF%20Farroupilha.pdf>

**Quadro 3 – Forças e Fraquezas identificadas no iGG 2021**

<b>FORÇAS X FRAQUEZAS iGG 2021</b>	
<b>GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL</b>	
<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
Modelo de governança estabelecido	Promoção de lideranças
Estratégia definida	Monitoramento do desempenho da gestão
Transparência	Monitoramento da satisfação dos usuários
Compromisso com a integridade	Gestão de riscos
Accountability	Monitoramento dos resultados organizacionais
<b>GESTÃO DE PESSOAS</b>	
<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
Definição do quantitativo necessário de pessoal	Disponibilidade de sucessores qualificados
Identificação das lacunas de competências dos colaboradores e gestores	Desenvolvimento das competências dos colaboradores e gestores
Avaliação do ambiente de trabalho organizacional	Identificação dos motivos dos pedidos de movimentação interna de colaboradores
<b>SEGURANÇA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	
<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
Monitoramento do desempenho da gestão de TI	Capacidade em prestar serviços públicos com qualidade
Planejamento de TI	Gestão de pessoal de TI
Definição de políticas de responsabilidades para a gestão de TI	Processo de gestão de continuidade de serviços de TI
Gestão de contratos de TI	Gestão de riscos de TI
<b>CONTRATAÇÕES</b>	
<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>
Definição de modelo de gestão de contratações	Monitoramento do desempenho da gestão de contratações
Contratação e gestão com base em desempenho	Gestão de pessoal de contratações
<b>ORÇAMENTO</b>	
<b>FORÇAS</b>	<b>FRAQUEZAS</b>

Acompanhamento de indicadores que permitem gerenciar o processo orçamentário	Processo de trabalho para elaboração anual da proposta orçamentária
--	---

#### 4.1.2 Relacionamento com partes interessadas e controle social

A atuação das partes interessadas e o controle social sobre o Instituto Federal Farroupilha ocorrem, fundamentalmente, por meio: i) da comunicação direta da sociedade com a autarquia, via ouvidoria, serviço de informação ao cidadão, consultas públicas e outras formas abertas de participação; ii) da participação irrestrita de representantes de todos os segmentos (alunos, servidores, egressos, sociedade civil organizada e governo federal) em órgãos deliberativos, com direito a voto, inclusive; e, especificamente no que tange ao controle, iii) do acesso a dados e informações disponibilizados em atenção à Lei de Acesso à Informação (dados abertos, contratos, processos, atas, execução orçamentária, etc.) e da transmissão, em tempo real, das reuniões realizadas pelas instâncias da alta administração (Conselho Superior, Colégio de Dirigentes, comitês assessores, entre outros).

Em 2021, ano em que a pandemia de Covid-19 continuou impondo o distanciamento físico e a manutenção das atividades remotas, o IFFar intensificou a sua comunicação virtual, promovendo o uso extenso de plataformas de reuniões on-line (Google Meet, Zoom, Microsoft Teams, etc.) e a transmissão de eventos pela sua Web TV<sup>3</sup>. Ainda quanto às transmissões on-line ao vivo, no atinente ao aprimoramento da transparência e do controle social, é importante destacar que os vídeos permanecem disponíveis para acesso a qualquer tempo.

#### 4.1.3 Ouvidoria

Considerando-se todas as manifestações (632) contabilizadas pelo painel “Resolveu?”<sup>4</sup>, desenvolvido pela Controladoria-Geral da União, descontados os registros arquivados (14), encaminhados a outros órgãos (1) e em tratamento (3), o índice de respostas apresentadas dentro do prazo pelo IFFar é de 95%. Os 5% restantes compreendem respostas entregues, porém com atraso.

Ainda tendo por base a série histórica, o tempo médio de resposta é 24,62 dias, enquanto o nível de satisfação com o atendimento é de 77,5% (60% dos respondentes ficaram muito satisfeitos; 15% declararam-se satisfeitos; 6% consideraram o atendimento regular; 15% ficaram insatisfeitos; e 5%, muito insatisfeitos).

**Em 2021, o IFFar recebeu 59 manifestações de ouvidoria, das quais 1 foi arquivada e 58 foram respondidas dentro do prazo, com um tempo médio de resposta de 20,71 dias, abaixo do tempo médio identificado nos órgãos e entidades federais. Embora apenas 1 usuário tenha respondido a avaliação de satisfação, o retorno registrado foi “muito satisfeito”. Esse desempenho foi melhor que o de 2020, ainda que aquele também possa ser considerado plenamente satisfatório: de um total de 56 manifestações recebidas, o índice de respostas apresentadas dentro do prazo foi de 100%, assim como em 2021.** Não obstante, como indicado anteriormente, a Ouvidoria **melhorou o seu tempo médio de resposta**, que, em 2020, havia sido de 22,76. A satisfação média em 2020 foi de 68,75%, melhorando, pois, em 2021.

#### 4.1.4 Serviço de Informação ao Cidadão

Conforme estabelecido pela Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), o acesso à informação se dá principalmente por duas formas: a transparência passiva, ou seja, os dados que são disponibilizados mediante solicitação dos interessados, e a transparência ativa, que consiste na divulgação espontânea pelas instituições.

<sup>3</sup> <http://webtv.iffarroupilha.edu.br/>

<sup>4</sup> <http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm>

A respeito da transparência passiva no IFFar, pelo que se extrai do painel "Lei de Acesso à Informação"<sup>5</sup>, sob controle da Controladoria-Geral da União, a atuação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da autarquia é bastante consistente.

**O IFFar contabiliza, até o momento, um total de 802 pedidos de acesso à informação recebidos, dos quais 99,75% foram respondidos e 0,25% estão em tramitação.** Não há omissões nesse sentido, portanto. Referindo-se, ainda, a esse recorte (geral), o tempo médio de resposta calculado é de 14,93 dias, abaixo do tempo médio geral (15,03 dias), ou seja, quando tomado por base todos os órgãos e entidades federais.

**Em 2021, o tempo médio de resposta do IFFar a pedidos de acesso à informação foi de 14,25 dias**, ficando abaixo da sua média histórica. Em comparação com 2020, cujo valor foi de 13,68 dias, houve um aumento, porém dentro de uma variação que não afeta a qualidade do serviço. Isso fica demonstrado pelo nível de satisfação do usuário: para as perguntas "*A resposta fornecida atendeu plenamente ao seu pedido?*" e "*A resposta fornecida foi de fácil compreensão?*", as avaliações, em uma escala de 1 a 5, foram, em 2020, de 4,29 e 4,32, respectivamente; **já em 2021, os mesmos indicadores se elevaram a 4,77, ambos.** As médias históricas do IFFar, para fins de comparação, são de 4,29 e 4,47, respectivamente.

Os órgãos de controle, além de fiscalizar e estimular os órgãos e entidades jurisdicionados a cumprir as normativas da área, estabelecem, objetivamente, conjuntos ou tipos de informações cuja publicação é obrigatória. Tais dados constituem o corpo básico da transparência ativa, o mínimo que precisa estar imediatamente acessível, independentemente de pedido ou interesse demonstrado.

O ideal que se busca é a publicação de toda e qualquer informação que não seja sigilosa nos termos da lei. Entretanto, como se pode constatar facilmente, trata-se de um processo bastante trabalhoso, afetado por fatores como segurança da informação, proteção de dados pessoais, desenvolvimento/manutenção de sistemas, volume de dados para tratamento, entre outros.

De acordo com o que é exigido pelo Tribunal de Contas da União, o IFFar disponibiliza, em seu portal web, uma seção específica de transparência ativa<sup>6</sup> ("Acesso à Informação"), em que podem ser acessados dados abertos, relatórios de auditorias, ações e programas, convênios, receitas e despesas, etc. Nesse aspecto, contudo, de acordo com o painel LAI, a instituição precisa evoluir. Em 2020, o grau de cumprimento de itens de transparência ativa pela autarquia foi de 24,5%, **pontuação que se manteve inalterada em 2021.**

Os números demonstram que os principais canais de comunicação direta e o acesso à informação do IFFar pela sociedade estão funcionando regularmente e permanecem evoluindo, apesar das dificuldades relacionadas à falta de estrutura, principalmente no que tange à força de trabalho.

#### **4.1.5 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

- Portal do Instituto Federal Farroupilha: <http://www.iffarroupilha.edu.br/>
- Documentos Institucionais: <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>
- Conselho Superior (Consup): <http://www.iffarroupilha.edu.br/conselho-superior/documentos>
- Plano de Desenvolvimento Institucional: <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>
- Relatórios de Gestão Anteriores: <https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>
- Editais publicados: <http://www.iffarroupilha.edu.br/editais>
- Boletins de serviço: <https://iffarroupilha.edu.br/boletim-de-servi%C3%A7o/sobre-bs>
- Ouvidoria: <http://www.iffarroupilha.edu.br/ouvidoria-iff/apresenta%C3%A7%C3%A3o>
- Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC):

<sup>5</sup> <http://paineis.cgu.gov.br/lai/index.htm>

<sup>6</sup> <https://iffarroupilha.edu.br/apresenta%C3%A7%C3%A3o-acessoinfo>

<https://landpage.cgu.gov.br/redirectfalabr/>

- Contatos: <https://www.iffarroupilha.edu.br/contatos-iffar>

## 4.2 Estratégia e resultados de desempenho

Nos quadros a seguir, são demonstradas as principais ações estratégicas executadas em 2021, bem como os resultados alcançados vinculados à missão institucional e aos objetivos estratégicos expressos no planejamento institucional.

### Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 – 2026:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>

#### Quadro 4 – Ações e resultados relacionados à dimensão Pessoas e Infraestrutura do PDI 2019 – 2026

<b>Objetivo estratégico:</b> Promover a gestão estratégica de pessoas, por meio do desenvolvimento das competências individuais e organizacionais e da melhoria da saúde, segurança e qualidade de vida do servidor.	
<b>Meta:</b> Reservar, no mínimo, 1% do recurso anual de custeio da instituição para a qualificação de servidores em nível de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"><li>• Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais (PIIQPE);</li><li>• Cursos de doutorado interinstitucional (Dinter) com foco em áreas de interesse da instituição.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Qualificação do quadro de servidores docentes e TAEs do IFFar com impactos positivos sobre os serviços prestados à comunidade interna e externa, titulação do corpo docente e processo formativo dos alunos;</li><li>• Dinter: 23 servidores contemplados.</li></ul>
<b>Meta:</b> Reservar, no mínimo, 1% do recurso anual de custeio da instituição para a qualificação de servidores em nível médio, graduação e pós-graduação.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"><li>• Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional (PIIQP).</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Qualificação do quadro funcional do IFFar visando ao desenvolvimento profissional dos servidores TAEs e docentes, ao desenvolvimento de competências e ao aprimoramento constante dos serviços prestados;</li><li>• PIIQP: 111 servidores contemplados.</li></ul>
<b>Meta:</b> Possibilitar, anualmente, a participação em cursos/eventos de capacitação a 70% dos servidores do IFFar.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"><li>• Participação de servidores em cursos de capacitação de curta duração;</li><li>• Programa Institucional de Desenvolvimento – PIDes.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Treinamento de servidores para atualização e aperfeiçoamento das rotinas de trabalho.</li></ul>
<b>Meta:</b> Aumento de 5% — até 2022 — do número de projetos de pesquisa e extensão vinculados a servidores técnico-administrativos.	
Ações	Resultados
<ul style="list-style-type: none"><li>• Implementação de projetos de pesquisa e extensão vinculados a servidores técnico-administrativos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• 13 projetos de pesquisa;</li><li>• 46 TAEs participantes de projetos de pesquisa;</li><li>• 77 projetos de extensão;</li><li>• 174 TAEs participantes de projetos de extensão</li></ul>

<b>Meta:</b> Desenvolver, anualmente, ações voltadas à promoção da saúde, qualidade de vida e bem-estar, atingindo 70% dos servidores.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações para promover a saúde, a qualidade de vida e o bem-estar dos servidores;</li> <li>• Participação do Comitê Nacional de Saúde e Qualidade de Vida dos IFs;</li> <li>• Participação do Comitê Institucional de Emergência (CIE);</li> <li>• Coordenação da Comissão de revisão do Plano de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle do Covid-19.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Envio de <i>cards e e-mails</i> e organização e participação em <i>lives</i> relacionadas às principais datas comemorativas da saúde, como Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul e outros;</li> <li>• Aquisição de equipamentos de segurança e insumos para o enfrentamento da pandemia de Covid-19;</li> <li>• Implantação do Curso de Formação para a Prevenção da Covid-19;</li> <li>• Implantação de cuidados com a saúde física e mental dos servidores articulada com a organização das atividades profissionais;</li> <li>• Implantação do Comitê de Saúde Mental e Qualidade de Vida.</li> </ul>
<b>Objetivo estratégico:</b> Promover a ampliação e a manutenção da infraestrutura física das unidades e a revisão e a melhoria dos equipamentos, máquinas, móveis e infraestrutura dos espaços didático-pedagógicos.	
<b>Meta:</b> Garantir, no orçamento das unidades, recursos para as atividades de manutenção de infraestrutura física e maquinários.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção de maquinários, veículos, mobiliário e infraestrutura;</li> <li>• Contratação de serviços terceirizados para segurança patrimonial e manutenção e conservação das unidades institucionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção e conservação de máquinas, equipamentos, bens móveis e imóveis;</li> <li>• Segurança patrimonial.</li> </ul>
<b>Meta:</b> Implantar o Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios (PPCI) em 100% das unidades.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de projetos de prevenção contra incêndio nas unidades;</li> <li>• Manutenção dos sistemas de combate a incêndio e sistemas de proteção contra descargas atmosféricas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Segurança pessoal e patrimonial.</li> </ul>
<b>Meta:</b> Adequar 100% das unidades às exigências de licenciamento ambiental.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratação de serviços especializados para realização de projetos, obras e aquisição de equipamentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adequação das unidades às determinações das leis ambientais.</li> </ul>
<b>Meta:</b> Expandir a infraestrutura física para equalização das condições de atendimento aos discentes.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obras, reformas e melhorias para garantir acessibilidade e inclusão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção de ginásio, prédios, laboratórios, centro clínico, passarelas e outros, bem como a aquisição de material bibliográfico, equipamentos e reformas em geral.</li> </ul>
<b>Meta:</b> Garantir, no orçamento de cada unidade, recursos para a aquisição e manutenção de máquinas.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>

• Renovação e manutenção de maquinário.	• Disponibilidade de máquinas para as atividades dos <i>campi</i> .
<b>Meta:</b> Implantar segurança e videomonitoramento em 100% das unidades.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
• Contratação de serviços de segurança e videomonitoramento.	• Proporcionar ambiente seguro para o desenvolvimento das atividades nos <i>campi</i> e Reitoria.
<b>Meta:</b> Aderir a, no mínimo, 1 (um) catálogo de biblioteca digital.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
• Biblioteca digital.	• Ampliação do acesso a materiais bibliográficos.
<b>Meta:</b> Tornar 100% da estrutura física do IFFar condizente com as questões de acessibilidade e inclusão.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
• Realização de obras de acessibilidade.	• Acesso irrestrito às instalações do IFFar.
<b>Objetivo estratégico:</b> Promover a modernização e a ampliação da infraestrutura de TI.	
<b>Meta:</b> Atualizar, até 2022, 30% da infraestrutura administrativa e didático-pedagógica, física e lógica de TI.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
• Compra e manutenção de equipamentos de TIC; • Contratação de serviços de internet; • Ampliação de redes de fibra ótica.	• Disponibilidade dos serviços de TIC para atender às necessidades didático-pedagógicas do IFFar.
<b>Meta:</b> Atualizar, até 2022, 30% da infraestrutura administrativa, física e lógica de TI.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
• Compra e manutenção de equipamentos de TIC; • Contratação de serviços de internet; • Ampliação de redes de fibra ótica.	• Disponibilidade dos serviços de TIC para atender às necessidades administrativas e operacionais do IFFar.

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional do IFFar.

### **Quadro 5 – Ações e resultados relacionados à dimensão Alunos e Sociedade do PDI 2019 – 2026**

<b>Objetivo estratégico:</b> Ampliar e garantir a democratização do acesso ao IFFar.	
<b>Meta:</b> Aumentar em 5%, até 2022, o total de inscrições nos processos de seleção do IFFar (reprojectuar em 2022).	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
• Realização de processo seletivo para ingresso de novos alunos; • Ampliação da oferta de cursos; • Gratuidade da taxa de inscrição nos processos seletivos.	• Total de 13.446 alunos matriculados.
<b>Meta:</b> Ampliar em 100% a quantidade de vagas ofertadas para o ingresso de alunos, em consonância com os anseios da comunidade local/regional de cada unidade de ensino, até 2026.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura de novos cursos;</li> <li>• Ampliação da oferta de vagas;</li> <li>• Realização de campanhas publicitárias para divulgação do processo seletivo de alunos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Total de 4.365 vagas ofertadas nos processos seletivos;</li> <li>• 3 novos cursos de pós-graduação.</li> </ul>
<b>Objetivo estratégico:</b> Fortalecer as políticas de assistência estudantil.	
<b>Meta:</b> Beneficiar, até 2022, no mínimo, 1.500 estudantes pela política de concessão de auxílios financeiros (reapctuar em 2022).	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auxílios de moradia estudantil;</li> <li>• Bolsas e auxílios estudantis;</li> <li>• Alimentação estudantil;</li> <li>• Auxílios aos alunos EaD.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auxílios financeiros da Assistência Estudantil: 2.090 auxílios distribuídos para os alunos do IFFar;</li> <li>• Não tivemos o serviço de moradia estudantil no período de atividades remotas;</li> <li>• 5.577 alunos beneficiados com alimentação estudantil.</li> <li>• 34 alunos da modalidade EaD beneficiados com auxílio estudantil.</li> </ul>
<b>Meta:</b> Desenvolver a temática de promoção à saúde da comunidade discente, atingindo 100% dos alunos do IFFar anualmente.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programas e ações de saúde voltados para o discente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 6.504 alunos atendidos em ações e projetos de atenção à saúde discente.</li> </ul>
<b>Objetivo estratégico:</b> Fortalecer a relação da instituição com a sociedade local/regional.	
<b>Meta:</b> Desenvolver, no mínimo, anualmente, 2 (duas) estratégias de comunicação com a sociedade.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de eventos remotos (lives, palestras e demais) abertos à comunidade externa;</li> <li>• Publicidade em rádios;</li> <li>• Comunicação via redes sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação do IFFar;</li> <li>• Consolidação da imagem institucional;</li> <li>• Interação com a sociedade.</li> </ul>
<b>Objetivo estratégico:</b> Fortalecer as ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica voltadas às demandas e arranjos produtivos locais/ regionais.	
<b>Meta:</b> Ampliar no mínimo 5%, anualmente, o número de projetos voltados à pesquisa, extensão e inovação, com foco no desenvolvimento local e regional.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de projetos de extensão, pesquisa e inovação;</li> <li>• Cursos de extensão;</li> <li>• Concessão de bolsas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 150 projetos de pesquisa com foco no desenvolvimento local e regional;</li> <li>• 171 alunos integrantes de projetos de pesquisa com foco no desenvolvimento local e regional.</li> </ul>
<b>Meta:</b> Realizar, no mínimo, 2 (duas) ações/programas, anualmente, voltados ao empreendedorismo, com foco no desenvolvimento local e regional.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incubadoras-<i>campus</i>;</li> <li>• Incubadoras de base tecnológica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 8 incubadoras-<i>campus</i>;</li> <li>• 9 empresas incubadas;</li> </ul>
<p><b>Meta:</b> Ofertar, no mínimo, 1 (um) curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> por <i>campus</i> e 3 (três) cursos <i>stricto sensu</i> no IFFar, até 2026.</p>	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 10 cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>;</li> <li>• 223 alunos em realização de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>;</li> <li>• 1 curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i>;</li> <li>• 40 alunos em realização de curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i>.</li> </ul>
<p><b>Objetivo estratégico:</b> Oferecer cursos com excelência, observando a verticalização do ensino e o desenvolvimento local/regional.</p>	
<p><b>Meta:</b> Verticalizar o ensino em todos os eixos/áreas ofertados no âmbito do IFFar.</p>	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta de cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação de tecnologia, bacharelado e licenciatura e cursos de pós-graduação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Total de cursos de pós-graduação: 11;</li> <li>• Total de cursos de graduação bacharelado: 14;</li> <li>• Total de cursos de graduação licenciatura: 21;</li> <li>• Total de cursos de graduação de tecnologia: 19;</li> <li>• Total de cursos técnicos de nível médio: 55;</li> <li>• O IFFar não teve avaliação de curso no exercício de 2021;</li> <li>• IGC = 4.</li> </ul>
<p><b>Meta:</b> Reservar, no mínimo, 50% das vagas para os cursos técnicos de nível médio em todos os <i>campi</i> do IFFar, com a inclusão de, pelo menos, 2 (dois) cursos técnicos integrados ao ensino médio.</p>	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta de 31 cursos técnicos integrados ao ensino médio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta de 2.505 vagas em cursos técnicos de nível médio.</li> <li>• 57,39% de vagas ofertadas em cursos técnicos de nível médio.</li> </ul>
<p><b>Meta:</b> Ofertar, no mínimo, 10% das vagas em cursos Proeja, conforme prevê o Decreto N° 5.840/06, entre os quais, pelo menos 1 (um), curso EJA/EPT (Proeja) Técnico Integrado ao Ensino Médio em todos os <i>campi</i> e 1 (um) curso EJA /EPT (Proeja) FIC em todos os <i>campi</i>, como possibilidade de ingresso no Ensino Médio.</p>	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta de 7 cursos Proeja.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta de 240 vagas em cursos Proeja;</li> <li>• 5,5% de vagas ofertadas em cursos Proeja.</li> </ul>
<p><b>Meta:</b> Ofertar, no mínimo, 20% das vagas em cursos de formação de professores em todos os <i>campi</i> do IFFar, com a inclusão de pelo menos 2 (dois) cursos de licenciatura e/ou formação pedagógica em todos os <i>campi</i>.</p>	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta de 21 cursos de graduação licenciatura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta de 735 vagas em cursos de graduação licenciatura;</li> <li>• 16,84% de vagas ofertadas em cursos de graduação licenciatura.</li> </ul>

<b>Meta:</b> Ampliar a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD), incluindo, no mínimo, 1 (um) curso técnico por <i>campus</i> e 5 (cinco) cursos superiores no IFFar.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta de 4 cursos técnicos EaD;</li> <li>• Oferta de 4 cursos superiores EaD.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta de 180 vagas em cursos técnicos EaD;</li> <li>• Oferta de 160 vagas em cursos superiores EaD.</li> </ul>
<b>Objetivo estratégico:</b> Promover permanência e êxito dos alunos.	
<b>Metas:</b> Reduzir o índice de evasão dos cursos técnicos integrados de 9,4% para 5%, até 2026; Reduzir o índice de retenção dos cursos técnicos integrados de 6,79% para 4,5%, até 2026; Reduzir o índice de evasão dos cursos técnicos subsequentes de 32,3% para 21%, até 2026; Reduzir o índice de retenção dos cursos técnicos subsequentes de 6,89% para 5,5%, até 2026; Reduzir o índice de evasão dos cursos técnicos Proeja de 20,2% para 13%, até 2026; Reduzir o índice de retenção dos cursos técnicos Proeja de 7,93% para 6%, até 2026; Reduzir o índice de evasão dos cursos superiores de licenciatura de 20,3% para 13%, até 2026; Reduzir o índice de retenção dos cursos superiores de licenciatura de 13,20% para 9%, até 2026; Reduzir o índice de evasão dos cursos superiores de tecnologia de 21,6% para 14%, até 2026; Reduzir o índice de retenção dos cursos superiores de tecnologia de 8,71% para 6,5%, até 2026; Reduzir o índice de evasão dos cursos superiores de bacharelado de 8,8% para 5%, até 2026; Reduzir o índice de retenção dos cursos superiores de bacharelado de 23,7% para 18%, até 2026; Reduzir o índice de evasão dos cursos EaD de 36,3% para 23%, até 2026; Reduzir o índice de retenção dos cursos EaD de 5,19% para 4,5%, até 2026; Reduzir o índice de evasão dos cursos de Pós-Graduação de 12% para 8%, até 2026; Realizar as ações de assistência e inclusão necessárias à permanência de 90% dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, até 2026.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de Permanência e Êxito;</li> <li>• Acolhimento aos discentes;</li> <li>• Ações inclusivas;</li> <li>• Apoio pedagógico;</li> <li>• Atividades extraclasse;</li> <li>• Assistência estudantil;</li> <li>• Serviços de refeitório;</li> <li>• Moradia estudantil.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indicadores de evasão e retenção disponibilizados pela Plataforma Nilo Peçanha no site <a href="http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/">http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/</a></li> </ul>

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional do IFFar.

#### Quadro 6 – Ações e resultados relacionados à dimensão Processos Internos do PDI 2019 – 2026

<b>Objetivo estratégico:</b> Fortalecer as políticas interna e externa de comunicação.	
<b>Meta:</b> Ampliar em 10% o total das atividades institucionais de divulgação e promoção até 2023.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações de publicidade para a promoção do IFFar em <i>outdoors</i>, rádios e mídias digitais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação do alcance da imagem institucional;</li> <li>• Divulgação dos cursos ofertados;</li> <li>• Divulgação dos processos seletivos para ingresso de novos alunos.</li> </ul>

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional do IFFar.

#### Quadro 7 – Ações e resultados relacionados à dimensão Sustentabilidade Financeira e Ambiental do PDI 2019 – 2026

<b>Objetivo estratégico:</b> Implementar a política ambiental do IFFar.
---

<b>Meta:</b> Implantação da Política Ambiental do IFFar até 2026.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de materiais e equipamentos para ações de proteção ao meio ambiente;</li> <li>• Processo de implantação de usinas fotovoltaicas nos <i>campi</i>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coleta e descarte adequados de resíduos;</li> <li>• Otimização do consumo e redução das despesas com energia elétrica.</li> </ul>
<b>Objetivo estratégico:</b> Incentivar as parcerias público-privadas, no sentido de promover o desenvolvimento tecnológico, de ensino, pesquisa e extensão, com foco nos arranjos produtivos locais, bem como a captação externa de recursos financeiros.	
<b>Meta:</b> Ampliar em 50% o número de projetos financiados com recursos externos.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de projetos de pesquisa de interesse das instituições parceiras e captação de recursos;</li> <li>• Captação de recursos externos através de fundações de apoio à pesquisa e outros órgãos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 31 projetos de pesquisa em parcerias com empresas (exceto projetos ICT).</li> </ul>
<b>Meta:</b> Cumprir integralmente a legislação para aquisição de alimentos da agricultura familiar.	
<b>Ações</b>	<b>Resultados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de chamadas públicas para aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compra de alimentos provenientes da agricultura familiar para distribuição aos alunos em atividades remotas durante a pandemia de Covid-19.</li> </ul>

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional do IFFar.

#### 4.2.1 Indicadores institucionais da Plataforma Nilo Peçanha

O quadro a seguir demonstra os indicadores de gestão do IFFar. Os indicadores são extraídos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), a qual podemos definir como um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). O Objetivo da plataforma é reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculos dos indicadores de gestão monitoramento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC).

**Quadro 8 – Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha para o exercício de 2021.**

Indicadores – Plataforma Nilo Peçanha		2021	2020	2019	2018	2017
<b>Acadêmicos</b>	Taxa de Evasão	15,8%	21,3%	16,8%	13,40%	19,1%
	Eficiência Acadêmica	48,6%	53,0%	74,7%	49,30%	44,1%
	Conclusão Ciclo	46,20%	49,14%	71,94%	47,19%	42,1%
	Evasão Ciclo	48,83%	43,57%	24,4%	48,48%	53,3%
	Retenção Ciclo	4,97%	7,29%	3,65%	4,33%	4,6%
	Relação Inscritos/Vagas	1,82	3,77%	3,29	2,73	4,0
	Relação Matrícula por Professor (RAP)	22,6	24,92	21,55	21,29	19,44
	Taxa de Ocupação	93,63%	88,28%	91,03%	-	-
<b>Administrativos</b>	Gasto Total	R\$ 337.072.025,07	R\$ 314.256.671,37	R\$ 317.182.250,01	R\$ 305.106.223,00	R\$ 280.455.814,00
	Gasto com Pessoal	R\$ 289.701.933,63	R\$ 272.049.893,85	R\$ 263.811.876,75	R\$ 227.695.928,00	R\$ 216.185.120,00
	Investimentos	R\$ 13.093.451,98	R\$ 5.932.768,69	R\$ 8.001.067,65	R\$ 8.022.745,00	R\$ 9.975.010,00
	Outros Custeios	R\$ 34.276.639,46	R\$ 36.274.008,83	R\$ 45.369.305,61	R\$ 67.374.260,00	R\$ 41.458.729,00
	Inativos e Pensionistas	R\$ 18.976.510,98	R\$ 17.466.640,31	R\$ 16.770.613,52	R\$ 13.821.528,00	R\$ 11.798.786,00

	Gasto Corrente por Matrícula	R\$ 19.195,74	R\$ 18.721,34	R\$ 19.438,41	R\$ 20.352,90	R\$ 19.783,35
<b>Socioeconômicos</b>	0 < RFP ≤ 0,5	2.361 alunos	2.433 alunos	3.241 alunos	2.550 alunos	2.613 alunos
	0,5 < RFP ≤ 1	3.513 alunos	3.119 alunos	3.298 alunos	3.194 alunos	3.300 alunos
	1,0 < RFP ≤ 1,5	3.692 alunos	2.785 alunos	2.654 alunos	2.599 alunos	2.396 alunos
	1,5 < RFP ≤ 2,5	2.343 alunos	1.796 alunos	1.535 alunos	1.476 alunos	1.636 alunos
	2,5 < RFP ≤ 3,5	929 alunos	621 alunos	500 alunos	382 alunos	398 alunos
	RFP > 3,5	944 alunos	581 alunos	375 alunos	277 alunos	162 alunos
	Não Declarado	7.207 alunos	5.788 alunos	1.837 alunos	4.381 alunos	2.773 alunos
<b>Gestão de Pessoas</b>	Índice de Titulação Corpo Docente (ITCD)	4,5	4,4	4,4	4,20	4,20

Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2022.html>

#### 4.2.1.1 Análise crítica dos indicadores acadêmicos

Desde 2017 o Relatório de Gestão passou a utilizar os indicadores da Plataforma Nilo Peçanha - PNP, que considera ciclos com data de encerramento em um mesmo período. Os indicadores da Plataforma Nilo Peçanha pode ser consultados no site [www.pataformanilopecanha.org](http://www.pataformanilopecanha.org), pois os mesmos são de domínio público. Anteriormente a adoção dos indicadores da PNP, os dados de referência para a análise e apresentação dos resultados, eram oriundos do Acórdão nº 2.267/2005 – TCU/Plenário, que considerava em sua metodologia o período compreendido entre janeiro e dezembro do ano de análise.

##### a) **Eficiência Acadêmica**

A Eficiência Acadêmica é obtida a partir do indicador Conclusão Ciclo, que representa todos os estudantes que concluíram o curso no ciclo, mais uma expectativa estatística de prováveis concludentes, considerando uma média de conclusão dos estudantes que se encontram na situação de retidos. A PNP indicou um decréscimo na Eficiência Acadêmica no ano de 2021, quando comparado ao ano anterior. Infelizmente o ano de 2021 ainda sente os reflexos do ano de 2020, no qual a Instituição vivenciou a finalização do Calendário Acadêmico de 2020 em fevereiro de 2021, em função da pandemia da COVID-19, desistência de estudantes em função da situação econômica e alguns casos questões emocionais (decorrente da falta de socialização), podem ter influenciado nos resultados obtidos pela PNP.

Assim como nos anos anteriores, a Instituição intensificou ações voltadas para a Permanência e Êxito, principalmente para o ano letivo de 2021 e 2020, visto ter sido um ano atípico, pois ainda estamos em uma situação pandêmica. Acreditamos que os dados futuros ainda serão influenciados pela ocorrência da pandemia de COVID-19, no entanto, o PDI 2019-2026 irá rever suas metas, considerando a situação vivida até o momento, visando diminuir os índices de evasão por nível, forma de organização e modalidade dos cursos, como forma de melhorar ainda mais os índices de eficiência acadêmica obtidos no ano de 2019.

##### b) **Conclusão Ciclo**

O indicador Conclusão é o índice utilizado para medir a Eficiência Acadêmica e considera o percentual de estudantes que integralizaram o curso dentro do ciclo. O indicador estava em uma crescente do ano de 2017 (42,10%) até o ano de 2019 (71,94%), ocorrendo um decréscimo no ano de 2020 (49,14%) e no ano de 2021 (46,20%), essa redução é reflexo da pandemia no início do ano de 2020 e que perdura até o presente momento. Infelizmente esse indicador apresenta uma resposta negativamente, sendo reflexo dos problemas ocorridos no ano de 2020, no qual a pandemia influenciou no modo de vida das pessoas, que passaram a cumprir uma série de restrições sociais e no setor produtivo, que resultou em dificuldades econômicas para os estudantes e diversas incertezas quanto à conclusão do ano letivo. No entanto, ações institucionais estão sendo realizadas desde o ano passado visando minimizar a evasão e garantir o êxito dos estudantes.

##### c) **Taxa de Evasão e Evasão Ciclo**

A PNP trabalha com dois índices para tratar da Evasão: (i) a Taxa de Evasão - que é o total de estudantes matriculados no ano pelo número de evadidos no ano e (ii) a Evasão Ciclo - que é o total de estudantes que perderam o vínculo com o curso, ao longo do ciclo.

A Taxa de Evasão apresentou um decréscimo quando comparado ao ano de 2020, sendo de 15,5%. Esse indicador foi de 21,30% no ano anterior (2020), sendo que o resultado de 2021 está muito próximo ao ano de 2018 quando atingimos o menor índice de Taxa de Evasão, que foi de 13,40%. A redução na taxa de evasão está atrelada as ações iniciaram em 2020 e que foram intensificadas no ano de 2021, visando promover a permanência e êxito dos nossos estudantes, através da busca ativa pelos estudantes, para que os mesmos pudessem acompanhar os estudos no formato de ensino remoto. Além disso, no segundo semestre de 2021 ocorreu um retorno escalonado de atividades realizadas de maneira presencial, o que

permitiu que muitos estudantes concluíssem o ano letivo. O IFFar, preocupado em reverter o índice obtido no ano de 2020, estabeleceu juntamente ao PDI, Orientações Pedagógicas, que implementaram ações para minimizar a evasão dos estudantes e garantir o retorno daqueles que em função da situação pandêmica tiveram que abandonar seus estudos.

Já o indicador Evasão Ciclo, refere-se a perda de estudantes ao longo do ciclo do curso. Assim como no ano de 2020, 2021 apresentou um acréscimo no indicador de 5,26 pontos percentuais quando comparado ao ano de 2020. Entretanto, o indicador no ano de 2021, segue sendo inferior aos resultados obtidos nos anos de 2018 e 2017, que foram de 48,48 e 53,30%, respectivamente. Possivelmente, se a pandemia de COVID-19 não tivesse ocorrido, a Evasão Ciclo poderia ter apresentado resultado similar ou inferior ao ano de 2019, visto, que as ações do programa de Permanência e Êxito, foram intensificadas nos últimos anos, visando garantir e incentivar a frequência dos estudantes na Instituição e ações voltadas à melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e da assistência estudantil foram intensificadas com o acompanhamento dos índices de evasão e retenção, por curso.

A Retenção Ciclo indica os estudantes que embora permanecendo na Instituição não tiveram êxito no ciclo do curso. Os estudantes retidos, em geral, apresentam pendências em disciplinas ou tiveram dificuldades de concluir estágios. Entretanto, mesmo estando ainda em pandemia por COVID -19, houve uma melhora nesse índice quando comparado ao ano de 2020 (7,29%) , ou seja, tivemos uma redução de 2,32 pontos percentuais, que resultou em valores similares aos obtidos nos anos de 2018 (4,33%) e 2017 (4,6%).

#### d) **Relação Inscritos/Vagas**

A relação inscrito/vaga é um indicador da PNP que considera o número total de candidatos inscritos no Processo Seletivo pelo total de vagas ofertadas na instituição, ou seja, essa relação representa quantas vezes o número de inscritos supera o número de vagas ofertadas. Em 2021, a relação inscrito/vaga no IFFar foi de 1,82%, resultado mais baixo obtido até o momento. Infelizmente a baixa procura pode estar atrelada aos fatores econômicos resultantes do longo período em estado de pandemia, em que muitos estudantes tiveram que optar por estudar ou trabalhar, essa escolha influenciou na baixa procura pelos estudantes pelas Instituições de ensino superior.

O processo de elaboração do PDI 2019-2026 propôs uma reflexão no sentido de revisar a oferta de cursos do IFFar, apurando dados sobre a procura por cursos nos diferentes *campi* e propôs um reordenamento da oferta a partir de dados relacionados às novas realidades sociais das comunidades onde estão localizados os *campi*. No entanto, há que se considerar que o dado é uma média de procura em relação aos cursos ofertados. Infelizmente alguns cursos possuem uma baixa procura, como é o caso, dos cursos EJA/EPT (Proeja) e algumas Licenciaturas, quando comparados aos cursos integrados e de bacharelado. A baixa procura pelos cursos de licenciaturas, esta atrelada a ausência de políticas educacionais de valorização de professores, e conseqüentemente, gera baixa procura de interessados em seguir na carreira docente, esses fatores estão sendo considerados pela Instituição a fim de que no ano de 2022 este índice possa apresentar um acréscimo e estabelecer valores similares ou até superior ao obtido no ano de 2017.

#### e) **Relação Matrícula por Professor (RAP)**

A Relação Aluno Professor-RAP é um indicador da eficiência institucional que determina quantos estudantes a instituição consegue atender com o quadro de docentes que dispõe. A Plataforma Nilo Peçanha utiliza o conceito de aluno equivalente, que pondera o nível, a forma de organização ou a modalidade do curso para o cômputo final.

Mesmo ocorrendo um pequeno decréscimo na RAP no ano de 2021 (22,6%) quando comparado ao ano de 2020, podemos verificar que no IFFar essa relação vem aumentando gradativamente desde 2017, sendo o seu maior valor obtido no ano de 2020, sendo de 24,92%. O valor obtido no ano de 2021, mesmo sendo um pouco inferior a obtida em 2020, está cima da relação preconizada como ideal que é de 20/1, ou seja, 20 matrículas para cada professor. É importante ressaltar, que muitos cursos novos estão sendo ofertados pela Instituição, sendo que medida que estes cursos comecem a integralizar suas turmas, esse relação da RAP poderá aumentar.

O manutenção do excelente resultado apresentado pela RAP no ano de 2020 e 2021 do IFFAr está atrelada a dois fatores: (i) a definição de diretrizes educacionais para os cursos de graduação e para os cursos técnicos, que estabeleceu como referência de carga horária, os definidos nas diretrizes e catálogos nacionais de cursos e (ii) o planejamento de gestão definido no PDI que define um máximo de três eixos em cada campus e a definição dos cursos por meio do princípio da verticalização, que garante o melhor aproveitamento da força de trabalho es tritura organizacional.

#### **4.2.1.2 Análise crítica dos indicadores administrativos**

Ao analisarmos os indicadores da PNP 2021, no que corresponde aos gastos administrativos, podemos evidenciar que em relação ao gasto total, houve uma queda em relação ao exercício de 2020. Esta queda está intrinsecamente relacionada à pandemia do COVID 19, pois no decorrer de todo o exercício de 2021, estivemos em trabalho remoto. O maior reflexo se deu principalmente nos gastos com pessoal, mas também com despesas de manutenção e investimentos na instituição. Apesar de constar um valor expressivo nos investimentos de capital, este se deu em função de ocorrer a execução de empenhos de exercício anterior no exercício de 2021 e também das reversões orçamentárias de custeio para capital, recebimento de orçamento de emendas parlamentares e Termos de execução descentralizadas, pois o recurso previsto de capital na matriz orçamentária de 2021, foi de 730.506,00, sendo que o valor de arrecadação própria de capital foi totalmente vetado, quando da aprovação da LOA 2021.

Os gastos com outras despesas de custeio, que se referem à manutenção das atividades bem como ações de assistência e capacitação, tiveram também reflexos da pandemia – COVID 19.

Em relação aos gastos correntes relacionados às matrículas, também em função da Pandemia COVID – 19, podemos perceber uma leve queda no exercício de 2021 em relação ao exercício de 2010.

#### **4.2.1.3 Análise crítica dos indicadores socioecocômicos**

A análise dos dados socioeconômicos dos alunos, considerando apenas aqueles que declararam a renda familiar, apresentadas na Plataforma Nilo Peçanha indicam que 69% dos estudantes da instituição são de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a 1,5 salários mínimos, ou seja, figuram como sendo público prioritário da política de Assistência Estudantil. A situação se alterou em relação a 2020 quando 73% se encontravam neste nível. É importante considerar, ainda, que 17% dos estudantes estão em situação de extrema vulnerabilidade social, com renda familiar per capita igual ou inferior a 0,5 salários. O dado é relevante, considerando que um dos objetivos dos IFs é promover a inclusão social através da garantia de acesso à educação. Também cabe destacar que ocorreu um aumento no número de estudantes que não declararam a renda, pois em 2020 eram 5.788 (33%), enquanto que em 2021 foram 7.207 (35%). Aqui cabe uma ressalva, possivelmente o aumento do percentual está ligado ao contexto pandêmico.

#### **4.2.1.4 Análise crítica dos indicadores de gestão de pessoas**

O Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD) é um indicador que representa a titulação do quadro de professores do Instituto Federal Farroupilha – são quantitativos de graduados, especialistas, mestres e doutores. Em relação aos professores de EBTT, constatou-se que 380 (ou 50,67%) possuem Doutorado, 335 (ou 44,67%) Mestrado, 28 (ou 3,73%) Especialização e 07 (ou 0,93%) possuem Graduação, totalizando 750 servidores. No exercício de 2021, houve aumento do quadro efetivo de docentes (mais dezesseis servidores em relação

a 2020), que decorreu de nomeações visando ocupar vagas oriundas de redistribuição, vacância, e exoneração. Em relação à qualificação do quadro efetivo de docentes, o Índice de Titulação Corpo Docente (ITCD) passou de 4,20, em 2018; para 4,40, em 2019, manteve o mesmo índice (4,40) em 2020 e obteve acréscimo em 2021 para 4,50. Esses resultados advêm das Políticas Institucionais de Qualificação Profissional (PIIQP e PIIQPE), possibilidade de afastamentos integrais para qualificação dos servidores, bem como ingresso de novos servidores com título de mestre ou doutor. Destaca-se, ainda, que o indicador de qualificação dos docentes repercute diretamente nas avaliações dos Cursos Superiores do Instituto Federal Farroupilha pelo Ministério da Educação.

### **4.3 Correição**

Dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2020 pela atual titular da unidade correicional do IFFar, a Copsia, de forma rotineira, permaneceu recebendo pedidos de declarações de inexistência de PADs em nome de servidores que demandaram pedidos de aposentadoria, redistribuição ou cedências a outros órgãos, emitindo-as via SIPAC com base em consultas dos meios de controle da Copsia, e-PAD e CGU-Pad.

Além de atuar nas questões administrativas, a equipe da Copsia deu suporte às comissões sindicantes e processantes, por meio de reuniões e atendimentos individuais, esclarecendo como os processos devem ser conduzidos no Sipac, como realizar os atos de forma virtual (oitivas e outros) e, em alguns casos, fazendo a inserção dos documentos a pedido das CPADs, por necessidades específicas (servidor docente sem acesso ou sem conhecimento do trâmite no Sipac).

Os demais integrantes da Copsia — em número de 5 (cinco), além da titular/presidente —, colaboram na condução de processos administrativos, enquanto membros das trincas processantes. Também contamos com a colaboração externa de 2 (dois) servidores da UFSM.

Tivemos 10 (dez) comissões ativas, entre sindicâncias investigativas e processos administrativos disciplinares. Destas, 50% foram concluídas em 2021 e encaminhadas para apreciação da Autoridade Julgadora e da PGF, aguardando julgamento.

Importante destacar que, nesse mesmo ano, a Copsia recebeu demanda externa, da CGU, para realização de investigação preliminar sumária (IPS) de 9 (nove) servidores, entre efetivos e temporários, que solicitaram e receberam indevidamente o auxílio emergencial disponibilizado pelo Governo Federal no período de pandemia. Tais processos estão em fase de juízo de admissibilidade, para viabilizar as respectivas recomendações (termo de ajustamento de conduta, arquivamento, processo administrativo disciplinar, etc.).

No mais, as servidoras da Copsia participaram semanalmente de reuniões promovidas pelo Gabinete da Reitora, com a participação eventual dos seus membros, e, também, pela CGU, especialmente pela equipe da Dicor/Copis (Diretoria de Gestão do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal), além de cursos de PAD e capacitações contínuas acerca das alterações no sistema e-PAD, que ainda não substituiu integralmente o CGU-PAD, faltando módulos a serem implementados.

Por fim, registra-se que, no intuito de promover as mudanças necessárias à estruturação de uma corregedoria no IFFar, a titular da unidade correicional promoveu, em fevereiro de 2021, a abertura de processo visando a dar subsídios para a adequada implementação de corregedoria, que está no Gabinete da Reitora para apreciação e providências.

## 5 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

### 5.1 Gestão orçamentária, financeira e de custos

A Lei Orçamentária Anual de 2021 (LOA 2021) consignou ao IFFar dotação orçamentária no total de R\$ 335.722.163,00. Esse valor é composto pelos programas:

**Quadro 9 – Relação entre Dotação Orçamentária e Programas Governamentais**

<i>Programas</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
0032	Programa de gestão e manutenção do poder executivo	290.409.736
0901	Operações Especiais: cumprimento de sentenças judiciais	3.257.939
0909	Operações Especiais: outros encargos especiais	1.000
0910	Operações Especiais: Gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais	51.986
5012	Educação Profissional e Tecnológica	42.001.502

Os valores analisados concentram-se no Programa 5012 – Educação Profissional Tecnológica, cuja dotação inicial de R\$ 43.089.745,00 sofreu redução de R\$ 1.088.243,00, ficando com valor (PLOA 2021) de R\$ 42.001.502,00. Nessas análises não foram considerados os termos de Execução Descentralizadas (TEDs).

O Programa 5012 é composto pelas ações:

20RG – Reestruturação e Modernização de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, no valor de R\$ 730.506,00 — exclusivo para investimento;

20RL – Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no valor de R\$ 32.370.605,00;

2994 – Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, no valor de R\$ 8.900.391,00. A partir da dotação recebida pelo IFFar no exercício de 2021, foram empenhados R\$ 8.861.666,00, que representam 99,56% do autorizado na LOA 2021.

O montante inscrito em restos a pagar não processados totalizou R\$ 20.153.570,00, com a maior parcela composta por *Custeio* — R\$ 15.508.710,00 —, em um percentual de 76,95%, e *Obras e Instalações*, com percentual de 23,05%, bem como aquisições de equipamentos e material permanente que serão entregues em 2022.

No que diz respeito a execução financeira, o valor empenhado em 2021 no programa 5012 totalizou R\$ 41.960.301,00, a maior parte — R\$ 33.512.257,00 — em despesas necessárias ao funcionamento do IFFar.

O quadro abaixo apresenta a execução orçamentária e financeira do Programa 5012 – *Educação Profissional e Tecnológica* detalhada por ação, grupo e elemento de despesa:

**Quadro 10 – Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira do Programa 5012**

AÇÃO	NATUREZA DESPESAS	EMPENHADO	LIQUIDADADO	INSCRITO RPNP	PAGO
20RG - INVESTIMENTOS	449051 - OBRAS EM ANDAMENTO	730.506	155.910	574.596	155.910
20RL - INVESTIMENTOS	449051 - OBRAS EM ANDAMENTO	2.062.107	62.808	1.999.299	62.808
20RL - INVESTIMENTOS	449051 - INSTALACOES	612.721	0	612.721	0
20RL - INVESTIMENTOS	449052 - MATERIAIS PERMANENTES	1.654.006	195.762	1.458.244	195.762
20RL - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339014 - DIARIAS NO PAIS	35.624	35.624	0	35.624
20RL - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339020 - AUXILIO A PESQUISADORES	485.298	485.298	0	485.298
20RL - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339030 - MATERIAL DE CONSUMO	2.645.138	1.628.971	1.016.167	1.609.249
20RL - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339033 - PASSAGENS PARA O PAIS	79.468	8.468	71.000	8.468
20RL - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339036 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS	214.022	214.022	0	185.125
20RL - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339037 - LOCAÇÃO MAO DE OBRA	9.523.311	6.181.536	3.341.775	6.089.384
20RL - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339039 - OUTROS SERVIÇOS PJ	14.271.908	6.963.253	7.308.655	6.887.734
20RL - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA D	669.512	460.307	209.205	460.307
20RL - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339047 - OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	90.063	83.302	6.761	83.278
20RL - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339092 - DESPESAS EXERC ANTERIORES	24.951	24.951	0	24.951
2994 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339018 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUD	2.867.782	2.867.782	0	2.867.782
2994 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339030 - MATERIAL CONSUMO	1.185.501	370.712	814.789	370.712
2994 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	339000 - OUTRAS DESPESAS	4.808.383	2.068.025	2.740.358	2.003.712

Fonte: SIOF 2021.

Conforme demonstrado acima, a partir dos dados da planilha de execução do Programa 5012, podemos observar que os valores empenhados nos elementos *Serviços de Terceiros PJ* — R\$ 14.271.908,00 —, *Locação de Mão-de-Obra* — R\$ 9.523.311,00 — e *Material de Consumo* — R\$ 3.830.639,00 —, da ação 20RL, somando um total de R\$ 27.625.858,00, correspondem aproximadamente a 66% do total de custeio empenhado na ação 20RL. Com isso evidencia-se o expressivo desembolso com contratos de serviços, como limpeza e vigilância, necessários ao funcionamento de toda a instituição.

A ação 2994 – *Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica* teve como dotação inicial o valor de R\$ 12.251.010,00, que, após alteração orçamentária, passou a ser R\$ 8.900.391,00; desta quantia, foram executados R\$ 8.861.666,00, o que corresponde a 21,12% dos recursos consignados ao IFFar. Destaca-se o item *Auxílio Financeiro a Estudantes*, com 99,56% do total executado, o que demonstra a prioridade dada aos recursos destinados diretamente aos estudantes.

No exercício 2021, a execução orçamentária do IFFar se deu de forma parcialmente descentralizada, visto que os *campi* têm relativa autonomia para gestão da dotação a eles consignada. Com a centralização das contratações na UASG da Reitoria, no exercício 2021, os processos de adesões tardias, principalmente no que se refere a orçamento de custeio, foram empenhados pela UASG 158127 e sub-rogados aos *campi* do IFFar. Diante da pandemia de Covid-19 e do isolamento social, houve também a restrição das atividades presenciais na instituição, em atividades-fim e meio, pelo que o IFFar solicitou a reversão orçamentária de custeio para investimento, permitindo diversas aquisições de equipamentos e investimento em obras necessárias às unidades.

Os valores destinados pela LOA 2021 concentram-se no Programa 0032 – *Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo*, somando R\$ 290.409.736,00.

O Programa 0032 é composto pelas seguintes ações e valores:

- 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes (R\$ 2.192.311,00)
- 20TP – Ativos Civis da União (R\$ 214.841.885,00)
- 212B – Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes (R\$ 12.002.760,00)
- 216H – Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos (R\$ 104.036,00)
- 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação (R\$ 198.898,00)

- 0181 – Aposentadorias e Pensões Civis da União (R\$ 19.214.867,00)
  - 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (R\$ 41.854.979,00)
- Fonte: SIOP 2021

Um dos principais desafios da gestão orçamentária é a possibilidade de contingenciamento orçamentário em exercícios futuros. No decorrer dos exercícios 2020 e 2021, trabalhamos com situações adversas ocasionadas pela pandemia de Covid-19, com atividades remotas; os desafios para os próximos exercícios, porém, estão intrinsecamente ligados ao aumento das demandas e dos preços dos produtos e serviços que serão necessários no órgão, principalmente para custear as suas atividades de manutenção.

Na área financeira, devido aos possíveis descumprimentos de prazos legais no que diz respeito ao recebimento de financeiro e na realização das liquidações das notas fiscais, poderão ocorrer pagamentos/recolhimentos intempestivos, o que ocasionará recolhimento de encargos, juros e multas.

Para superarmos essas dificuldades, pretendemos trabalhar de forma integrada com as unidades da instituição, de forma a capacitar todos os gestores, para que ocorra o fiel acompanhamento e cumprimento do Plano de Ação Institucional. O controle e o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, através de um planejamento bem elaborado, facilita a obtenção de bons resultados, a partir do olhar atento do gestor.

No intuito de tornar o processo de execução orçamentária mais transparente o IFFar divulga no site da Instituição diferentes relatórios de planejamento, execução e acompanhamento orçamentário. O cidadão pode localizar os documentos em:

- a) Execução e acompanhamento orçamentário:  
<https://www.iffarroupilha.edu.br/direcao-de-orcamento-e-financas/or%C3%A7amento>
- b) Planejamento, na aba “Plano de Ação” do link:  
<https://www.iffarroupilha.edu.br/sobre-o-iffar/documentosiffar>

## **6 GESTÃO DE PESSOAS**

### **6.1 Conformidade legal**

A Gestão de Pessoas do IFFar está vinculada ao órgão setorial na área de pessoal no Ministério da Educação (MEC) denominado Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), que se subordina ao órgão central do Sipec, atualmente Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, a qual edita normas e orientações com relação a área de pessoal.

Nesse sentido, a partir da Lei Nº 11.892/2008, que propiciou o crescimento da Rede Federal de Educação Ciência e Tecnologia, a Gestão de Pessoas apresenta-se como estrutura importante na organização do resgate e registro de informações de pessoal, articulando a promoção de capacitação e qualificação dos quadros de pessoal, requisito fundamental para a qualidade da oferta de ensino, pesquisa, extensão e das atividades de administração e gestão.

Dessa forma, para assegurar a conformidade com a Lei Nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Instituto Federal Farroupilha trabalha com observância da Lei Nº 12.772/2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira e Cargos do Magistério Federal, e da Lei Nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação, bem como sobre diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

Ainda, com relação às formas de atendimento aos requisitos legais da instituição, são utilizadas as resoluções do Conselho Superior do IFFar, pareceres do Colégio de Dirigentes e instruções normativas, as quais seguem as notas técnicas e orientações normativas da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGDP), do Ministério da Economia, e estão sendo revisadas conforme decreto específico referente aos atos normativos das instituições, em cronograma estabelecido pelo próprio ato.

#### **6.1.1 Assentamento Funcional Digital (AFD)**

O Assentamento Funcional Digital (AFD) foi criado por meio da Portaria Normativa/SEGRT/MP Nº 4, de 10 de março de 2016, para os servidores públicos federais efetivos, comissionados ou a esses equiparados, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec), como forma de agilizar o acesso à informação, subsidiar a tomada de decisão e resguardar os direitos e deveres dos órgãos, entidades e de seus agentes, sendo considerado documento arquivístico.

Para efeitos da portaria normativa, equiparam-se a servidores os empregados públicos, os contratados temporariamente, os residentes, os estagiários, os militares de ex-territórios e do Distrito Federal e os participantes do Programa Mais Médicos.

Em 1º de agosto de 2018, a Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (SGP), por meio da Portaria Normativa Nº 9, instituiu novas orientações quanto à digitalização do assentamento funcional, sendo criado o Novo Sistema Sigepe – AFD, visando a atender às necessidades de integração com os sistemas Siape e Sigepe.

O Assentamento Funcional Digital (AFD) é um dossiê digital que será tratado como fonte primária de informação de dados cadastrais de servidores, substituindo a tradicional pasta funcional, e consiste em documentos que compõem o legado e documentos pós-legado.

O “legado” é o conjunto de documentos não digitais relativos à vida funcional do servidor, na forma em que se encontram em cada unidade de gestão de pessoas até 30 de junho de 2016, excluídos os documentos médicos não previstos na tabela de documentos funcionais.

O IFFar contratou uma empresa para realizar a digitalização do legado, que engloba em torno de 220 mil documentos. Esse trabalho foi finalizado no primeiro semestre de 2020. Os documentos que não são considerados legados estão sendo incluídos no AFD pelas coordenações de gestão de pessoas do IFFar, sendo alimentado constantemente, em consonância com o previsto nas orientações legais sobre o assunto.

## 6.1.2 Órgãos de Controle

A realização de auditorias preventivas e periódicas é praticada pelos órgãos de controle (TCU e CGU) de forma a corrigir eventuais inconsistências verificadas nas práticas institucionais. As demandas — apontamentos, diligências e recomendações — são respondidas com atenção aos prazos e controles.

No ano de 2021 foram apurados indícios apontados pelo TCU de possíveis irregularidades referentes a acumulações indevidas de cargos públicos, recebimento indevido de auxílio-transporte, quebra da dedicação exclusiva e outros, conforme quantitativos de apontamentos respondidos descritos abaixo:

1. ACUMULAÇÃO IRREGULAR DE CARGOS = 3
2. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PAGO EM DUPLICIDADE = 5
3. INATIVO SEM CONCESSÃO DE APOSENTADORIA = 1
4. PENSÃO CIVIL SEM ATO DE CONCESSÃO = 2
5. SERVIDOR/EMPREGADO MANTIDO EM FOLHA DE PAGAMENTO COMO INATIVO, APESAR DE O RESPECTIVO ATO DE APOSENTADORIA/REFORMA TER SIDO JULGADO ILEGAL OU INEPTO = 1
6. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DESRESPEITADA = 3
7. ATO DE PESSOAL DEVOLVIDO AO GESTOR DE PESSOAL PARA SER REENVIADO PELO SISTEMA E-PESSOAL EM 60 DIAS, EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 1414/2021 – PLENÁRIO = 3
8. PAGAMENTO DE PARCELA DECORRENTE DE AÇÃO JUDICIAL NÃO TRANSITADA EM JULGADA, APESAR DA POSSÍVEL CONCLUSÃO DO PROCESSO JUDICIAL = 3

Acrescenta-se que todos os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessão (Sisac), conforme Instrução Normativa TCU Nº 78/2018.

Atos Sisac/e-pessoal no ano de 2021:

- Admissão: 147
- Desligamento: 38
- Aposentadoria: 07

## 6.2 Avaliação da força de trabalho

O quadro de servidores do IFFar é majoritariamente composto por duas carreiras: docentes do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, regidos pela Lei Nº 12.772/2012; e técnicos-administrativos em educação (TAEs), regidos pela Lei Nº 11.091/2005. Também integram o quadro, em menor número, os empregados anistiados, os cedidos, os contratados temporariamente e os estagiários.

A força de trabalho da instituição está distribuída, por meio das lotações de pessoal, nas onze unidades de ensino e na unidade administrativa central (Reitoria) conforme o quadro abaixo.

**Quadro 11 – Relação de Servidores do IFFar**

Unidade	Docente	TAE
Reitoria	1	95
Alegrete	106	82
São Vicente do Sul	118	103
Santa Rosa	68	56
Júlio de Castilhos	70	61
Santo Augusto	65	52

Panambi	67	56
São Borja	59	55
Jaguari	38	38
Santo Ângelo	54	44
Uruguaiana	24	14
Frederico Westphalen	61	36
Total	731	692

FONTE: Siape

Além disso, pode-se traçar o perfil da força de trabalho do IFFar, conforme segue:

Quanto à jornada de trabalho, a maior parte dos servidores TAEs estatutários cumprem quarenta horas semanais, e o perfil predominante dos docentes é estatutário submetido ao regime de dedicação exclusiva.

**Quadro 12 – Relação de Servidores do IFFar e Regime de Trabalho**

<b>Carreira</b>	<b>Jornada</b>	<b>Nº de servidores</b>
TAE	40h	681
	25h	06
	20h	05
Total		692
Docente	Dedicação Exclusiva	725
	40h	01
	20h	05
Total		731

Fonte: Siape/SIG

Considerando a composição em termos de gênero, as mulheres são maioria na instituição, representando 52,42% do quadro funcional.

**Quadro 13 – Relação de Gênero dos Servidores do IFFar**

<b>Sexo</b>	<b>Docente</b>	<b>TAE</b>
Masculino	350	327
Feminino	381	365

Fonte: SIGGP

O índice de titulação demonstra o nível de qualificação dos servidores do IFFar, conforme observado, em números, no quadro a seguir.

**Quadro 14 – Titulação dos Servidores do IFFar**

<b>Titulação</b>	<b>Docente</b>	<b>TAE</b>
doutorado	380	37
mestrado	335	212
especialização	28	235
aperfeiçoamento	00	01
graduação	07	115
ensino médio	00	03
ensino fundamental	00	00
ensino fundamental incompleto	00	01

Fonte: SIGGP

### 6.2.1 Quantidade de cargos gerenciais ocupados

No quadro abaixo é possível verificar o número de cargos de direção e funções gratificadas disponíveis no IFFar. Desse rol, uma CD-04 está na Procuradoria Federal, ocupada por servidor de carreira da Advocacia-Geral da União, enquanto os demais cargos/funções são ocupados por servidores efetivos do IFFar.

Quadro 15 – Relação de Cargos e Funções do IFFar

Cargos de Direção		Função Gratificada	
CD 01	01	FG 01	61
CD 02	15	FG 02	91
CD 03	19	FG 03	06
CD 04	41	FG 04	06
		FG 05	18
		FUC	112

Fonte: Siape

### 6.2.2 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O recrutamento e a alocação de pessoal no IFFar se efetivam por concurso público e processos seletivos simplificados.

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, de acordo com o art. 37, II, da Constituição Federal:

Art. 37

II - A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Em conformidade, também, com o art. 10, *caput*, da Lei Nº 8.112/1990: Art. 10 A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade. Ainda, o Decreto Nº 9.739, de 28 de março de 2019, estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispondo sobre normas gerais relativas a concursos públicos e sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal – Siorg. Em decorrência dos Decretos Nº 7.312/2010 e Nº 7.311/2010, o IFFar tem autonomia para abertura de concurso público.

Os processos seletivos para contratação de profissionais temporários regidos pela Lei Nº 8.745/93, referente a professores substitutos, são normatizados pela própria lei.

Os provimentos das vagas previstas em concurso devem estar planejados pela instituição, de acordo com Portaria Interministerial Nº 109, de 27 de abril de 2017, que estabelece os procedimentos a serem adotados pelas instituições federais de ensino e pelo Ministério da Educação (MEC) para encaminhamento das estimativas de acréscimo ao orçamento de pessoal relativo ao exercício subsequente, conforme o art. 2º, I, alíneas b e c:

Art. 2º As Instituições Federais de Ensino deverão encaminhar ao MEC, até o dia 30 de abril de cada ano, as seguintes informações:

I - com vistas ao provimento de cargos autorizados nos bancos de professor-equivalente e nos quadros de referência de servidores técnico-administrativos em educação:

- a) .....
- b) o quantitativo de vagas para os cargos de professores efetivos e do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação nos níveis de classificação

C, D e E previstos nos editais dos concursos publicados, realizados, homologados sem provimento e aguardando publicação, com respectivos números e datas; e  
c) o quantitativo de cargos vagos de professores e do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação nos níveis de classificação C, D e E, a serem providos no exercício subsequente.

O planejamento previsto na portaria também deverá estar de acordo com o Decreto Nº 9.262, de 09 de janeiro de 2018, e o Decreto Nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, os quais extinguem cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal, e veda abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica.

A alocação dos servidores nas unidades do Instituto Federal Farroupilha respeita a Portaria Nº 713, de 08 de setembro de 2021, que dispõe sobre o modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação, trazendo os quantitativos de Técnicos-Administrativos em Educação e Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para cada tipo de unidade, não prevendo lotação de docentes na Reitoria. A partir da Portaria Nº 246, de 15 de abril de 2016 (primeiro modelo de dimensionamento), o IFFar ainda trabalhou com portaria interna, específica para definição de distribuição de pessoal.

A mobilidade interna dos servidores da instituição é feita, desde 2013, por meio de processo de seleção para cadastro de reserva de servidores interessados em remoção a pedido, visando a selecionar servidores técnico-administrativos em educação e docentes interessados em remoção para unidade distinta de sua lotação, no âmbito do IFFar, em consonância com o disposto na Lei Nº 8.112/1990. E, desde agosto de 2019, a remoção dos servidores interessados se efetiva de acordo com a Instrução Normativa PRDI Nº 05/2019, a qual institui e regulamenta o Cadastro Contínuo de Remoção a Pedido e estabelece as diretrizes para o processo de cadastro de reserva de servidores interessados em remoção a pedido no IFFar.

Também há remoções decorrentes de motivo de saúde de servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, bem como para acompanhamento de cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, conforme previsto na Lei Nº 8.112/90.

No ano de 2021, onze técnicos-administrativos em educação e vinte docentes foram removidos no IFFar, pelos diferentes motivos legais.

### **6.3 Detalhamento da despesa de pessoal**

A despesa de pessoal no IFFar apresenta acréscimo anualmente, devido ao aumento no número de servidores no exercício e todas as inferências específicas das carreiras docente e TAE.

Os valores do exercício 2021 relativos a servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão tiveram aumento devido ao recebimento de valores de exercícios anteriores, verbas judiciais e progressões em carreiras. Salienta-se que o pagamento de exercícios anteriores ocorre através de rubrica específica e depende de liberação por parte do Ministério da Economia.

Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior e servidores ocupantes de funções gratificadas são de livre designação e exoneração, considerando-se normal, portanto, a oscilação nos valores.

#### **6.3.1 Custos de Pessoal no Exercício 2021 e nos Dois Anteriores**

**Quadro 16 – Histórico dos Custos de Pessoal**

Tipologia s / Exercícios	Vencime ntos e Vantage ns Fixas	Despesas Variáveis						Despesa s de exercíci os anterio res	Decis ões Judic iais	Total	
		Retribui ções	Gratific ações	Adicion ais	Indeniza ções	Benefícios Assistenci ais e Previdenci ários	Demai s Despes as Variáv eis				
<b>Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	20 21	R\$ 92.454.4 32,44	R\$ 0,00	R\$ 49.541.6 38,86	R\$ 8.227.2 61,32	R\$ 9.860.82 7,18	R\$ 15.960.574 ,08	R\$ 48.385 ,50	R\$ 893.224 ,33	R\$ 70.28 4,44	R\$ <b>177.056.6 28,15</b>
	20 20	R\$ 89.975.1 40,20	R\$ 0,00	R\$ 45.143.2 56,43	R\$ 5.611.2 01,40	R\$ 10.102.1 76,91	R\$ 15.330.713 ,66	R\$ 419.62 4,40	R\$ 70.876, 74	R\$ 86.36 9,94	R\$ <b>166.739.3 59,68</b>
	20 19	R\$ 78.805.3 29,87	R\$ 0,00	R\$ 39.050.1 87,65	R\$ 6.484.6 99,01	R\$ 9.454.89 8,69	R\$ 13.887.848 ,50	R\$ 424.58 1,68	R\$ 3.733.1 02,05	R\$ 79.63 6,05	R\$ <b>151.920.2 83,50</b>
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	20 21	R\$ 4.117.95 0,03	R\$ 0,00	R\$ 405.285, 94	R\$ 59.725, 28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ <b>4.582.961 ,25</b>
	20 20	R\$ 4.438.95 2,33	R\$ 0,00	R\$ 512.700, 70	R\$ 16.750, 10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ <b>4.968.403 ,13</b>
	20 19	R\$ 4.207.96 8,08	R\$ 0,00	R\$ 490.441, 78	R\$ 29.659, 06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 118,35	R\$ 0,00	R\$ <b>4.728.187 ,27</b>
<b>Servidores cedidos com ônus ou em licença</b>											
Exercícios	20 21	R\$ 318.854, 72	R\$ 0,00	R\$ 40.409,8 7	R\$ 19.059, 41	R\$ 10.076,0 0	R\$ 12.098,20	R\$ 0,00	R\$ 2.446,4 9	R\$ 0,00	R\$ <b>402.944,6 9</b>

	<b>20</b>	R\$	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$	<b>R\$</b>
	<b>20</b>	R\$	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$	<b>R\$</b>
		204.182,57		15.945,40	3.843,09	5.496,00	9.150,24	0,00		0,00	<b>238.617,30</b>
	<b>20</b>	R\$	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$	<b>R\$</b>
	<b>19</b>	R\$	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$ 0,00	R\$	<b>R\$</b>
		154.662,20		22.298,23	7.376,96	5.038,00	8.374,08	0,00		0,00	<b>197.749,47</b>
<b>Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>20</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	<b>R\$</b>
	<b>21</b>			R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	<b>R\$</b>
				4.500.552,37				0,00	893.224,33	70.284,44	<b>5.464.061,14</b>
	<b>20</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	<b>R\$</b>
	<b>20</b>			R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	<b>R\$</b>
				4.414.611,54				0,00	70.876,74	86.369,94	<b>4.571.858,22</b>
	<b>20</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	<b>R\$</b>
	<b>19</b>			R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	<b>R\$</b>
				4.136.122,90				0,00	3.733.102,05	79.636,05	<b>7.948.861,00</b>
<b>Servidores ocupantes de funções gratificadas</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>20</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	<b>R\$</b>
	<b>21</b>			R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	<b>R\$</b>
				667.953,31				0,00	893.224,33	70.284,44	<b>1.631.462,08</b>
	<b>20</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	<b>R\$</b>
	<b>20</b>			R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	<b>R\$</b>
				663.914,20				0,00	70.876,74	86.369,94	<b>821.160,88</b>
	<b>20</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	<b>R\$</b>
	<b>19</b>			R\$	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$	R\$	R\$	<b>R\$</b>
				590.932,77				0,00	3.733.102,05	79.636,05	<b>4.403.670,87</b>

## 6.4 Estratégias de gestão de pessoas

### 6.4.1 Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

A carreira técnica-administrativa em educação (TAE) está regulamentada pela Lei Nº 11.091/2005, sendo estruturada em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E), de acordo com a escolaridade e experiência exigidas para os cargos. Cada um dos níveis se subdivide, ainda, em quatro níveis de capacitação e dezesseis padrões de vencimento a serem alcançados em decorrência do exercício das atividades do cargo ocupado, realizadas após a posse.

A avaliação de desempenho da carreira TAE ocorre a cada dezoito meses, quando realizada a Progressão por Mérito Profissional, existindo ainda a Progressão por Capacitação,

o que ocorre também a cada dezoito meses, mediante realização de atividades de capacitação com carga horária específica pré-determinada.

No que concerne aos servidores docentes regidos pela Lei Nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, o ingresso na carreira ocorre no nível 1 da Classe DI e, dependendo da titulação, tempo de exercício e avaliação de desempenho, o servidor docente pode se desenvolver na carreira, conforme estrutura das classes (DI a DV) de Professor Titular. Sendo assim, a avaliação de desempenho da carreira docente ocorre a cada 24 meses de efetivo exercício, na ocasião da Progressão por Desempenho Acadêmico e Promoção na Carreira, atendendo a critérios institucionais.

Além disso, de acordo com o Art. 18 da Lei Nº 12.772/2012, aos ocupantes de cargos da carreira de magistério do ensino básico, técnico e tecnológico, para fins de percepção da retribuição por titulação, será considerada a equivalência da titulação exigida com o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), em três níveis: RSC-I, RSC-II e RSC-III. O RSC poderá ser concedido de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução Consup Nº 62, de 5 de novembro de 2014 (em atualização).

Assim, frequentemente concessões de RSC são revogadas ante o encaminhamento da Retribuição por Titulação, haja vista a política institucional de qualificação profissional.

#### 6.4.2 Capacitação: estratégia e números

Com a finalidade de atender às demandas institucionais de qualificação dos servidores, o IFFar executa, desde 2013, o Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional (PIIQP), que se caracteriza como uma política de financiamento que disponibiliza auxílio em três modalidades (bolsa de estudo, auxílio-mensalidade e auxílio-deslocamento) para servidores matriculados em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Em 2016, o programa foi ampliado para servidores matriculados no ensino médio, graduação e pós-graduação lato sensu, em instituições públicas ou privadas no país, reconhecidas em suas devidas instâncias.

Em razão do crescimento do quadro de servidores, a meta é manter o programa institucional e ampliar os recursos destinados ao seu financiamento.

Os recursos de auxílio financeiro destinados ao PIIQP são fracionados de forma igualitária, em caráter de ressarcimento, entre as três modalidades existentes:

- a) bolsa de estudo (PIIQP-BE): destinado a todos os servidores matriculados no ensino médio, cursos de graduação e programas de pós-graduação em instituições nacionais;
- b) auxílio-mensalidade (PIIQP-AM): destinado aos servidores matriculados no ensino médio, cursos de graduação e programas de pós-graduação em instituições nacionais e privadas;
- c) auxílio-deslocamento (PIIQP-AD): destinado aos servidores matriculados no ensino médio, cursos de graduação e programas de pós-graduação em instituições nacionais localizadas em municípios que não o de sua residência.

Entre os recursos destinados à Política de Gestão de Pessoas estão os do PIIQP e do PIIQPE, que deverão ser reservados na matriz orçamentária de cada unidade, no montante mínimo de 1% do orçamento anual de custeio. A concessão do PIIQP ocorre por meio de edital semestral, cujos participantes devem atender às exigências da Resolução *Ad Referendum* Consup Nº 011/2020.

Em 2021 foram destinados R\$ 267.655,26 (duzentos e sessenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e vinte e seis centavos) ao PIIQP, com um saldo restante de R\$ 44.958,31 (quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e oito reais e trinta e um centavos), de acordo com as regras institucionais para concessão do programa.

**Quadro 17 – Demonstrativo de Servidores Atendidos pelo PIIQP**

Primeiro Semestre de 2021		Segundo Semestre de 2021	
Modalidade	Número de	Modalidade	Número de

	servidores contemplados		servidores contemplados
PIIQP-BE	56	PIIQP-BE	55
PIIQP-AM	16	PIIQP-AM	14
PIIQP-AD	10	PIIQP-AD	9
Total de 111 servidores contemplados em 2021			

Por sua vez, o Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais (PIIQPPE), regido pela Resolução *Ad Referendum* Consup Nº 011/2020, tem o objetivo de atender à demanda de qualificação, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, nas áreas prioritárias ao desenvolvimento da instituição, sendo realizado em serviço em instituições de ensino conveniadas no país e no exterior.

A primeira oferta do PIIQPPE contemplou 50 (cinquenta) servidores em cursos de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação, concentrados em duas especializações, Administração de Organizações Educativas e Educação e Formação de Adultos, por meio de convênio com o Instituto Politécnico do Porto, Portugal. A segunda oferta do PIIQPPE está em andamento através do Doutorado Interinstitucional (Dinter) na área de computação, ofertado em convênio entre o IFFar e a Universidade Federal de Pelotas, que 23 servidores cursam desde março de 2020.

Em atendimento ao art. 96-A da Lei Nº 8.112/90, que prevê a possibilidade de afastamento integral para realização de curso de pós-graduação *stricto sensu*, o IFFar, desde 2011, autoriza servidores a se afastarem do trabalho, sem prejuízo da remuneração, para qualificação.

Nesse sentido, ante a publicação do Decreto Nº 9.991/2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, foi atualizada a normativa institucional em setembro de 2020, pela Resolução Consup Nº 57/2020, que normatiza os afastamentos para ações de desenvolvimento, entre elas o afastamento integral. O ato prevê seleção, por edital semestral, no percentual máximo de 10% do total de servidores, por categoria (docentes e técnicos-administrativos), que devem concorrer às vagas.

Em 2021, foram publicados dois editais de seleção para afastamento integral, disponibilizando 31 vagas para docentes e 62 vagas para técnicos-administrativos do IFFar.

Por fim, visando a incentivar ações de desenvolvimento dos servidores por meio de capacitação e formação continuada, ações de práticas e aperfeiçoamento de gestão, projetos de saúde/segurança e qualidade de vida dos servidores e projetos culturais, foi criado o Programa Institucional de Desenvolvimento (PIDes), em 2014, atualmente disciplinado pela Resolução *Ad Referendum* Nº 12/2020, efetivando-se por meio de cadastro de projetos e ações em fluxo contínuo.

O PIDes prevê também fomento financeiro, regulamentado pela Resolução Consup Nº 077/2019, concedido por meio de edital semestral, correspondendo a 1% do valor de custeio de cada unidade do IFFar. Em 2021, o valor correspondente a 1% do custeio de cada unidade somou o total de R\$ 110.149,26 (cento e dez mil, cento e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos).

#### **6.4.3 Levantamento de necessidades de desenvolvimento**

Em agosto de 2019, a partir da edição do Decreto Nº 9.991/2019, revogou-se o Decreto Nº 5.707/2006 e foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, segundo a qual as capacitações e qualificações dos servidores devem estar previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP). O PDP do IFFar foi cadastrado na plataforma conforme o prazo estabelecido.

Esse documento precisa ser planejado e cadastrado anualmente, e sua elaboração se dá a partir de consulta aos servidores sobre as demandas de capacitação e qualificação necessárias, além da indicação de ações de capacitação por um grupo de trabalho especificamente constituído para tal, na busca do cumprimento dos objetivos institucionais, conforme as metas estabelecidas no PDI 2019 – 2026.

Destaca-se que, no ano de 2021, por conta da pandemia de Covid-19, nenhuma ação de capacitação ocorreu de forma presencial, afetando diretamente o planejamento realizado em 2020, uma vez que todos os servidores que buscaram capacitação a realizaram na modalidade a distância.

#### **6.4.4 Trabalho remoto**

O ano de 2021 foi, de fato, atípico, pois, devido à classificação da Covid-19 como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a publicação do Decreto Legislativo Nº 6, no ano de 2020, que reconheceu o estado de calamidade no Brasil, além da necessidade de adoção de medidas profiláticas para redução de risco de contaminação com o Coronavírus e manutenção dos serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, em 16 de março de 2020 foi publicada a Portaria IFFar Nº 313/2020, suspendendo as atividades presenciais por três semanas, inicialmente, e por prazo indeterminado após esse período, conforme a Portaria IFFar Nº 347, de 20 de março de 2020.

Nesse sentido, diante dos inúmeros desafios que o trabalho remoto impôs, o IFFar constituiu o Comitê Institucional de Emergência (CIE), formado por servidores da área de saúde, assistência estudantil, representantes do segmento técnico-administrativo e docente, bem como gestores de todos os *campi* da instituição, com o objetivo de monitoramento permanente do quadro de pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) e emissão de boletins semanais sobre o tema e eventuais impactos no funcionamento do IFFar.

Já no mês de setembro, após nova avaliação da situação pandêmica e necessidade do retorno presencial de algumas atividades, foi publicada a Portaria Eletrônica Nº 112, estabelecendo e regrido as atividades essenciais presenciais permitidas durante a pandemia, aspecto que possibilitou uma retomada, ainda que gradual, ao trabalho *in loco*, sempre priorizando-se a segurança e a saúde de todos os servidores e colaboradores.

Ainda, a partir da condição de trabalho remoto, foram expedidas pela Secretaria de Gestão e Desempenho Pessoal do Ministério da Economia (SGDP/ME) as Instruções Normativas Nº 19, 20 e 21, posteriormente revogadas e substituídas pela Instrução Normativa SGDP/ME Nº 109/2020 (alterada pela IN Nº 37/2021), com orientações e atualizações de várias questões de ordem funcional e regras do trabalho remoto durante a pandemia.

Assim, de março de 2020 a setembro de 2021, o IFFar exerceu quase a totalidade de suas atividades de forma remota. O trabalho remoto foi regulamentado, no âmbito do órgão, pela Instrução Normativa Nº 15/2020 – Gabinete do(a) Reitor(a), garantindo-se a continuidade da prestação dos serviços à sociedade, situação aprovada pelo Conselho Superior da instituição por meio da Resolução Nº 040/2020. Por esse ato, aprovou-se a manutenção das atividades acadêmicas e administrativas de forma exclusivamente remota (exceto as essenciais) até 31 de dezembro de 2020.

No dia 7 de julho de 2021, o Conselho Superior aprovou a manutenção das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração em formato remoto até 30 de setembro do mesmo ano, mantendo em exceção as atividades consideradas essenciais, dispostas na Portaria Nº 112/2020. A situação foi reavaliada no mês de outubro, quando o Consup aprovou a proposta de flexibilização das atividades remotas, a fim de permitir a realização de atividades curriculares práticas essencialmente presenciais. Dessa forma, os cursos passaram a ter autorização para realizarem essas atividades a partir de outubro de 2021. A aprovação levou em conta o avanço da imunização de servidores e estudantes, mudanças no cenário pandêmico no Rio Grande do Sul e diversas análises pedagógicas.

O IFFar planeja o retorno total do trabalho presencial para o mês de fevereiro de 2022, conforme aprovado pelo Consup e edição de portaria do Gabinete do(a) Reitor(a).

#### **6.4.5 Siass e Política de qualidade de vida dos servidores do IFFar**

O Núcleo Saúde e Segurança do Trabalho sedia a Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (Siass) do Instituto Federal Farroupilha, a qual tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de perícia oficial e promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do

trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo Federal. Durante o período foram realizadas importantes ações objetivando a saúde do servidor. Essas informações serão expostas, no presente relatório.

Para facilitar a compreensão, algumas definições serão fornecidas a seguir:

I. Equipe multiprofissional: composta por um conjunto de servidores com formação em diversas áreas do conhecimento, responsáveis pelo desenvolvimento de ações de saúde, segurança do trabalho e atividades administrativas, podendo contribuir para a avaliação pericial com pareceres técnicos específicos de sua área de atuação a fim de qualificar a intervenção.

II. Avaliação social: realizada pela assistente social integrante da equipe multidisciplinar do Siass, externaliza uma sugestão técnica para a melhor solução da situação pericial apresentada, fazendo uso de técnicas e instrumentos pertinentes ao exercício da profissão, necessários para a análise, interpretação da situação em questão e elaboração do parecer que subsidiará a decisão pericial.

III. Perícia oficial em saúde: ato administrativo que consiste na avaliação técnica de questões relacionadas à saúde e a capacidade laboral, realizada na presença do periciado por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado.

IV. Junta oficial em saúde: perícia oficial em saúde realizada por grupo de três médicos ou de três cirurgiões-dentistas.

V. Licença por motivo de saúde: direito de o servidor ausentar-se, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus, dentro dos prazos previstos, conforme a legislação vigente. São espécies de licenças por motivo de saúde: a licença para tratamento da própria saúde, conforme disposto nos artigos 202, 203 e 204 da Lei Nº 8.112/1990; licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme disposto nos artigos 83 e 204 da Lei Nº 8.112/1990; licença à gestante, conforme disposto no art. 207 da Lei Nº 8.112/1990; e a licença por acidente em serviço, conforme disposto nos artigos 211 e 212 da Lei Nº 8.112/1990.

VI. Registro de atestados: inclusão virtual de licenças dispensadas de perícia no Siass por um servidor técnico-administrativo das Unidades de Saúde do IFFar com acesso administrativo no sistema, tendo por base atestados emitidos por profissional médico ou odontólogo assistente externo.

#### **6.4.5.1 Principais ações em Promoção da Saúde e Qualidade de Vida:**

1. Revisões mensais e atualização do Plano de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle do Novo Coronavírus (Covid-19) do IFFar, de acordo com as atualizações dos órgãos nacionais e mundiais de saúde. Responsável pelo acompanhamento dos processos relacionados à aquisição e distribuição de equipamentos de proteção e insumos na instituição.

2. Acompanhamento das diretrizes relativas à realização de trabalho remoto no âmbito do IFFar, de modo a contemplar questões inerentes ao cuidado com a saúde física e mental dos servidores, articulado com a organização das atividades profissionais, rotinas diversas, reuniões, contato com chefia, horários e ferramentas de comunicação, rotinas em andamento.

3. Coordenação do Curso de Formação para Prevenção da Covid-19, a partir de maio de 2021, com reuniões mensais em 2021, revisões periódicas e em andamento.

4. Coordenação do Comitê de Saúde Mental e Qualidade de Vida, com reuniões mensais.

5. Participação do Comitê Institucional de Emergência (CIE), desde o dia 27/03/2020, em andamento.

6. Participação/coordenação da Comissão Institucional de Acompanhamento Periódico das Ações de Mitigação, com atividades diárias de apreciação de solicitações de execução de atividades presenciais nas instalações da Reitoria desde o dia 17/08/2020, em andamento.

7. Recepção e avaliação diária das autodeclarações de condição necessária ao trabalho remoto de servidores, conforme Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME N° 90/2021, em andamento.

8. Coordenação da Comissão de Revisão do Plano de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle do Novo Coronavírus (Covid-19) do IFFar, constituída pela Portaria N° 1452, de 29 de novembro de 2021.

9. Participação no Comitê Nacional de Saúde e Qualidade de Vida dos Institutos Federais, UNIFICA, formado por membros dos institutos e instituições federais de ensino partícipes do GT Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho do Forgep.

10. Participação no GT de Revisão da IN sobre formaturas on-line.

11. Participação no GT do Passaporte Vacinal Covid-19 e de elaboração da IN 04/2022, fornecendo orientações para retorno presencial integral nas atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do IFFar.

12. Participação na organização do evento Mês do Servidor juntamente com a CGP, com temas relacionados à Saúde Mental.

13. Ações de promoção da saúde por meio do envio de cards via e-mail, relacionados a campanhas nacionais de prevenção e cuidado, bem como participação na organização e divulgação de diversas *lives* durante o ano, com as temáticas abaixo descritas:

- **Abril:** Semana da Saúde (dias 7, 8 e 9 de abril): IFFar REFLEXÕES SOBRE O CUIDADO EM TEMPOS DE PANDEMIA – Temas: “O gerenciamento do estresse em tempos de pandemia”; “O cuidado com a saúde mental do servidor e o trabalho remoto em tempos de pandemia”; “Sentimentos e necessidades: como acolher em meio à pandemia? Uma perspectiva da Comunicação Não-Violenta”; “O LUTO EM TEMPOS DE PANDEMIA — O Amor vai nos curar, por maior que seja a dor”, com participação de convidados externos e servidores de outras instituições, além de servidores do IFFar.

- **Setembro Amarelo:** campanha alusiva de valorização da vida (dia 21 de setembro) – Palestrantes: Alberto Carbone (voluntário CVV) – São Paulo, Juliana Picoli – psicóloga do Instituto Vita Alere – São Paulo; mediação: Martina Garcia, psicóloga do IFFar; tema: "Falar é a melhor opção".

- **Outubro:** Atividade alusiva à campanha do Outubro Rosa, campanha de conscientização que tem como objetivo principal alertar as mulheres e a sociedade da importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama e, mais recentemente, sobre o câncer de colo de útero. Conscientização e prevenção — diagnóstico precoce do câncer de mama. Convidada: Anna Carolina Le Campion, médica do Siass do IFAL; mediação: Carla Zimmerman, enfermeira do IFFar. *Live* transmitida no dia 6, pelo canal da WebTv do IFFar.

- **Novembro:** Atividade alusiva à campanha do Novembro Azul, campanha dirigida aos homens e à sociedade para conscientização a respeito de doenças masculinas, com ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de próstata. Tema: prevenção do câncer de próstata: uma ação de cuidado no contexto da saúde do homem. Convidada: Bianca de Moura Peloso Carvalho, doutoranda em enfermagem, UNIFAL-MG; mediação: Marcelo Totti, odontólogo do IFFar. Dia 29 de novembro, pela WebTv IFFar.

- **Dezembro Vermelho:** Campanha de conscientização do tratamento precoce da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida e de outras infecções sexualmente transmissíveis. Convidado: Dr. Almir Santana, médico e professor sergipano conhecido pela luta na conscientização do Programa Estadual de DST/Aids, pioneiro no atendimento a pacientes com HIV; mediação: Dr.a Anna Carolina Le Campion, do IFAL. Dia 9 de dezembro, pela WebTv do IFNMG.

#### 6.4.5.2 Atividades em Perícia Oficial em Saúde

A atividades periciais foram consideradas essenciais ao funcionamento do IFFar durante o período pandêmico relacionado à Covid-19, de acordo com a Portaria N° 112/2020. Dessa forma, em 2021, continuaram ocorrendo, de maneira presencial, contando com a participação do médico perito Leonardo de Souza Mauro, a assistente social Carla Regina Pires, a técnica em enfermagem Rosecler Machado de Menezes e a enfermeira Liana Nolibos Rodrigues. As atividades de perícia oficial em saúde estão resumidas abaixo:

## I. Atestados Registrados

**Quadro 18 – Demonstrativo de Atestados Registrados no Siass**

Unidade Siass	Tratamento de Saúde		Licença por motivo de doença em pessoa da família		Total
	Quantidade de Atestados	Média de Dias de Afastamento	Quantidade de Atestados	Média de Dias de Afastamento	
IFFar	47	3,00	8	2,25	55

Fonte: Relatórios gerenciais da Unidade Siass IFFar, 2022.

## II. Quantitativo de avaliações periciais

**Quadro 19 – Demonstrativo de Avaliações Periciais**

Tipo Perícia	Singular	Junta por Videoconferência	Total Geral
Avaliação de candidato para ingresso no serviço público federal	9	0	9
Licença para tratamento de saúde	171	16	187
Avaliação para concessão de licença à gestante	54	0	54
Licença por motivo de doença em pessoa da família	18	0	18
Avaliação da necessidade de horário especial para servidor com familiar/dependente portador de deficiência	0	8	8

Licença para tratamento de saúde por junta oficial	0	4	4
Licença para tratamento de saúde – rgps (até 15 dias)	4	0	4
Avaliação para fins de isenção do imposto de renda sobre a aposentadoria	0	2	2
Avaliação da necessidade de horário especial para servidor portador de deficiência	0	2	2
Remoção por motivo de doença do próprio servidor	0	3	3
Remoção por motivo de doença do cônjuge, companheiro ou dependente que viva às expensas do servidor	0	3	3
Avaliação da capacidade laborativa para fins de readaptação - ec nº 103/2019	0	1	1
Avaliação da deficiência para fins de aposentadoria	2	0	2
Total	247	39	286

Fonte: Relatórios gerenciais da Unidade Siass IFFar, 2022.

### III. Avaliações sociais realizadas: 4.

Por fim, dentro da Política de Qualidade de Vida no Trabalho do IFFar, em 2021, foram realizadas diversas ações institucionais, mesmo que de maneira remota, através de *lives* pela TV Web do IFFar, visando à promoção e à manutenção da saúde, da segurança e da qualidade de vida dos servidores.

#### 6.4.6 Segurança do Trabalho

A área de segurança do trabalho corresponde ao conjunto de ciências e tecnologias que tem por objetivo proteger o servidor em seu ambiente laboral, buscando minimizar e/ou evitar acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Ao longo do ano de 2021, diversas ações foram realizadas, destacando-se:

Elaboração de laudos de avaliação ambiental: análise das condições de exposição dos servidores a agentes insalubres e/ou perigosos, com a finalidade de caracterizar e enquadrar as atividades e os servidores, para fins de concessão de adicionais ocupacionais, além da sugestão de medidas de controle e equipamentos de proteção individual e coletiva recomendados para o setor.

Diante da situação de pandemia, no ano de 2021 foram elaborados apenas três laudos técnicos, dos quais dois referentes a avaliação de revisão de adicional de insalubridade.

Envio de e-mails informativos relacionados a segurança do trabalho: objetiva a constante comunicação, levando informações e dicas de segurança do trabalho a todos os servidores do IFFar, os quais podem ser úteis no dia a dia de trabalho de cada servidor. No ano de 2021 foram enviados nove e-mails informativos para a lista geral de servidores, com diversos assuntos, incluindo cuidados durante a pandemia.

Resposta ao Ofício 64/2021 – TCU/SEPROC: Foram apresentadas ao Tribunal de Contas da União, pelo Memorando Eletrônico N° 51/2021 – PRDI, as informações acerca do pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores do IFFar durante o biênio 2019/2020. Os dados foram extraídos dos sistemas Siapenet e Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (SIGGP), das portarias de localização dos servidores, dos laudos técnicos do Siape/Siass, e dos pareceres técnicos e informações coletadas nas Coordenações de Gestão de Pessoas do IFFar.

Participação e elaboração no Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC): Realização de consolidação das demandas (de serviços e materiais) identificadas pelos demandantes, a serem adquiridas pelo IFFar no ano subsequente. A segurança do trabalho coube analisar a Natureza de Demanda (ND) de materiais de proteção e segurança da Reitoria.

Participação na construção do Regulamento da Comissão Permanente de Prevenção e Contra Incêndios (CPPCI) do IFFar: As servidoras da área de segurança do trabalho do IFFar (engenheira de segurança do trabalho e técnica em segurança do trabalho) são membros natos da CPPCI. Dessa forma, participaram da elaboração do regulamento — Resolução Consup N° 44/2021 — para a promoção de ações que: colaborem na elaboração, execução e manutenção dos Planos de Prevenção e Proteção contra Incêndio (PPCI) nos *campi* e na Reitoria do IFFar; ampliem a proteção e a segurança contra incêndios em todos os espaços do IFFar, alertando a gestão sobre atualizações da legislação e melhores práticas para assegurar a proteção de todos; e criem uma consciência acerca da prevenção e proteção contra incêndios em toda a comunidade acadêmica.

Emissão de pareceres e orientações por e-mail acerca dos pagamentos de adicionais ocupacionais, de acordo com a Instrução Normativa SGD/ME N° 109, de 29 de outubro de 2020. O pagamento de adicionais ocupacionais para os casos referidos na IN foi autorizado para os dias em que o servidor se deslocar ao trabalho, desde que obedecida a carga horária mínima, ou seja, tempo igual ou superior à metade da jornada de trabalho diária. Portanto, a fim de auxiliar as Coordenações de Gestão de Pessoas, o Núcleo de Saúde e Segurança do Trabalho emitiu pareceres, orientou por meio de e-mails e também construiu um memorando circular acerca do assunto, em conjunto com a Diretoria de Gestão de Pessoas.

Elaboração de subsídios judiciais: Foram elaborados relatórios e envio de cópias de documentos relativos ao servidor autor do processo, para auxiliar a defesa da instituição. No ano de 2021, foram elaborados três subsídios judiciais.

Emissão de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP): O PPP é um documento histórico-laboral que contém informações relativas às atividades do servidor na instituição, dados administrativos e resultado de monitoração biológica e ambiental. É um documento apresentado em formulário, contendo informações detalhadas sobre as atividades do trabalhador, exposição a agentes nocivos à saúde e outras informações de caráter administrativo. O PPP é um documento que orienta o processo de reconhecimento de aposentadoria especial. Este documento é elaborado pela segurança do trabalho mediante solicitação da DGP para ser anexado ao processo de aposentadoria especial.

Minuta da Instrução Normativa para a Concessão de Adicionais Ocupacionais: Em 2020 foi construída a minuta da instrução normativa para os adicionais ocupacionais, com o intuito de estabelecer normas e procedimentos para a efetivação da concessão dos adicionais. A instrução normativa foi elaborada com base na legislação vigente que trata da concessão de adicionais ocupacionais, possibilitando, dessa forma, a elaboração de uma IN ampla, que auxiliará em todo o processo de concessão de adicionais ocupacionais. A minuta encontra-se em análise na Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRDI), para posterior encaminhamento para análise e aprovação do Conselho Superior.

Diante da situação pandêmica, a unidade de segurança do trabalho atuou ativamente nas comissões criadas pela instituição com o objetivo de monitoramento e proposição de ações de enfrentamento à Covid-19, como, por exemplo: Comitê Institucional de Emergência (CIE); Comissão Institucional de Acompanhamento Periódico das Ações de Mitigação de Risco de Covid-19; Comitê de Saúde Mental e Qualidade de Vida em tempos de Covid-19.

Entre as ações realizadas pela segurança do trabalho no ano de 2021 destaca-se a participação no Projeto “Pit Stop da Saúde”, criado pelo Comitê de Saúde Mental e Qualidade de Vida em tempos de Covid-19. O projeto tem o objetivo de promover o bem-estar e a qualidade de vida de servidores e estudantes por meio de vídeos curtos divulgados quinzenalmente. Na ocasião, a segurança do trabalho trouxe um vídeo com o tema “Pausas durante o trabalho”, que foi divulgado a todos servidores pelo e-mail institucional e está disponível na playlist do canal da Web TV do IFFar no YouTube.

Ainda, foi transmitida a *Live* da Segurança do Trabalho, com o tema “Ergonomia no Trabalho Remoto”. A *live* foi pensada e realizada a partir do momento pandêmico que atravessamos nos últimos dois anos, ao qual tivemos que nos adaptar, trabalhando em casa, muitas vezes com o mobiliário e o ambiente improvisados. A *live* trouxe conhecimentos e dicas acerca da ergonomia no trabalho em casa, e foi ministrada pelo professor Fabio Coutinho Andrade, servidor do Instituto Federal Norte de Minas Gerais, com mediação da servidora Verônica Brondani, técnica em segurança do trabalho do IFFar, e está disponível na playlist do canal da Web TV do IFFar no YouTube.

Além das ações mencionadas anteriormente, a segurança do trabalho, no decorrer de 2021, prestou suporte à Diretoria de Gestão de Pessoas em respostas a memorandos, demandas judiciais, participação em reuniões e outros assuntos referentes a segurança do trabalho.

Por fim, ante a situação pandêmica, a segurança do trabalho atuou ativamente nas comissões institucionais com o objetivo de monitoramento e proposição de ações de enfrentamento à Covid-19, como: Comitê Institucional de Emergência (CIE); Comissão Institucional de Acompanhamento Periódico das Ações de Mitigação de Risco de Covid-19; Comitê de Saúde Mental e Qualidade de Vida em tempos de Covid-19; Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle do Novo Coronavírus (Covid-19).

#### **6.4.7 Comitê Assessor de Gestão de Pessoas (Cagepe)**

O Comitê Assessor de Gestão de Pessoas é uma instância colegiada, de natureza consultiva e propositiva, que tem por finalidade colaborar para a inovação e o aperfeiçoamento dos macroprocessos finalísticos e de apoio, promover o desenvolvimento institucional ético e responsável e zelar pela correta execução das políticas de gestão de pessoas do Instituto Federal Farroupilha, por meio do diálogo com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e a Diretoria de Gestão de Pessoas e sua equipe e com as Direções de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, nos *campi*.

Enquanto boa prática da gestão, o Cagepe realiza uma reunião semanal, denominada “Café Virtual”, que objetiva a gestão democrática e dialogada com todas as unidades, consistindo em um momento informativo, propositivo e de aprimoramento dos conhecimentos, a partir de temáticas que envolvem assuntos da Diretoria de Gestão de Pessoas, da Coordenação de Administração e Pagamento, do Núcleo de Saúde e Segurança do Trabalho, da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas e das coordenações de gestão de pessoas da Reitoria e dos onze *campi*.

#### **6.4.8 Aproximação entre Gestão de Pessoas e comunidade de servidores**

Durante o ano de 2021 surgiram importantes iniciativas visando a aproximar a Gestão de Pessoas do IFFar e seus servidores, como, por exemplo, o “Café com a CGP”, no âmbito da Reitoria, em que, semanalmente, a equipe reserva um período do dia para atendimentos personalizados e esclarecimentos de dúvidas aos servidores interessados. Ainda, iniciou-se a distribuição do informativo “Gotas de Gestão de Pessoas”, pelos quais a Diretoria compartilha, periodicamente, informações a respeito de direitos, deveres e fluxos com os servidores.

### **6.5 Desafios e perspectivas**

Em consonância com o PDI 2019 – 2026, a área de pessoal elegeu desafios e ações para implementar.

#### Desafios:

- Criar um programa de preparação para aposentadoria;
- Aprimorar, progressivamente, a utilização dos recursos de capacitação, fortalecendo o Plano de Desenvolvimento de Pessoas;
- Revisar a Política de Gestão de Pessoas, documento norteador das ações que envolvem a área de pessoal no IFFar;
- Implementar o Programa de Gestão, possibilitando a realização do teletrabalho no IFFar.

#### Ações futuras:

- Intensificar a articulação com as unidades do IFFar para a proposição de ações e projetos envolvendo a QVT, com o objetivo de protagonismo dos servidores na promoção de bem-estar e satisfação com o ambiente de trabalho;
- Retomar o Curso de Formação de Gestores, que já teve uma edição organizada por comissão específica para tal objetivo, ampliando-o;
- Realizar o dimensionamento da força de trabalho;
- Finalizar o Manual do Servidor e o mapeamento dos processos de Gestão de Pessoas, contribuindo para a governança da área e o compartilhamento dos conhecimentos relacionados.

## **7 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

### **7.1 Conformidade legal**

Os processos de compras e contratações do IFFar, no exercício de 2021, passaram a ocorrer, de acordo com a Portaria Nº 13.623/2019, de forma centralizada em apenas uma UASG (158127) da Reitoria. São executados em conformidade com os ditames legais existentes, em especial a Lei Geral de Licitações e Contratos (8.666/1993), Lei do Pregão (10.520/2002), Lei do Regime Diferenciado de Contratação (12.462/2011), Lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar (11.947/2009), Decreto do Regulamento do Registro de Preços (7.892/2013) e Decreto do Pregão Eletrônico (10.024/2019). Também são observadas

as instruções normativas importantes do Ministério da Economia, em especial a IN N° 01/2019, que dispõe sobre o Plano Anual de Contratação de Bens e Serviços, Obras e Soluções de TI (PGC), a IN N° 03/2018, do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), IN N° 73/2020, de Pesquisa de Preços, e IN N° 05/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

## 7.2 Principais tipos de serviços ou bens

As compras e contratações no IFFar, a partir da centralização na UASG 158127 (Reitoria), ocorrem de forma dinâmica, contando com a participação de todos os *campi*. A metodologia utilizada está centrada em núcleos específicos, responsáveis pela elaboração e execução do planejamento, editais e pregões. No mês de dezembro é elaborado o cronograma das licitações institucionais para o ano subsequente, com emissão de portaria de acordo com o planejamento institucional lançado no PGC.

**Quadro 20 – Processos de Contratações em 2021 por Modalidade**

Modalidade	Quantidade	Homologados
Pregão	62	17
RDC	0	0
Dispensas de Licitação	63	63
Dispensas Eletrônicas	4	4
Inexigibilidades	17	17
Adesões a Atas Externas	76	76
Concorrência	0	0
Tomada de Preço	12	12
Chamada Pública	1	1

Fonte: DCLC/Coordenações.

**Quadro 21 – Demonstrativo de Processos Homologados até Dezembro de 2021**

Processos homologados até dezembro/2021 – 36 processos	Quantidade	Percentual
Homologados	17	47%
Equipe de Planejamento/Projur	05	14%
Equipe de Pregoeiros	14	39%
Total	36	100%

Fonte: DCLC/Coordenações.

**Quadro 22 – Total de Servidores e Capacitações Realizadas no Setor de Licitações e Contratos em 2021**

Setor/atividade	Servidores	Capacitações	Capacitação por servidor
Compras e Licitações	06	10	1,66

Gestão de Contratos	0	0	0
---------------------	---	---	---

Fonte: DCLC/Coordenações.

### Quadro 23 – Número de Contratos Executados e Acompanhados no IFFar em 2021

Quantidade/ano	Ano 2021
Total de contratos vigentes em 2021 sem dedicação exclusiva de mão de obra	382
Total de contratos vigentes em 2021 com dedicação exclusiva de mão de Obra	80
Total de fiscais	302
Total de terceirizados	277

Fonte: DCLC/Coordenações.

### 7.3 Contratações diretas

No IFFar, de modo geral, seguimos a política das contratações, preferindo sempre o processo licitatório. Porém, em alguns casos específicos, e devido às especificidades do objeto, é mais célere e vantajoso para a administração optar pela contratação direta. São justificativas para a realização de contratação direta:

**Dispensas de Licitação:** no exercício 2021, o IFFar efetivou 63 processos de contratações por meio de dispensas de licitações, com amparo no art. 24 da Lei Geral de Licitações. Essas contratações foram realizadas para manter o funcionamento de maneira adequada e viável nas 12 unidades físicas da instituição. Na maioria das contratações, o valor se manteve baixo, conforme previsto no art. 23 da Lei Nº 8.666/1993.

**Chamadas Públicas:** As chamadas públicas são abordadas na Lei Nº 11.947/2009, que trata do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em seu inciso III, está prevista a inclusão dos alunos matriculados na rede pública de educação que cursam a escola básica. Nesse sentido, a chamada pública realizada pelo IFFar atendeu suas 11 unidades.

**Inexigibilidades:** A administração tem a prerrogativa de realizar processos de inexigibilidade quando há impossibilidade de competição, conforme o previsto no art. 25, e seus incisos, da Lei Nº 8.666/1993. No exercício 2021, o IFFar realizou 17 contratações nesses moldes, entre as quais: serviços de energia elétrica, fornecimento de água e correios.

### 7.4 Desafios e perspectivas

Os principais desafios que envolvem a gestão de licitações e contratos estão relacionados ao número insuficiente de pessoal para atuar nas áreas ligadas a compras institucionais e às frequentes alterações nos instrumentos legais concernentes às licitações e contratações.

A recente centralização das compras e contratações em uma única UASG, instituída pela Portaria SEGES Nº 13.623/2019 e implementada na instituição no exercício de 2021, também teve impacto no andamento dos processos e comprometeram a sua celeridade.

Quanto às ações futuras, a continuidade e o aprimoramento das equipes que trabalham na área de licitações, sejam os coordenadores, sejam os integrantes dos núcleos de planejamento, editais e pregoeiros, refere-se que é necessária capacitação na nova Lei de Licitações (Lei Nº 14.133/2021), além de manutenção de capacitações específicas voltadas para o planejamento das contratações, elaboração de editais e execução de SRP/pregões.

Outro ponto a ser destacado é o aprimoramento das aquisições por meio do almoxarifado virtual, ferramenta tecnológica de gestão implementada no IFFar em 2021, que possibilitou compras on-line por meio de uma base de dados.

## 8 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

### 8.1 Conformidade legal

De acordo com os termos do art. 37 da Constituição Federal e com as Leis Nº 8.112/1990, Nº 8.429/92 e Nº 12.305/2010, o Decreto Nº 9.373/2018, a Normativa Nº 205/2019 e os demais instrumentos legais que disciplinam a gestão patrimonial na administração pública, todas as unidades do IFFar (*campi* e Reitoria) realizam os procedimentos referentes à gestão patrimonial e de conformidade.

O IFFar adota mecanismos para evitar irregularidades tanto no recebimento de bens quanto no controle do patrimônio. Todo requerente de objeto licitatório recebe, confere e atesta a conformidade da nota fiscal/produto, e o bem é lançado no sistema de tombamento. O Setor de Contabilidade é responsável pela análise e conferência dos trâmites (conta correta, subitem e demais averiguações), para evitar inconsistências contábeis.

### 8.2 Principais investimentos de capital

Os investimentos de capital significam o montante de recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente e, também, à construção e ampliação da infraestrutura dos *campi* do IFFar. Quanto aos equipamentos e material permanente e de Tecnologia da Informação, os recursos efetivamente empenhados totalizaram R\$ 837.901,00. Já os recursos aplicados em ampliação ou em novas obras somaram R\$ 3.405.334,00.

Cabe ressaltar que a instituição teve vetado, na ocasião de sanção da LOA, todo o seu recurso de capital de arrecadação própria (R\$ 637.945,00), gerando com isso a frustração nas unidades que contemplaram em seu planejamento a aquisição de equipamentos para atividades primordiais ao desenvolvimento de ações educacionais no IFFar.

O recurso de investimento recebido via matriz orçamentária foi de R\$ 730.506,00, com um corte de R\$ 46.628,00. O valor foi aplicado nas obras em andamento com valor parcial de atendimento, e em complementação a novas obras do IFFar, como maior percentual no tambo de leite do *Campus* Frederico Westphalen.

As demais demandas em obras necessitaram de complemento de valores e reequilíbrio, bem como de aditivos, para atender ao planejado para 2021.

Nesse sentido foram realizadas alterações orçamentárias, utilizando-se recurso de custeio da Ação 20RL para aplicação em recurso de capital, no montante de R\$ 4.096.338,00: execução do PPCI do *Campus* Alegrete; equipamentos (aparelhos de ar-condicionado e mobiliários) do *Campus* São Vicente do Sul; reforma e ampliação do prédio da CAE; móveis para salas de aula (classes e cadeiras), empacotadora, bebedouro, totens e armário para o *Campus* Santo Augusto; aparelhos e utensílios domésticos, coleções e materiais bibliográficos, máquinas e equipamentos energéticos, equipamentos para áudio, vídeo e foto, máquinas, utensílios e equipamentos diversos, equipamentos de processamento de dados e mobiliário em geral para o *Campus* Jaguari; construção de pátio para o *Campus* Santo Ângelo; ampliação do prédio da Coordenação de Assistência Estudantil, mobiliário e construção do Tambo de Leite para o *Campus* Frederico Westphalen; câmara fria para o *Campus* Santa Rosa; trator de corte de grama para o *Campus* Panambi.

O restante dos recursos utilizados foram captados por Termos de Execução Descentralizada – TEDs.

Os recursos orçamentários oriundos de TEDs, parcela relevante para a instituição, somaram mais de R\$ 2 milhões, destinados à continuidade das obras da biblioteca do *Campus* Alegrete e dos prédios de salas de aulas do *Campus* Santo Augusto e do *Campus* Santo Ângelo. Recebemos, ainda, recursos provenientes de TED no montante de R\$ 1 milhão, para obras de PPCI dos *campi* Alegrete e Santo Augusto.

**Quadro 24 – Demonstrativo de Contratações de TI**

<b>PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL</b>		
<b>Contratações</b>	<b>Valores Empenhados</b>	<b>Porcentagem</b>
Material e equipamentos de TI	R\$ 837.901,00	2,00%
Obras em andamento e instalações	R\$ 3.405.304,00	8,12%
Demais gastos de investimento	R\$ 816.105,00	1,95%
<b>Total</b>	<b>R\$ 5.059.340,00</b>	<b>12,07%</b>

### **8.3 Desfazimento de ativos**

Para o desfazimento de bens são observadas as previsões legais que embasam o procedimento. Os bens inservíveis, no âmbito do IFFar, sejam eles enquadrados como antieconômicos, irrecuperáveis e/ou ociosos, passam por procedimentos de desfazimento, de acordo com a legislação vigente.

Adotam-se também as normas constantes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Serviço Público e do Manual do Patrimônio do IFFar, conforme segue:

*“Seção IX - Da Alienação de Bens Móveis.*

*Art. 79 - Alienação de bens é feita com base no Decreto n.º 99.658, de 30 de outubro de 1990, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.*

*§ 1º - O material considerado genericamente inservível, para a repartição, órgão ou entidade que detém sua posse ou propriedade, deve ser classificado como:*

*I – ocioso, quando, embora em perfeitas condições de uso, não estiver sendo aproveitado;*

*II - recuperável, quando sua recuperação for possível e orçar, no máximo, a cinquenta por cento de seu valor de mercado;*

*III – antieconômico, quando sua manutenção for onerosa, ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência; IV – irrecuperável, quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação.*

*§ 2º - O material classificado como ocioso ou recuperável será cedido a outros órgãos que dele necessitem, observado o disposto na Subseção VI alusivo à Cessão.*

*§ 3º - Os microcomputadores de mesa, monitores de vídeo, impressoras e demais equipamentos de informática, respectivo mobiliário, peças-partes ou componentes, Manual de Procedimentos de Administração de Bens Patrimoniais classificados como ociosos ou recuperáveis, poderão ser doados a instituições filantrópicas, reconhecidas de utilidade pública pelo Governo Federal, e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que participem de projeto integrante do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal.*

§ 4º - Deve-se relacionar os bens, listando o número de tombamento, descrição, valor e condições de uso de acordo com sua classificação em listagens separadas, solicitando seu recolhimento.

Art. 80 - O disposto nesta seção dispõe acerca de bem público classificado como móvel.

Art. 81 - Os materiais dependerão de avaliação prévia e de licitação, dispensada esta nos seguintes casos no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, sem olvidar e contrariar as disposições legais:

I – doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação; II – permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;

III – venda de bens produzidos ou comercializados por unidades gestoras do Instituto Federal Farroupilha, em virtude de suas finalidades;

IV – venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, sem utilização previsível por quem deles dispõe.

Art. 82 - Os materiais destinados à alienação devem fundamentar-se explícita e circunstancialmente no interesse público previamente justificado.”

Os bens do IFFar sob baixa ou desfazimento em 2021 representam 0,4028% do total dos bens móveis no balanço patrimonial.

**Quadro 25 – Demonstrativo de Desfazimentos Contábeis no Exercício de 2021**

TOTAL DESFAZIMENTOS POR CONTA CONTÁBIL		
CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR
1.2.3.1.1.09.00	ARMAMENTOS	0,03
1.2.3.1.1.10.00	MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTAS	8.689,43
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	4.637,95
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	492,27
1.2.3.1.1.01.03	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	3.182,76
1.2.3.1.1.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	240
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	4.532,33
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	2.435,00
1.2.3.1.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	18.190,82
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	17.589,07
1.2.3.1.1.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	3.541,53
1.2.3.1.1.02.01	EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	54.228,18
1.2.3.1.1.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	1.523,03
1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	2.168,72
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	312
1.2.3.1.1.01.20	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO/RODOVIARIO	13.035,00
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	17.997,66
1.2.3.1.1.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	0,23

#### 8.4 Locações de imóveis e equipamentos

No exercício 2021, a Reitoria e a Diretoria de Educação à Distância do IFFar funcionaram em imóveis locados. O quadro a seguir demonstra as despesas executadas com locação de imóveis:

**Quadro 26 – Demonstrativo de Locação do IFFar no Exercício 2021**

<b>Locação de bens imóveis e equipamentos</b>		
<b>Objeto</b>	<b>Valor</b>	<b>Percentual</b>
Locação de imóveis	R\$ 1.891.150,00	4,51%
Locação de software	R\$ 36.772,00	0,01%

### **8.5 Mudanças e desmobilizações relevantes**

No exercício 2021, devido à pandemia de Covid-19, as atividades-meio e fim permaneceram em trabalho remoto. Não houve mudanças e desmobilização que pudessem ser consideradas relevantes no IFFar.

### **8.6 Principais desafios e ações futuras**

Considera-se desafios e ações a serem priorizadas pelo IFFar a alocação eficiente dos recursos e a finalização da implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (Siads), como solução tecnológica para a gestão dos bens, com o objetivo de integrar o patrimônio à contabilidade.

Também consideramos como desafios:

- Dar continuidade à apuração dos custos, a partir das ações integradas entre a Coordenação de Contabilidade e a Pró-Reitoria de Administração nos setores de suporte, atividade-meio, administrativa e finalística da instituição;

- A elaboração pró-ativa de projetos de engenharia, contemplando as necessidades dos *campi* do IFFar;

- A concretização e finalização das obras em andamento e ou paralisadas;

- A inicialização de obras novas;

- Primar por uma gestão integrada e por competências;

- Propor a otimização da força de trabalho a partir da desterritorialização de cargos com os quais nem todas as unidades foram contempladas, tendo o propósito de fortalecer áreas ligadas a engenharia, contabilidade, compras, licitações e contratos, de modo a tornar o trabalho realizado favorável ao IFFar como um todo, identificando-se as competências necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos da instituição; e

- Desenvolver, incentivar e manter ações de capacitação permanentes, visando ao desenvolvimento de competências necessárias à excelência dos processos de trabalho e ao alcance dos objetivos estratégicos.

### **8.7 Gestão da Frota do IFFar**

O quadro a seguir demonstra o número de veículos que o IFFar possui, por categoria, e as respectivas despesas e mobilidade no exercício 2021:

**Quadro 27 – Demonstrativo da Frota do IFFar**

<b>Quantitativo da Frota do IFFar x Km Rodados em 2021</b>		
<b>Veículos</b>	<b>Quantidade total</b>	<b>Km rodados</b>
Veículos leves e utilitários	95	354.202

Ônibus, micro-ônibus e vans	6	-
Caminhões	4	199.219
<b>Demonstração de Despesas e Mobilidade da Frota de Veículos Automotores Próprios do IFFar em 2021</b>		
Total de Km rodados	553.421	-
Gasto total com combustível:	497.570,70	-
Gasto total com manutenção:	1.147.461,11	-
Total gastos diretos:	1.645.031,81	-

Fonte: SIG/Link card.

Observamos que o alto valor empregado na manutenção dos veículos oficiais se deve principalmente ao fato de a frota ser, quase em sua integralidade, antiga, exigindo manutenções e revisões frequentes.

A distribuição geográfica dos *campi* do IFFar colabora para um maior consumo de combustível; há unidades distanciadas entre si por mais de 400 km.

Cabe ressaltar, também, que no exercício 2021 praticamente a totalidade dos veículos foi submetida a manutenção, em função do retorno às atividades presenciais estar previsto para o início do exercício 2022.

## 9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### 9.1 Conformidade legal

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), instituída pelo quinto artigo do Regimento Geral do Instituto Federal Farroupilha, aprovado pela Resolução Consup Nº 022/2016, é uma unidade pertencente à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, responsável por:

I. Aquisição, manutenção e descarte de bens e contratação e fiscalização de serviços ligados à área da tecnologia da informação e comunicação;

II. Viabilização, planejamento e manutenção do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);

III. Identificação de necessidades institucionais e proposição de políticas de segurança da informação e telecomunicação;

IV. Gerenciamento de investimentos, proposição de recursos e aquisições para ações de TIC;

V. Gerenciamento de pessoas e recursos tecnológicos de TIC, entre outras competências previstas no artigo 32 do Regimento Geral da instituição.

O setor é composto por técnicos de informática e analistas de tecnologia da informação, que atuam em diferentes frentes. A DTI tem, em sua estrutura, uma Coordenação de Sistemas, responsável pela gestão dos projetos de desenvolvimento e manutenção de *softwares* institucionais. Além da gestão dos bens e serviços da Reitoria, a DTI também realiza ações de planejamento conjunto de futuras ações e acompanhamento nos *campi*, além de atender, prestando suporte técnico, o Centro de Referência de São Gabriel e a unidade de Educação a Distância, localizada no Distrito Industrial de Santa Maria (Tecnoparque).

### 9.2 Modelo de governança de TI

A governança da Diretoria de Tecnologia da Informação perpassa pelo modelo de planejamento proposto no PDI 2019 – 2026, em que constam as ações estratégicas do IFFar. Além disso, o PDTI ainda conta com o Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação (Peti). A Diretoria também dispõe de um documento próprio para ações táticas da área da Tecnologia da Informação e Comunicação, denominado Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que apresenta o planejamento de ações da área para um período de três anos.

O modelo implantado a partir do PDTI 2020 – 2022 elencou as necessidades táticas para o atendimento das metas e dos objetivos estratégicos do PDI 2019 – 2026. É importante salientar que, por meio desse modelo de governança, as ações capitaneadas pela DTI e CGTI tem alinhamento estratégico aos processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

### 9.3 Montante de recursos aplicados em TI

Os recursos investidos na área de tecnologia da informação e comunicação do IFFar totalizaram R\$ 1.507.413,00 (um milhão, quinhentos e sete mil, quatrocentos e treze reais), dos quais R\$ 669.512,00 (seiscentos e sessenta e nove mil, quinhentos e doze reais) foram aplicados em custeio e R\$ 837.901,00 (oitocentos e trinta e sete mil, novecentos e um reais), em permanente de TI.

Tais recursos foram aplicados seguindo as necessidades:

I. Aquisição e manutenção do parque computacional;

II. Manutenção de contratos de prestação de serviços em TI; e

III. Aquisição de materiais de consumo, em conformidade com o documento de gestão tática de tecnologia da informação.

Considerando-se essas metas, os recursos foram distribuídos conforme a sua disponibilidade. Durante o exercício 2021, houve o contingenciamento dos recursos institucionais e, quando ocorreu a liberação, não houve tempo hábil para destinação de sua totalidade, conforme previa o planejamento original.

Devido à redução das verbas destinadas a investimento, necessidades como essas tiveram sua efetivação diminuída. A análise detalhada de todas as necessidades, bem como os percentuais de valores aplicados, pode ser encontrada no Relatório de Resultados do PDTI.

#### **9.4 Contratações mais relevantes de recursos de TI**

No exercício 2021, destaca-se a aquisição de computadores (desktops e notebooks) como parte da renovação do parque tecnológico da Reitoria e da unidade de educação a distância, localizada no Distrito Industrial de Santa Maria (Tecnoparque).

Foram adquiridos, também, diversos itens de consumo para substituição dos itens defasados ou defeituosos, além de um novo *software* de backup, para instalação no DataCenter da Reitoria, que mantém todos os sistemas institucionais em funcionamento e disponíveis à comunidade de servidores.

#### **9.5 Principais iniciativas e resultados na área de TI**

Durante o exercício 2021, foram criadas novas contas de e-mail para os discentes da instituição. Negociou-se com o Google o aumento do limite de contas de e-mail. Além disso, foi configurado o domínio *iffar.edu.br*.

O Sistema Integrado de Seleção (SIS) foi aprimorado pela Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas, com a implantação de novos módulos e funcionalidades referentes a classificação de candidatos, avaliação de laudos médicos, recursos de candidatos, confirmação de vagas e homologação de candidatos.

#### **9.6 Segurança da informação**

A segurança da informação conta com um comitê específico responsável pela elaboração de normas referentes à utilização e ao acesso às informações institucionais. Esse comitê é composto por membros representantes de todas as pró-reitorias somados a um(a) representante da Diretoria da Tecnologia da Informação e um(a) representante do Gabinete do(a) Reitor(a).

#### **9.7 Principais desafios e ações futuras**

No exercício 2021, devido ao avanço da pandemia de Covid-19, todo o setor da DTI trabalhou de maneira remota; apenas algumas visitas pontuais da equipe de infraestrutura foram feitas ao prédio da Reitoria, para manutenções preventivas. Mesmo com diversos servidores fazendo parte da equipe — um total de doze servidores TAEs —, o excesso de demandas do setor é um desafio que impossibilita, muitas vezes, o devido planejamento e acompanhamento de ações e iniciativas que venham a melhorar a eficiência do setor ou a execução de novos projetos.

Como ações futuras, pretende-se melhorar o fluxo de execução de projetos, bem como o reforço na equipe de desenvolvimento, para que atue especificamente na manutenção, customização e sustentação do Sistema Integrado de Gestão (SIG).

Ressalta-se que se torna necessária a adoção de uma sistemática mais adequada de compartilhamento de conhecimento e informações entre os servidores do setor, para que todos os processos internos possam ocorrer normalmente em eventuais ausências de membros. Em conformidade com o Relatório de Resultados do PDTI, são necessários a aplicação e o posterior aprimoramento de processos de governança de TI. Também é imprescindível a definição de meios de mensuração da satisfação dos membros do Comitê de Tecnologia da Informação com os processos de governança e dos usuários dos serviços de TI disponibilizados pela instituição.

## **10 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

A utilização desordenada dos recursos naturais e a notoriedade dos problemas ambientais levaram a sociedade a refletir e a discutir constantemente sobre os impactos negativos provocados pelo modo de produção e consumo adotados. As instituições de ensino e, em especial, o IFFar, desempenham papel importante para o alcance da sustentabilidade, tanto na promoção, divulgação e sensibilização ao conhecimento quanto na aplicação de modelos sustentáveis no âmbito administrativo.

### **10.1 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições**

As contratações realizadas de forma centralizada pela instituição, que contam com o envolvimento de servidores de todas as unidades, buscam o cumprimento dos parâmetros estabelecidos no Decreto Nº 7.746/2012, que regulamentou o artigo 3º da Lei Nº 8.666/1993, conforme o qual a administração precisa estabelecer critérios e práticas para a promoção de desenvolvimento nacional sustentável. No Sistema de Compras Centralizadas ocorre a otimização do trabalho e, conseqüentemente, a redução do número de licitações.

### **10.2 Ações para redução do consumo de recursos naturais e resíduos poluentes**

A administração, com o auxílio do engenheiro eletricista, mantém o controle e a readequação da demanda contratada de energia elétrica, tanto na Reitoria quanto nas demais unidades, o que favorece a diminuição no consumo.

Outro ponto a se destacar é a intensa sensibilização, por parte dos gestores, de toda a comunidade acadêmica, a respeito da importância da racionalização dos gastos com água, cópias, material de consumo e energia elétrica, entre outros. As medidas adotadas englobam a constituição de comissões que têm por objetivo levar informação e orientação sobre o consumo racional sustentável.

No ano de 2021, foram concluídas as instalações de 7 usinas fotovoltaicas em 7 unidades da instituição, as quais já estão gerando economia de energia elétrica em grande escala. No exercício 2022, a gestão promoverá nova licitação para aquisição de mais 3 usinas fotovoltaicas, de forma a atender mais 3 unidades: *Campus* Frederico Westphalen, *Campus* Santo Ângelo e *Campus* Avançado Uruguaiana. O *Campus* Jaguari já utiliza energia solar desde o ano de 2020.

### **10.3 Redução de resíduos poluentes**

Em relação a ações para a redução de consumo de recursos naturais/resíduos poluentes, a instituição adota práticas sustentáveis relacionadas à energia elétrica, abrangendo medidas para a redução do consumo e utilização de energia limpa e renovável que envolvem modificações na sua estrutura de funcionamento. Inclui-se, nessa etapa, a instalação de 8 usinas fotovoltaicas em 8 *campi*.

## **11 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **11.1 Declaração do contador**

Esta seção trata das demonstrações contábeis e suas notas explicativas, de 31 de dezembro de 2021, do Instituto Federal Farroupilha. Elas refletem a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e são pautadas na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no *Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)*.

As demonstrações contábeis, balanço patrimonial, demonstração de variações patrimoniais, demonstração de fluxo de caixa, demonstração das mutações do patrimônio

líquido, balanço orçamentário, balanço financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei Nº 4.320/64 e com o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* e o *Manual Siafi*.

Figura 7 – Imagem da Declaração do Contador do IFFar

#### DECLARAÇÃO DO CONTADOR IF FARROUPILHA

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

- O sistema de controle patrimonial e de almoxarifado apresenta inconsistências, devido a uma atualização da versão deste ocorrida em março de 2021 e também em consequência de um ataque hacker ocorrido no final de outubro de 2021. Vários chamados foram abertos junto ao suporte local do sistema, porém não foram resolvidos os problemas até o final do exercício. Assim sendo, suspendemos os registros referentes aos ajustes da depreciação, amortização e de saldos de estoque até que o sistema volte ao normal. Portanto, os saldos referentes a as contas contábeis 123810100, 124810100 e 115610100 não estão corretos. O Departamento de Tecnologia da Informação em reunião com Setores de Contabilidade e de Patrimônio, informou que está sendo contratada empresa especializada em suporte de sistemas, em caráter de urgência para que essa demanda seja resolvida. Estamos em processo de migração para o SIADS, o qual foi paralisado devido a pane no sistema de controle patrimonial conforme exposto acima. Assim que o mesmo for normalizado retomaremos o processo migratório, que pretendemos concluir ainda no primeiro semestre de 2022.

As normas contábeis aplicadas no âmbito do IF Farroupilha, são aquelas constantes do MCASP e das macrofunções que se encontram no manual do SIAFI, além das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP).

Observo que as contas de bens imóveis estão satisfatoriamente equânimes entre sistema de controle SPIUNET e o SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Santa Maria, 05 de janeiro de 2021.

  
CÍCERO KLEIN SOUTO  
CRC 082122-O/0

## 11.2 Balanços e demonstrações contábeis

### Estrutura organizacional do órgão

A estrutura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha é composta de 11 *campi*, 1 *campus* avançado e unidades complementares, algumas de educação a distância e outras de apoio presencial. O órgão é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

Atualmente o IFFar é composto pelas seguintes unidades administrativas:

- Reitoria (Santa Maria)
- *Campus* Alegrete
- *Campus* Frederico Westphalen
- *Campus* Jaguari
- *Campus* Júlio de Castilhos
- *Campus* Panambi
- *Campus* Santa Rosa
- *Campus* Santo Ângelo
- *Campus* Santo Augusto
- *Campus* São Borja
- *Campus* São Vicente do Sul
- *Campus* Avançado Uruguaiana
- Polos de Educação a Distância
- Centros de Referência

Fonte: <https://www.iffarroupilha.edu.br/a-institui%C3%A7%C3%A3o>

A estrutura pagadora do Instituto Federal Farroupilha é assim configurada:

**Quadro 28 – Estrutura Pagadora do IFFar**

Órgão UGE - Gestão		UG Executora			
26420	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	158127	INST. FEDERAL FARROUPILHA REITORIA		
		154628	INST.FEDERAL FARROUPILHA/CAMPUS JAGUARI		
		155081	CAMPUS SANTO ANGELO		
		155570	CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN		
		158266	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO AUGUSTO		
		158267	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE ALEGRETE		
		158268	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SAO VICENTE SUL		
		158269	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS JULIO CASTILHOS		
		158503	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA SAO BORJA		
		158504	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE SANTA ROSA		
		158505	INST.FE.FARROUPILHA/CAMPUS PANAMBI		

Fonte: Tesouro Gerencial

### Base da preparação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis do MEC são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei Nº 4.320/1964, do Decreto-Lei Nº 200/1967, do Decreto Nº 93.872/1986 e da Lei Complementar Nº 101/2000 (LRF). Observam, também: Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (NBCASP); Estrutura Conceitual, NBC TSP Nº 01 a 21; NBC T 16.7 e NBC T 16.11<sup>7</sup>; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) por meio da Portaria STN Nº 700/2014; e Manual Siafi, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções).

<sup>7</sup> Informações disponíveis em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

As NBC TSP guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, por ser o Brasil um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

### **Resumo das práticas e critérios contábeis**

*Orçamento público:* a estrutura institucional e funcional-programática do orçamento público federal é estabelecida pela Secretaria de Orçamento Federal no Manual Técnico de Orçamento (MTO) e é inserida no Siafi para controle do registro e da execução da receita e da despesa consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

*Ente público:* os gastos do governo são custeados com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), que é considerado “ente” público para fins de elaboração do orçamento, execução e consolidação das contas públicas, que ocorrem no momento da escrituração contábil por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens (contas) nas transações realizadas entre os órgãos que compõem o OFSS.

*Despesa pública:* as despesas empenhadas mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente são contabilizadas como Restos a Pagar, ou seja, “resíduos passivos” (por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos, ou da prestação integral dos serviços), e serão financiadas por recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, “Restos a Pagar” referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele no qual deveria ocorrer o pagamento.

*Recursos orçamentários e recursos financeiros:* na contabilidade pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. Pode-se definir “execução orçamentária”<sup>8</sup> como a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando a atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa; e, por outro lado, é possível existir recurso financeiro que não pode ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária.

A seguir, são apresentados os balanços orçamentário, patrimonial e financeiro e as demonstrações do fluxo de caixa e das variações patrimoniais.

---

<sup>8</sup> Fonte: <http://www.conass.org.br>

## 11.2.1 Balanço orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUSTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARR.OUPILHA - AUTARQUIA  
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
EXERCÍCIO 2021  
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)  
EMIÇÃO 19/01/2022  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>878.320,00</b>	<b>878.320,00</b>	<b>1.024.286,54</b>	<b>153.966,54</b>	
<b>Recetas Tributárias</b>					
Impostos					
Taxas					
Contribuições de Melhoria					
<b>Recetas de Contribuições</b>					
Contribuições Sociais					
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico					
Cont. Entidades Privadas do Serviço Social Formação Profis.					
<b>Receta Patrimonial</b>	<b>103.261,00</b>	<b>103.261,00</b>	<b>22.369,29</b>	<b>-80.891,71</b>	
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	103.261,00	103.261,00	22.214,91	-81.046,09	
Valores Mobiliários			154,38	154,38	
Delegação de Serviços Públicos					
Exploração de Recursos Naturais					
Exploração do Patrimônio Intangível					
Cessão de Direitos					
Demais Recetas Patrimoniais					
<b>Receta Agropecuária</b>	<b>636.840,00</b>	<b>636.840,00</b>	<b>654.129,39</b>	<b>218.289,39</b>	
<b>Receta Industrial</b>	<b>1.840,00</b>	<b>1.840,00</b>	<b>5.660,00</b>	<b>4.020,00</b>	
<b>Recetas de Serviços</b>	<b>129.379,00</b>	<b>129.379,00</b>	<b>66.912,32</b>	<b>-72.466,68</b>	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	129.379,00	129.379,00	56.912,32	-72.466,68	
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte					
Serviços e Atividades Referentes à Saúde					
Serviços e Atividades Financeiras					
Outros Serviços					
<b>Transferências Correntes</b>					
<b>Outras Recetas Correntes</b>			<b>85.014,54</b>	<b>85.014,54</b>	
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			48.415,01	48.415,01	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			36.599,53	36.599,53	
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público					
Demais Recetas Correntes					
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>168.304.209,00</b>	<b>168.304.209,00</b>		<b>-168.304.209,00</b>	
<b>Operações de Crédito</b>	<b>168.304.209,00</b>	<b>168.304.209,00</b>		<b>-168.304.209,00</b>	
Operações de Crédito Internas	168.304.209,00	168.304.209,00		-168.304.209,00	
Operações de Crédito Externas					
<b>Alienação de Bens</b>					
Alienação de Bens Móveis					
Alienação de Bens Imóveis					
Alienação de Bens Intangíveis					
<b>Amortização de Empréstimos</b>					
Transferências de Capital					
<b>Outras Recetas de Capital</b>					
Integração do Capital Social					
Resultado do Banco Central do Brasil					
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional					
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional					
Demais Recetas de Capital					
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>169.174.629,00</b>	<b>169.174.629,00</b>	<b>1.024.286,54</b>	<b>-168.169.243,46</b>	
<b>REFINANCIAMENTO</b>					
Operações de Crédito Internas					
Mobiliária					
Contratual					
Operações de Crédito Externas					
Mobiliária					
Contratual					
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>	<b>169.174.629,00</b>	<b>169.174.629,00</b>	<b>1.024.286,54</b>	<b>-168.169.243,46</b>	
<b>DEFICIT</b>			<b>332.638.136,97</b>	<b>332.638.136,97</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>169.174.629,00</b>	<b>169.174.629,00</b>	<b>333.662.421,61</b>	<b>164.487.982,51</b>	
<b>CREDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>		<b>8.549.560,00</b>		<b>-8.549.560,00</b>	
Superviti Financeiro					
Excesso de Arrecadação					
Créditos Cancelados		8.549.560,00		-8.549.560,00	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>326.442.098,00</b>	<b>330.662.320,00</b>	<b>325.203.132,58</b>	<b>309.878.259,76</b>	<b>286.539.025,26</b>	<b>5.469.187,42</b>
Pessoal e Encargos Sociais	270.673.169,00	279.170.671,00	274.876.782,29	274.876.782,29	251.633.498,38	4.094.888,71
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	55.768.929,00	51.491.649,00	50.327.350,29	35.302.477,47	34.905.526,88	864.293,71
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>730.506,00</b>	<b>6.059.844,00</b>	<b>6.059.844,00</b>	<b>1.058.218,47</b>	<b>1.058.218,47</b>	<b>-3.999.445,03</b>
Investimentos	730.506,00	6.059.844,00	6.059.844,00	1.058.218,47	1.058.218,47	-3.999.445,03
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>						
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>327.172.604,00</b>	<b>336.722.164,00</b>	<b>333.662.421,61</b>	<b>310.936.478,23</b>	<b>286.597.243,73</b>	<b>2.069.742,39</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO</b>						
Amortização da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
<b>Amortização da Dívida Externa</b>						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>	<b>327.172.604,00</b>	<b>336.722.164,00</b>	<b>333.662.421,61</b>	<b>310.936.478,23</b>	<b>286.597.243,73</b>	<b>2.069.742,39</b>
<b>TOTAL</b>	<b>327.172.604,00</b>	<b>336.722.164,00</b>	<b>333.662.421,61</b>	<b>310.936.478,23</b>	<b>286.597.243,73</b>	<b>2.069.742,39</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.887.929,84</b>	<b>18.519.891,47</b>	<b>11.709.141,78</b>	<b>11.898.069,72</b>	<b>1.772.688,70</b>	<b>4.037.072,83</b>
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	1.887.929,84	18.519.891,47	11.709.141,78	11.898.069,72	1.772.688,70	4.037.072,83
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.873.827,89</b>	<b>11.817.895,03</b>	<b>12.958.062,51</b>	<b>12.914.862,20</b>	<b>30.480,62</b>	<b>2.346.390,14</b>
Investimentos	2.873.827,89	11.817.895,03	12.958.062,51	12.914.862,20	30.480,62	2.346.390,14
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
<b>TOTAL</b>	<b>4.461.757,73</b>	<b>27.337.786,50</b>	<b>23.767.204,29</b>	<b>23.812.931,92</b>	<b>1.803.069,32</b>	<b>6.383.462,97</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>122.890,64</b>	<b>20.256.616,96</b>	<b>20.038.025,27</b>	<b>30.024,46</b>	<b>319.456,71</b>
Pessoal e Encargos Sociais		18.676.516,66	18.676.516,66		
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	122.890,64	1.580.097,20	1.361.508,67	30.024,46	319.456,71
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>60.419,14</b>	<b>170.699,87</b>	<b>111.327,77</b>		<b>119.701,24</b>
Investimentos	60.419,14	170.699,87	111.327,77		119.701,24
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
<b>TOTAL</b>	<b>183.309,78</b>	<b>20.427.316,83</b>	<b>20.149.353,04</b>	<b>30.024,46</b>	<b>439.157,95</b>

### 11.2.1.1 Nota explicativa do balanço orçamentário

O balanço orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas. Discrimina as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou ao déficit de arrecadação. Apresenta, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, identificando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

No balanço orçamentário do 4º trimestre de 2021 do IFFar, podemos observar, na composição do total da Despesa Orçamentária Empenhada (R\$ 333.722.164,00), que as Despesas Correntes (despesas de custeio) representam 97,44% do total da despesa empenhada; que as Despesas de Capital (investimentos em materiais permanentes e obras) representam 2,56% dos empenhos; e que as despesas com pessoal representam 89,14% do total empenhado e 84,43% das despesas correntes empenhadas. Quanto à liquidação e pagamento das despesas empenhadas, verifica-se que 95,28% já foram liquidadas e 87,80% foram pagas. Do total dos empenhos de 2021, uma parcela de 4,71% foi inscrita em Restos a Pagar Não Processados (não liquidados) e 7,85% passou para o exercício 2022 automaticamente como Restos a Pagar Processados (já liquidados).

Quanto às Receitas Orçamentárias, a previsão inicial e atualizada (R\$ 870.320,00) foi superada na realização em R\$ 153.965,54, totalizando R\$ 1.024.285,54. As Receitas Agropecuárias (R\$ 854.139,39) representam 83,39% do total.

#### **Restos a Pagar**

Os Restos a Pagar se dividem em processados e não processados. Restos a Pagar Processados são aqueles empenhos que passam de um exercício para outro, já com seu objeto liquidado, estando pendente apenas o pagamento. Restos a Pagar Não Processados são aqueles cujos objetos de empenho não foram cumpridos, porém, por indicação do gestor responsável, passam de um exercício para outro e ficam pendentes de liquidação, podendo ser bloqueados e definitivamente cancelados conforme as normas vigentes, se os prazos de liquidação não forem observados.

No IFFar, os Restos a Pagar relativos a investimentos (despesas de capital) totalizam R\$ 7.151.983,44; esse valor é referente a aquisições de bens permanentes e obras em andamento pendentes de conclusão do objeto empenhado.

Já os Restos a Pagar relativos às despesas correntes (custeio) totalizam R\$ 6.240.217,33; esse valor é referente a materiais de consumo que permanecem sem entrega do objeto empenhado.

Percentualmente, os restos a pagar referentes a despesas de capital representam 53,40% do total; e aqueles relativos a despesas correntes, 46,60% do total.

No que se refere aos Restos a Pagar Processados, a execução financeira realizou o pagamento de 43,69% do saldo que passou de 2020 para 2021.

Já a respeito dos Restos a Pagar Não Processados, o saldo já pago representa 26,80% do saldo que passou de 2020 para 2021.

## 11.2.2 Balanço patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC E TECNOLÓGICA - AUTARQUIA  
ORÇÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
EXERCÍCIO 2021  
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)  
EMISSÃO 19/01/2022  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>32.628.216,04</b>	<b>27.150.780,82</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>68.795.425,21</b>	<b>69.093.772,70</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.961.236,92	21.663.270,60	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	28.432.263,24	22.901.039,99
Créditos a Curto Prazo	4.478.124,84	3.792.395,52	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		
Demais Créditos e Valores	4.478.124,84	3.792.395,52	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.116.367,51	1.135.509,39
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			Obrigações Fiscais a Curto Prazo		
Estoques	1.963.034,91	1.691.486,74	Obrigações de Repartição e Outros Entes		
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda			Provisões a Curto Prazo		
VPDs Pagas Antecipadamente	4.919,37	3.997,59	Demais Obrigações a Curto Prazo	38.266.894,46	36.097.223,30
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>254.069.693,06</b>	<b>245.943.586,80</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>499.846,14</b>	
Ativos Realizáveis a Longo Prazo	1.117,63	1.117,63	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		
Créditos a Longo Prazo	1.117,63	1.117,63	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		
Demais Créditos e Valores	1.117,63	1.117,63	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		
Estoques			Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
Investimentos	4.434,74	4.434,74	Provisões a Longo Prazo		
Participações Permanentes			Demais Obrigações a Longo Prazo		
Propriedades para Investimento			Resultado Diferido		
Propriedades para Investimento			<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>69.296.073,38</b>	<b>69.093.772,70</b>
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
(-) Redução ao Valor Res. de Propriedades para Investimentos			<b>ESPECIFICAÇÃO</b>		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo				2021	2020
Investimentos do RPPS de Longo Prazo			<b>Patrimônio Social e Capital Social</b>		
(-) Redução ao Valor Recupervel de Investimentos do RPPS			<b>Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAÇ)</b>		
Demais Investimentos Permanentes	4.434,74	4.434,74	<b>Reservas de Capital</b>		
Demais Investimentos Permanentes	4.434,74	4.434,74	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>		
(-) Redução ao Valor Recupervel de Demais Invest. Perm.			<b>Reservas de Lucros</b>		
<b>Imobilizado</b>	<b>212.866.967,92</b>	<b>244.775.628,68</b>	<b>Demais Reservas</b>		
Bens Móveis	37.050.761,00	35.533.791,48	<b>Resultados Acumulados</b>		
Bens Móveis	95.468.306,70	88.358.997,87	<b>Resultado do Exercício</b>		
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-57.724.615,48	-52.812.276,18	<b>Resultados de Exercícios Anteriores</b>		
(-) Redução ao Valor Recupervel de Bens Móveis	-12.930,26	-12.930,26	<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>		
Bens Imóveis	215.055.306,92	209.241.229,22	<b>Ajustes/Outros em Tesouraria</b>		
Bens Imóveis	218.489.836,63	212.487.070,52	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
(-) Degr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-3.434.529,71	-3.245.841,28		216.962.744,70	213.961.546,72
(-) Redução ao Valor Recupervel de Bens Imóveis					
<b>Intangível</b>	<b>1.097.982,77</b>	<b>1.123.995,60</b>			
Softwares	1.094.490,49	1.120.503,32			
Softwares	1.608.272,22	1.608.272,22			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-513.781,73	-487.768,90			
(-) Redução ao Valor Recupervel de Softwares					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	3.492,28			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	3.492,28	3.492,28			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind					
(-) Redução ao Valor Recupervel de Marcas, Direitos e Pat.					
Direitos de Uso de Imóveis					
Direitos de Uso de Imóveis					
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis					
(-) Redução ao Valor Recupervel Direito de Uso de Imóveis					
<b>Diferido</b>					
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>286.117.818,10</b>	<b>273.955.319,48</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>286.117.818,10</b>	<b>273.955.319,48</b>

### QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>25.961.236,92</b>	<b>21.663.270,60</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>53.894.399,86</b>	<b>52.419.910,14</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>240.556.561,18</b>	<b>251.392.048,88</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>44.316.898,79</b>	<b>38.473.326,86</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>187.997.810,81</b>	<b>182.162.032,49</b>

### QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2021	2020
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>28.226.082,26</b>	<b>26.982.696,11</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>11.636.843,13</b>	<b>12.614.686,80</b>
Atos Potenciais Ativos	28.226.082,26	26.982.696,11	Atos Potenciais Passivos	11.036.843,13	12.614.686,80
Garantias e Contragarantias Recebidas			Garantias e Contragarantias Concedidas		
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Congnhes	28.208.824,39	26.965.338,24	Obrigações Conventadas e Outros Instrumentos	24.124,04	24.124,04
Direitos Contratuais	17.257,87	17.257,87	Obrigações Contratuais	11.012.719,09	12.590.561,76
Outros Atos Potenciais Ativos			Outros Atos Potenciais Passivos		
<b>TOTAL</b>	<b>28.226.082,26</b>	<b>26.982.696,11</b>	<b>TOTAL</b>	<b>11.036.843,13</b>	<b>12.614.686,80</b>

### DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO AJUSTADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-23.345.438,09</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-4.987.635,53</b>
Estuopio	-2.522.202,49
Provisões Social (RPPS)	-3.359.328,04
Dívida Pública	853.887,01
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Orçãos e Programas	
<b>TOTAL</b>	<b>-28.333.071,58</b>

## 11.2.2.1 Nota explicativa do balanço patrimonial

### Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção dos bens, que, após o

reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2021, o Instituto Federal Farroupilha apresentou um saldo de R\$ 252.986.067,92 no imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios 2021 e 2020.

**Tabela 1 – Imobilizado – Composição**

	31/12/2021	31/12/2020	AH%
<b>Bens Móveis</b>			
(+) Valor Bruto Contábil	95.668.306,70	88.358.997,87	8,27
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	57.724.615,45	52.812.276,18	9,30
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	12.930,25	12.930,25	0,00
<b>Bens Imóveis</b>			
(+) Valor Bruto Contábil	218.489.836,63	212.487.070,53	2,83
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	3.434.529,71	3.245.841,28	5,81
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
<b>Total</b>			

Fonte: Siafi, 20a1 e 20a2.

### **Bens Móveis**

Os Bens Móveis do Órgão 26420, em 31/12/2021, totalizavam R\$ 95.668.306,70, distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela abaixo.

**Tabela 2 – Bens Móveis - Composição**

	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	33.227.254,67	31.203.213,16	6,48
Bens de Informática	26.021.057,65	22.825.347,61	4,00
Móveis e Utensílios	20.295.088,77	19.020.563,80	6,70
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	12.148.654,57	11.442.846,70	6,16
Veículos	3.685.446,07	3.575.866,01	3,06
Peças e Conjuntos de Reposição			
Bens Móveis em Andamento			
Bens Móveis em Almoxarifado	14.317,26	14.317,26	0,00
Armamentos	200,00	200,03	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	72.392,23	72.747,82	-0,49
Demais Bens Móveis	203.895,48	203.895,48	

Depreciação / Amortização Acumulada	57.724.615,45	52.812.276,18	9,30
Redução ao Valor Recuperável	12.930,25	12.930,25	0,00

<b>Total</b>			
--------------	--	--	--

Fonte: Siafi, 20a2 e Siafi, 20a1.

Dos bens móveis registrados no órgão, 34,73% refere-se a *máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas*, grupo composto por:

#### Quadro 29 – Bens e Móveis

1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	2.774.727,77
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNI	513.136,80
1.2.3.1.1.01.03	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO,	7.146.819,29
1.2.3.1.1.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES	424.039,82
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA	827.339,98
1.2.3.1.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIAI	7.274.044,23
1.2.3.1.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICO	3.080.303,76
1.2.3.1.1.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	291.465,38
1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS	2.570.438,95
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P	10.951,22
1.2.3.1.1.01.18	EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULH	13.625,97
1.2.3.1.1.01.20	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO	4.088.196,11
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRIC	892.275,46
1.2.3.1.1.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTO	3.319.889,93

A variação positiva nos bens de informática explica-se pela aquisição de novos equipamentos por todas as unidades.

#### Bens Imóveis

Os bens imóveis do IFFar, em 31/12/2021, totalizavam R\$ 18.489.836,63, distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 3 – Bens Imóveis - Composição**

	31/XX/2021	31/12/2020	AH(%)
Bens de Uso Especial	191.108.207,68	191.108.207,68	0,00
Bens de Uso Comum do Povo			
Bens Dominicais	144.200,00	144.200,00	0,00
Bens Imóveis em Andamento	26.262.911,84	20.260.145,74	29,62
Instalações	974.517,11	974.517,11	0,00
Demais Bens Imóveis			

Benefitorias em Propriedade de Terceiros

Redução ao Valor Recuperável

Depreciação / Amortização Acumulada 3.434.529,71 3.245.841,28 5,81

**Total**

Fonte: Siafi, 20a2 e Siafi, 20a1.

De acordo com a tabela anterior, os bens de uso especial correspondem a 87,46% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão 26420, perfazendo o montante de R\$ 191.108.207,68 em 31/12/2021, em valores brutos.

Em síntese, os bens de uso especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal correspondem a imóveis de uso educacional e edifícios.

**Tabela 4 – Bens de Uso Especial – Composição**

	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	542.026,97	542.026,97	0,00
Terrenos, Glebas	3.585.084,59	3.585.084,59	0,00
Aquartelamentos			
Imóveis de Uso Educacional	150.972.696,89	150.972.696,89	0,00
Edifícios	32.281.796,46	32.281.796,46	0,00
Complexos, Fábricas e Usinas			
Imóveis Residenciais e Comerciais	491.706,82	491.706,82	0,00
Aeroportos, Estações e Aeródromos			
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	3.234.895,95	3.234.895,95	0,00
<b>Total</b>			

Fonte: Siafi, 2021 e Siafi, 2020.

**(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão, na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei N° 4.320/1964, a Lei Complementar N° 101/2000, NBCASP, MCASP e a Lei N° 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SiafiWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU N° 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei N° 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

O processo de reavaliação, tanto de bens móveis quanto de imóveis, encontra-se pendente, devido, principalmente, à situação de calamidade sanitária que impôs o trabalho remoto.

**(a.1) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a administração pública direta,

autárquica e fundacional, para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis, é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

**Observação Importante:** No final do mês de outubro de 2021, o Sistema de Controle Patrimonial atualmente utilizado pelo IFFar (Sistema Integrado de Gestão) sofreu um ataque hacker que prejudicou o seu funcionamento, provocando inúmeras inconsistências no banco de dados e impossibilitando a geração de relatórios. Em função disso, não foi possível efetuar o lançamento de ajuste da depreciação de bens móveis no encerramento do exercício. A equipe de tecnologia da informação está trabalhando para restabelecer a normalidade do sistema.

### Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas de valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Em 31/12/2021, o IFFar apresentou um saldo de R\$ 1.097.982,77 relacionado a intangível (valor líquido).

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios 2021 e 2020.

**Tabela 5 – Intangível – Composição**

	31/12/2021	31/12/2020	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	1.282.919,22	1.278.169,22	0,37
Software com Vida Útil Indefinida	325.353,00	330.103,00	-1,43
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Definida	3.492,28	3.492,28	0,00
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida			
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Determinado			
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Indeterminado			
Amortização Acumulada	513.781,73	487.768,90	5,33
Redução ao Valor Recuperável de Intangível			
<b>Total</b>			

Fonte: Siafi, 2021 e 2020.

No intangível, destaca-se o item *Software com vida útil definida*, que representa cerca de 79,47% do grupo.

### Obrigações Contratuais

Em 31/12/2021, IFFar tinha um saldo de R\$ 35.387.361,19 relacionado a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s).

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

**Tabela 6 – Obrigações Contratuais – Composição**

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Aluguéis	1.675.108,27	1.468.921,04	14,03
Fornecimento de Bens	2.827.406,92	527.531,41	435,96
Empréstimos e Financiamentos			
Seguros	87.400,40	205.998,54	-57,57
Serviços	30.797.445,60	31.626.491,83	-2,62
Demais			
<b>Total</b>			

Fonte: Siafi, 2021 e 2020.

As obrigações contratuais ligadas a serviços representam cerca de 87,02% do total das obrigações assumidas pelo IFFar ao fim de 31/12/2021.

O quadro abaixo traz uma relação das unidades gestoras contratantes e os valores mais expressivos na data-base de 31/12/2021.

**Quadro 30 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante**

UG	Denominação	Saldo	AV (%)
154628	INST.FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS JAGUARI	1.892.592,46	5,34
155081	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO ANGELO	2.796.333,46	7,90
155570	CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN	4.124.410,58	11,65
158127	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.FARROUPILHA	7.029.636,66	19,86
158266	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO AGUSTO	2.603.018,64	7,35
158267	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE ALEGRETE	661.442,50	1,86
158268	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SÃO VICENTE SUL	3.126.768,69	8,83
158269	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS JULIO CASTILHOS	5.160.857,64	14,58
158503	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILH CAMPUS SAO BORJA	2.021.308,78	5,71
158504	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE SANTA ROSA	4.226.053,73	11,94
158505	INST.FED.FARROUPILHA CAMPUS PANAMBI	1.744.938,05	4,93
<b>TOTAL</b>		<b>35.387.361,19</b>	

Fonte: Siafi, 2021.

As unidades gestoras 158127, 158269 e 158504, por exemplo, são responsáveis por 46,39% do total contratado.

No quadro exibido a seguir, estão listados os contratos mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2021.

**Quadro 31 – Obrigações Contratuais – Por Contrato/Órgão**

Mês Lançamento		dez/21	dez/20
Métrica		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
Contratado		Total	Total
02016439000138	RIO GRANDE ENERGIA SA	1.244.966,50	1.244.966,50
04670117000133	CONSTRUTORA E INCORPORADORA ALBRUN LTDA	1.043.027,92	1.763.343,07
115406	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	734.792,72	797.140,72
00482840000138	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	569.370,89	716.634,60
07256543000113	D WERLANG - CONSTRUCOES	554.608,13	554.608,13
15372684000120	SANTA HORA LTDA	378.373,78	378.373,78
02016440000162	RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	342.239,52	510.587,52

Fonte: Tesouro Gerencial.

### Provisões

Em 31/12/2021, o IFFar apresentou um saldo de R\$ 3.778.727,70 relacionado a provisões, todas de curto prazo. Trata-se de Provisões de Encargos Trabalhistas.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões para os exercícios 2021 e 2020.

**Tabela 7 – Provisões – Composição**

	31/12/2021	31/12/2020	AH (%)
Provisões a curto prazo	3.778.727,70	3.143.442,78	20,20
Provisões a longo prazo			
<b>Total</b>			

Fonte: Siafi, 2021 e 2020.

### Provisões a curto prazo

O item *Controle de Provisões de Encargos Trabalhistas*, que faz parte dos *Controles Devedores e Credores*, é constituído em sua totalidade por retenções ocorridas sobre os pagamentos a empresas contratadas via cessão de mão de obra, com o fim de assegurar a quitação dos direitos dos trabalhadores a elas vinculados e que prestam serviço no IFFar. Os contratos de serviços continuados de vigilância e limpeza são um exemplo.

As provisões de curto prazo estão distribuídas por unidade gestora, conforme o quadro a seguir.

**Quadro 32 – Provisões de Curto Prazo por Unidade Gestora**

UG	DENOMINAÇÃO	SALDO	AV (%)
154628	INST.FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS JAGUARI	349.655,87	9,25
155081	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO ANGELO	231.214,36	6,11
155570	CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN	1.077.049,03	28,50
158127	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.FARROUPILHA	161.524,51	4,28
158266	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO AUGUSTO	226.277,69	5,99
158268	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SÃO VICENTE SUL	439.190,45	11,63
158269	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS JULIO CASTILHOS	273.744,29	7,25
158503	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILH CAMPUS SAO BORJ	493.914,82	13,06
158504	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE SANTA ROSA	293.422,45	7,77
158505	INST.FED.FARROUPILHA CAMPUS PANAMBI	232.734,23	6,16
<b>TOTAL</b>		<b>3.778.727,70</b>	<b>100</b>

Fonte: Siafi, 2021.

### Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2021, o IFFar apresentou um saldo em aberto de R\$ 238.316,70 referente a fornecedores e contas a pagar, todas obrigações de curto prazo.

A seguir, apresenta-se o quadro:

**Quadro 33 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composições**

Fornecedores e Contas a Pagar - Composição - Órgão		
Mês Lançamento	dez/21	dez/20
Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
Curto Prazo	1.116.357,51	1.135.509,39
Nacionais	1.116.357,51	1.135.509,39
Total	1.116.357,51	1.135.509,39

Fonte: Tesouro Gerencial.

Todos os fornecedores e contas a pagar do curto prazo são nacionais, representando cerca de 100% do total a ser pago.

O Quadro abaixo, relaciona as unidades gestoras contratantes e os valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data-base de 31/12/2021.

**Quadro 34 – Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora Contratante**

Fornecedores e Contas a Pagar - Por UG Contratante - Órgão			
Mês Lançamento		dez/21	dez/20
Métrica		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
Unidade Gestora		Total	Total
154628	INST.FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS JAGUARI	60.507,88	62.407,58
155081	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO ANGELO		8.487,22
155570	CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN	38.247,90	155.312,17
158127	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA	150.343,57	55.923,58
158266	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SANTO AUGUSTO	11.311,33	2.246,44
158267	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE ALEGRETE	108.348,47	119.591,26
158268	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS SAO VICENTE SUL	629.117,81	562.738,65
158269	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS JULIO CASTILHOS	65.885,18	98.604,71
158503	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILH CAMPUS SAO BORJA	6.061,70	21.832,15
158504	INST.FED.FARROUPILHA/CAMPUS DE SANTA ROSA	14.327,00	31.426,15
158505	INST.FED.FARROUPILHA CAMPUS PANAMBI	32.189,35	16.922,16

Fonte: Tesouro Gerencial.

As unidades gestoras 158127, 158267 e 158268 são responsáveis por 79,53% do total a ser pago.

O quadro abaixo lista os 10 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data-base de 31/12/2021.

**Quadro 35 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor**

Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor - Órgão			
Fornecedor		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
Mês Lançamento		DEZ/2021	014/2020
Conta Contábil		Total	Total
09223858000190	NP CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA	268.649,75	268.649,75
94308798000187	M D SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	145.837,19	111.029,63
23936038000176	SERVITEK GESTAO EMPRESARIAL EIRELI	114.568,45	32.887,42
21807865000134	HURGE EMPREITEIRA EIRELI	87.804,00	87.804,00
82708967000197	PROJECAO CONSTRUÇOES E PRE MOLDADOS LTDA	60.419,14	60.419,14
02347024000147	MEZAN COMERCIO E SERVICOS LTDA	59.157,69	59.157,69
14140574000170	MACRO ENERGIA LTDA	54.828,97	54.828,97
10439655000114	PEDRO REGINALDO DE ALBERNAZ FARIA E FAGUNDES LTDA	53.972,01	25.867,59
02321624000136	FUNDAÇÃO ENNIO DE JESUS PINHEIRO AMARAL DE APOIO AO IN	51.219,99	
28626045000195	R & R COMERCIO E SERVICOS EIRELI	27.000,00	
04670117000133	CONSTRUTORA E INCORPORADORA ALBRUN LTDA	24.702,33	53.180,93

Fonte: Tesouro Gerencial.

## 11.2.3 Balanço financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA  
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
EXERCÍCIO 2021  
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)  
EMISSÃO 19/01/2022  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>1.024.285,54</b>	<b>840.514,16</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>333.652.421,61</b>	<b>326.437.913,06</b>
Ordinárias	-	-	Ordinárias	314.910.179,57	280.158.820,34
Vinculadas	1.025.017,21	840.514,16	Vinculadas	18.752.242,04	46.278.992,72
Educação	317,68	15.807,06	Educação	3.108.320,05	1.446.098,81
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	8.475.149,95	1.468.532,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.024.699,53	824.707,10	Previdência Social (RPPS)	6.647.068,32	12.319.512,24
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-731,67	-	Divida Pública	-	29.351.104,49
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	521.703,12	1.693.745,18
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>374.106.368,06</b>	<b>346.703.792,63</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>41.081.223,78</b>	<b>34.856.458,06</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	331.270.038,22	324.010.492,64	Resultantes da Execução Orçamentária	20.466.250,05	24.490.498,28
Repasse Recebido	310.818.888,38	299.544.994,36	Repasse Concedido	15.100,21	25.000,00
Sub-repasse Recebido	20.451.149,84	24.465.498,28	Sub-repasse Concedido	20.451.149,84	24.465.498,28
Independentes da Execução Orçamentária	42.836.329,84	22.693.299,99	Independentes da Execução Orçamentária	20.614.973,73	10.365.959,78
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	41.399.019,55	21.703.343,63	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	20.465.977,59	10.269.666,17
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.437.310,29	989.956,38	Demais Transferências Concedidas	1.407,16	30.486,12
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	147.588,98	65.807,49
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>47.541.195,58</b>	<b>47.900.666,89</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>44.030.237,47</b>	<b>35.976.444,48</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	24.339.234,50	20.234.301,08	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	20.141.353,04	21.952.877,07
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	22.725.943,38	27.337.706,50	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	23.612.931,92	13.748.727,03
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	272.551,79	278.658,88	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	275.952,51	274.840,38
Outros Recebimentos Extraorçamentários	203.465,91	50.000,43	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	130.521,12	50.000,43			
Demais Recebimentos	72.944,79	-			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>21.663.270,60</b>	<b>23.489.112,52</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>25.561.236,92</b>	<b>21.663.270,60</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.663.270,60	23.489.112,52	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.561.236,92	21.663.270,60
<b>TOTAL</b>	<b>444.335.119,78</b>	<b>418.334.086,20</b>	<b>TOTAL</b>	<b>444.335.119,78</b>	<b>418.334.086,20</b>

### 11.2.3.1 Nota explicativa do balanço financeiro

O balanço financeiro demonstra as entradas e saídas de recursos, comparando o exercício corrente com o anterior. Os recebimentos e pagamentos registrados nesse instrumento são tidos como orçamentários (Lei Orçamentária) ou extraorçamentários (Recursos Descentralizados e Restos a Pagar).

#### Análise Horizontal

##### No que corresponde aos ingressos:

Observa-se um aumento de 21,84% (R\$ 183.771,38) nas receitas orçamentárias vinculadas, em comparação com o mesmo período de 2020. Outros recursos vinculados a fundos, órgãos e programas tiveram um aumento de 24,25% (R\$ 199.992,43).

Quanto às transferências financeiras recebidas, observa-se uma elevação de 7,90% (R\$ 24.702.575,43). Dentro desse grupo, destacam-se os recursos independentes da execução orçamentária, com aumento de 88,76% (R\$ 20.143.029,85); transferências recebidas para pagamento de restos a pagar em 90,74% (R\$ 19.965.675,92); e as movimentações de saldos patrimoniais em 45,18% (R\$ 447.353,93). É relevante citar, ainda, que nesse grupo os sub-repasses recebidos variam em - 16,40% (R\$ 4.014.348,44).

No que diz respeito aos Recebimentos Extraorçamentários, houve uma variação de - 0,66% (R\$ 320.746,98) em relação a 2020. Destaca-se positivamente nesse grupo o item *Outros Recebimentos Extraorçamentários*, com variação de 306,92%. Já pela variação

negativa evidencia-se o item *Inscrição em Restos a Pagar Não Processados*, com - 16,72% (R\$ 4.573.038,79).

A variação total dos ingressos ficou positiva, em 6,072% (R\$ 4.573.038,79).

A correspondência com a Demonstração de Fluxo de Caixa é notada no item *Transferências Financeiras Recebidas*, de mesmo nome no Balanço Financeiro. As Receitas Orçamentárias Vinculadas do BF correspondem à Receita Patrimonial, Receita Agropecuária, Receita Industrial, Receita de Serviços, Remunerações das Disponibilidades e Outras Receitas Derivadas e Originárias na DFC.

#### **No que corresponde aos dispêndios:**

As despesas orçamentárias ordinárias aumentaram em 2,17% (R\$ 7.263.232,88). Houve uma elevação significativa nas despesas com a seguridade social (exceto previdência social), de 2,099% (R\$ 7.006.617,95). Variaram, negativamente, os dispêndios provenientes da previdência social em - 1,69% (R\$ 5.672.443,92).

As transferências financeiras concedidas tiveram variação positiva de 15,15% (R\$ 6.224.765,72). Esse resultado foi provocado pelas transferências concedidas para pagamento de restos a pagar, com evolução de saldo positiva de 24,81% (R\$ 10.196.311,42).

Os pagamentos extraorçamentários aumentaram 18,29% (R\$ 8.053.792,99). Nesse grupo, destaca-se o item *Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados*, com variação, para cima, de 41,77% (R\$ 9.864.204,89).

O saldo para o exercício seguinte de caixa e equivalente de caixa teve um aumento de 15,24% (R\$ 3.897.966,32).

As correspondências com a Demonstração dos Fluxos de Caixa são identificadas nos pagamentos extraorçamentários em relação aos dispêndios extraorçamentários daquele demonstrativo. Nota-se, também, correspondência entre as transferências financeiras concedidas, item que tem a mesma denominação no Balanço Financeiro e na DFC.

#### **Análise Vertical**

##### **No que corresponde aos ingressos:**

As receitas orçamentárias vinculadas representam 0,23% do total (R\$ 1.024.285,54). As transferências financeiras correspondem a 84,18% do total (R\$ 374.106.368,06).

Em relação ao total dos ingressos (R\$ 444.373.844,11), os recebimentos extraorçamentários representam 10,70% (R\$ 47.579.919,91). Destaca-se a inscrição dos restos a pagar processados, com 51,15% (R\$ 24.339.234,50) em relação ao grupo de recebimentos extraorçamentário.

O saldo do exercício anterior, caixa e equivalência de caixa, constitui 4,87% do total (R\$ 21.663.232,88).

##### **No que corresponde aos dispêndios:**

As despesas orçamentárias representam 75,09% (R\$ 333.701.145,94) do total, das quais 94,38% corresponde a despesas ordinárias (R\$ 314.948.903,90).

As transferências financeiras concedidas correspondem a 9,24% (R\$ 41.081.223,78), e as resultantes da execução orçamentária, a 49,81% (R\$ 4.471.932,26) desse grupo, com maior representatividade.

Os pagamentos extraorçamentários representam 9,90% (R\$ 44.030.237,47), e os restos a pagar processados representam 53,62% (R\$ 23.612.931,92) do saldo do grupo acima mencionado.

O saldo do exercício seguinte representa 15,24% (R\$ 25.561.236,92) do total.

## 11.2.4 Demonstrações dos fluxos de caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 26420 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FARROUPILHA - AUTARQUIA  
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO  
EXERCÍCIO 2021  
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)  
EMIÇÃO 19/01/2022  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>17.082.374,76</b>	<b>3.889.127,50</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>375.606.671,30</b>	<b>347.872.966,10</b>
<b>Receita Tributária</b>		
<b>Receita de Contribuições</b>		
<b>Receita Patrimonial</b>	22.214,91	65.932,40
<b>Receita Agropecuária</b>	854.129,39	684.804,63
<b>Receita Industrial</b>	5.860,00	4.603,58
<b>Receita de Serviços</b>	56.912,32	68.991,72
<b>Remuneração das Disponibilidades</b>	154,38	374,77
<b>Outras Receitas Derivadas e Originárias</b>	85.014,54	15.807,06
<b>Transferências Recebidas</b>		
Intergovernamentais		
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Recebidas		
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	374.582.385,76	347.032.451,94
Ingressos Extraorçamentários	272.551,79	278.658,88
Transferências Financeiras Recebidas	374.106.368,06	346.703.792,63
Arrecadação de Outra Unidade	130.521,12	50.000,43
Demais Recebimentos	72.944,79	
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-358.524.296,54</b>	<b>-343.883.836,60</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-274.415.382,50</b>	<b>-268.308.513,20</b>
Legislativo		
Judiciário		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social	-20.148.113,55	-17.359.163,36
Saúde		
Trabalho	-99.691,15	
Educação	-253.740.792,44	-250.926.105,36
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habitação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária	-312.500,00	
Indústria		
Comércio e Serviços		
Comunicações		
Energia		
Transporte		
Desporto e Lazer	-114.265,36	-23.244,48
Encargos Especiais		
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida		
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-42.751.737,75</b>	<b>-40.444.026,96</b>
Intergovernamentais		
A Estados e/ou Distrito Federal		
A Municípios		
Intragovernamentais	-42.698.252,50	-40.380.274,96
Outras Transferências Concedidas	-53.485,25	-63.752,00
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-41.357.176,29</b>	<b>-35.131.298,44</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-275.952,51	-274.840,38
Transferências Financeiras Concedidas	-41.081.223,78	-34.856.458,06
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-13.184.408,44</b>	<b>-5.814.969,42</b>
<b>INGRESSOS</b>		
<b>Alienação de Bens</b>		
<b>Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos</b>		
<b>Outros Ingressos de Investimentos</b>		
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-13.184.408,44</b>	<b>-5.814.969,42</b>
<b>Aquisição de Ativo Não Circulante</b>	<b>-13.111.463,65</b>	<b>-5.793.356,42</b>
<b>Concessão de Empréstimos e Financiamentos</b>		
<b>Outros Desembolsos de Investimentos</b>	<b>-72.944,79</b>	<b>-21.613,00</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>INGRESSOS</b>		
<b>Operações de Crédito</b>		
<b>Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes</b>		
<b>Transferências de Capital Recebidas</b>		
<b>Outros Ingressos de Financiamento</b>		
<b>DESEMBOLSOS</b>		
<b>Amortização / Refinanciamento da Dívida</b>		
<b>Outros Desembolsos de Financiamento</b>		
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>3.897.966,32</b>	<b>-1.825.841,92</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>21.663.270,60</b>	<b>23.489.112,52</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>25.561.236,92</b>	<b>21.663.270,60</b>

#### 11.2.4.1 Nota explicativa das demonstrações dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é um dos seis demonstrativos contábeis obrigatórios dos entes públicos, disponibilizados pelo Siafi, no âmbito da administração federal, e evidencia as entradas e saídas de recursos financeiros, consistindo em um importante instrumento de avaliação da gestão pública.

##### **Análise Vertical e Horizontal Ingressos e Desembolsos**

No que se refere à entrada de receitas das atividades operacionais, nota-se um aumento de 7,97% (R\$ 27.733.705,20). Houve redução nos itens *Receita Patrimonial* (- 6,31%), *Receitas de Serviços* (- 17,51%) e *Remuneração das Disponibilidades* (- 58,81%) em relação a 2020. Verificou-se aumento nos itens *Receita Agropecuária* (24,73%), *Receita Industrial* (27,29%) e *Outras Receitas Derivadas e Originárias* (437,83%).

No que diz respeito a outros ingressos operacionais, é possível observar uma variação positiva de 7,94% (R\$ 27.549.933,82) no item *Transferências Financeiras Recebidas*, enquanto os ingressos extraorçamentários apresentaram redução de 2,19% (R\$ 6.107,09).

As transferências financeiras recebidas representaram 99,60% do total dos ingressos financeiros no órgão.

Quanto aos desembolsos financeiros, observa-se uma variação negativa de 4,26% (R\$ 14.640.547,94). O subgrupo *Pessoal e Demais Despesas* variou positivamente em 2,28% (R\$ 6.106.869,30), o que pode ser justificado pelo ingresso de novos servidores no órgão em 2021, aumentando essas despesas em relação a 2020. Esse subgrupo representa 76,54% do total dos desembolsos.

## 11.2.5 Demonstração das variações patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS  
SUBTÍTULO 26020 - INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. FARR. OUPLHA - AUTARQUIA  
ORÇÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
EXERCÍCIO 2021  
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)  
EMISSÃO 19/01/2022  
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>380.501.372,00</b>	<b>354.660.196,92</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos		
Taxas		
Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Contribuições Sociais		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		
Contribuição de Iluminação Pública		
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>939.848,29</b>	<b>824.249,62</b>
Venda de Mercadorias	854.861,08	684.804,63
Vendas de Produtos	5.860,00	4.603,58
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	79.127,23	134.841,41
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>144,54</b>	<b>459,04</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Juros e Encargos de Mora		62,71
Variações Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Obtidos		
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	144,54	376,33
Aportes do Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>374.696.789,38</b>	<b>347.271.043,59</b>
Transferências Intragovernamentais	374.179.312,85	346.703.792,63
Transferências Intergovernamentais		
Transferências das Instituições Privadas		
Transferências das Instituições Multigovernamentais		
Transferências de Consórcios Públicos		
Transferências do Exterior		
Execução Orçamentária Delegada de Entes		
Transferências de Pessoas Físicas		
Outras Transferências e Delegações Recebidas	517.446,53	567.250,96
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>4.649.084,19</b>	<b>6.498.637,18</b>
Reavaliação de Ativos		
Ganhos com Alienação		
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.749,48	139.811,11
Ganhos com Desincorporação de Passivos	4.646.334,71	6.358.826,07
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>215.535,66</b>	<b>65.807,49</b>
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar		
Resultado Positivo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	215.535,66	65.807,49
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>377.603.296,41</b>	<b>360.320.289,26</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>270.310.387,84</b>	<b>258.518.290,57</b>
Remuneração a Pessoal	216.965.508,24	207.157.045,84
Encargos Patrimoniais	43.756.106,84	41.446.307,25
Benefícios a Pessoal	9.883.908,70	9.895.855,32
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	4.804,86	25.082,06
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>21.817.497,86</b>	<b>19.936.567,65</b>
Aposentadorias e Reformas	17.139.010,67	15.550.795,04
Pensões	2.482.267,86	2.239.631,06
Benefícios de Prestação Continuada		
Benefícios Eventuais		
Políticas Públicas de Transferência de Renda		
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.216.219,33	2.146.141,55
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>35.812.431,28</b>	<b>37.396.897,83</b>
Uso de Material de Consumo	3.742.932,09	2.973.850,10
Serviços	26.807.568,10	27.705.442,55
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.261.931,09	6.716.564,88
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>4.741,30</b>	<b>1.358,73</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		
Juros e Encargos de Mora	4.591,78	1.358,73
Variações Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Concedidos	149,52	
Aportes ao Banco Central		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>41.223.916,74</b>	<b>38.402.719,69</b>
Transferências Intragovernamentais	41.091.223,19	34.856.439,06
Transferências Intergovernamentais		
Transferências a Instituições Privadas		
Transferências a Instituições Multigovernamentais		
Transferências a Consórcios Públicos		
Transferências ao Exterior		
Execução Orçamentária Delegada a Entes		
Outras Transferências e Delegações Concedidas	142.692,96	546.261,63
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>3.733.179,07</b>	<b>2.961.252,65</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		
Perdas com Alienação		
Perdas Involuntárias	25.986,71	49.978,00
Incorporação de Passivos	3.681.688,20	2.855.671,26
Desincorporação de Ativos	25.504,16	45.603,39
<b>Tributárias</b>	<b>66.996,97</b>	<b>134.782,56</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.007,93	6.037,38
Contribuições	57.989,04	128.745,18
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>		
Custo das Mercadorias Vendidas		
Custo dos Produtos Vendidos		
Custo dos Serviços Prestados		
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>4.634.545,35</b>	<b>5.979.459,88</b>
Premiações		
Resultado Negativo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		
Incentivos	4.319.276,39	5.742.505,98
Subvenções Econômicas	56.791,15	72.894,00
Participações e Contribuições		
Constituição de Provisões		
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	258.477,81	164.059,90
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>2.898.075,65</b>	<b>-5.660.092,34</b>
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2021	2020

### 11.2.5.1 Nota explicativa da demonstração das variações patrimoniais

As Variações Patrimoniais Aumentativas correspondem ao registro da receita sob enfoque patrimonial e devem ser consignadas de acordo com o princípio da competência e da oportunidade; em outras palavras, devem ser lançadas no momento da ocorrência do fato gerador, independentemente do seu efetivo recebimento.

Na Demonstração das Variações Patrimoniais referente ao 1º trimestre de 2021, em comparação com o mesmo período do exercício anterior, destaca-se:

- A venda de mercadorias, que teve uma variação monetária de R\$ 170.056,43, com aumento de 24,83% em relação ao exercício anterior. Algumas unidades ofertam cursos da área agropecuária e comercializam o excedente de sua produção por meio dos postos de vendas;

- A venda de produtos, que teve uma variação monetária de R\$ 1.256,42, um aumento de 27,29% em relação a 2020;

- As transferências intragovernamentais, que representaram 7,82% das variações patrimoniais aumentativas, com um saldo a maior de R\$ 27.475.520,22 no quarto trimestre de 2021, em relação ao mesmo período de 2020, ou 7,92% a mais.

Quanto às Variações Patrimoniais Diminutivas, chama a atenção:

- A remuneração de pessoal, que variou monetariamente em R\$ 9.708.462,40, o que significa 4,69% a mais que no mesmo período no ano anterior e 57,43% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Isso se deve ao ingresso de novos servidores no IFFar.

Analisando-se comparativamente com o Balanço Patrimonial, o item *Venda de Mercadorias* reflete diretamente no Ativo Circulante nas disponibilidades de caixa do órgão, já que gera recursos financeiros em fonte própria.

A inexistência de reavaliação e redução ao valor recuperável, pelos motivos expostos na nota explicativa do Balanço Patrimonial (Imobilizado), reflete nos itens constantes da Demonstração de Variações Patrimoniais, tanto Aumentativas quanto Diminutivas, todos zerados. Também reflete no saldo do próprio ativo imobilizado do Balanço Patrimonial, nos itens bens móveis e depreciação. Com a retomada gradual das atividades presenciais, que se espera que aconteça em breve, esse tema deve ser planejado e efetuado para que a informação contábil nos dois demonstrativos citados seja mais clara e espelhe a realidade dos saldos dos itens.